

Princípios Antropológicos e Filosóficos de uma Interdisciplinaridade Brasileira

**FABIO CASCINO
NOVEMBRO - 2002**

AO MEU LEITOR

Boas maxilas, bom estômago
Eis o que te desejo.
Depois de teres digerido o meu livro
Hás-de entender-te certamente comigo.
Friedrich Nietzsche

Dedico este trabalho aos meus filhos queridos:
Ricardo e Marcelo.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não teria se realizado sem a ajuda e o apoio das pessoas que aqui apresento
Rodrigo
Rui César do Espírito Santo
Ecleide Furlanetto
Ana Gracinda Queluz
Raquel
Cecília
Ricardo Haje
Carla Fazenda
Fabio Simonini
Claudio Piccolo
Meus pais – Helena e Salvatore - e meus irmãos – Maria Helena e Sergio
Ainda: Meus colegas do GEPI
Meus colegas do Colégio Bialik
Simone Fernandez, que me incentivou, confortou e apoiou quando tudo foi muito necessário.
Especialmente a Ivani Fazenda, mestra e amiga, que no momento certo soube indicar o caminho e dividir o peso da responsabilidade.

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Este trabalho encontra-se dividido em três partes
- 1.2 Uma advertência

2 PRIMEIRA PARTE - *Pro domo sua*

- 2.1 A produção do texto e o tempo
- 2.2 Os primeiros passos para a escrita
- 2.3 A filosofia da educação e a interdisciplinaridade
- 2.4 Experiências e construções teóricas
- 2.5 Interdisciplinaridade como projeto técnico e político

3 SEGUNDA PARTE – A Antropologia, a Filosofia, a Interdisciplinaridade como pesquisa e prática

- 3.1 Capítulo I – Princípios Antropológicos: A Interdisciplinaridade e o ser Brasileiro
 - 3.1.1 Primeiras impressões antropológicas
 - 3.1.2 Projeto Antropológico – o resgate da unidade
 - 3.1.3 Interdisciplinaridade e a brasilidade
 - 3.1.3.1 Euclides da Cunha e o sertanejo – *Os Sertões*
 - 3.1.3.2 A “cordialidade” – *Raízes do Brasil* – e o “jeitinho”
 - 3.1.3.3 “As Dores do Parto” de Darcy Ribeiro – *O Povo Brasileiro*
 - 3.1.3.4 Uma análise comparativa e crítica
- 3.2 CAPÍTULO II – Princípios Filosóficos: Referenciais teóricos para um primeiro olhar sobre uma teoria da interdisciplinaridade – a hermenêutica, o paradoxal e a complexidade
 - 3.2.1 Da desobediência
 - 3.2.2 A caminho das mudanças
 - 3.2.3 Indicações sobre a origem da interdisciplinaridade
 - 3.2.4 Interdisciplinaridade e totalidade na antiguidade – Gusdorf
 - 3.2.5 Revolução Francesa – o início da modernidade
 - 3.2.6 A questão da interdisciplinaridade no Brasil
 - 3.2.7 Da disciplina e da complexidade
 - 3.2.8 Paradoxo, Dialógica, o caminho das conexões...
 - 3.2.9 Paraconsistência
 - 3.2.10 Hermenêutica – teoria da interpretação
- CAPÍTULO III – Carta da Interdisciplinaridade Brasileira: Principais conceitos e caminhos para a ação
 - 3.2.11 Interdisciplinaridade – pelo exercício da Afirmação
 - 3.2.12 Afirmação das Relações
 - 3.2.13 Afirmação, o “forte” e o “fraco”
 - 3.2.14 Brasil, afirmação de um modelo
 - 3.2.15 Elogio da afirmação
 - 3.2.16 Ato educativo, fisicidade
 - 3.2.17 A palavra
 - 3.2.18 Disciplina e ética
 - 3.2.19 Dor e ruptura, a subversão
 - 3.2.20 Saber e humildade

4 BIBLIOGRAFIA

Introdução

Sobre vales e montanhas

_ Após o brinde alguém comenta sobre uma nova montanha... O desejo de todos à mesa é cutucado. Há algo de novo a ser conquistado. Um novo projeto, prazos, equipamentos, alimentação, treinamento. Em breve estaremos novamente em marcha. Como viver sem esse movimento, o mesmo movimento, igual como na vez anterior, na busca de um outro horizonte, um novo cume?

A visão de uma montanha requer a imaginação do seu cume. Há aí o desejo do alto, da visão que a altura possibilita. Ver do alto oferece a distância. Mas não se pode morar no cume. O ápice é apenas passagem. Depois dele há a descida inevitável, tão perigosa quanto a subida. Depois dela o vale e nele, na quietude, se re-instaura o desejo de uma nova subida, de um outro cume.

Minha metáfora: as montanhas. Sim, mas mais um pouco: o entorno, os lugares que fundam a montanha. Uma montanha que não é apenas marco geográfico, mas um lugar de aventuras, horizontes, eventos do clima, de relações humanas, de exploração, de vivências e de aventuras... Assim penso uma metáfora, um conjunto impreciso, mas significativo de sensações e experiências, que pode remeter a qualquer um para um mundo sonhado, ideal, e de onde se podem retirar experiências, visões, críticas, limites; de onde se pode extrair metas para o cotidiano. As montanhas com seus vales, planícies, subidas e descidas, neves e rochas, ventos e sol. As montanhas, qual continuidade de desertos e mares... Montanhas, a representar o contínuo de nossa vida – subir, descer, descansar, buscar abrigo, sair a campo, buscar o risco, a calma, a visão ampla, a visão do perigo.

Assim, a partir de pensar pela montanha, a para a montanha, muitas vezes nela, eu ignoro o ponto de partida, mas intuo o caminho como dúvida: sou um alpinista que pensa a educação, ou um educador que pratica alpinismo? Em certo período de minha vida, esse dilema se interpôs qual questão insolúvel. Configurado como um drama, viver tal ambigüidade se me impôs uma busca, desde sempre inútil, de tentar uma solução na exclusão de um dos “pólos” do dilema. Mal sabia eu, que essa solução, a da exclusão, teria provocado a morte prematura da “confusão” em que transformei. Ainda adolescente, no primeiro ano de faculdade (1978), no curso de química da Universidade Mackenzie, ser alpinista, para a esquerda dos Centros Acadêmicos, combativos ante o regime militar, era impensável. Só os burgueses praticavam atividade física. Era como se os militantes da esquerda não tivessem corpo, só intelecto.

Da mesma maneira, mas com os sentidos trocados, em meio aos alpinistas jamais podia falar de política. O lugar de fazer política não era a natureza. Na montanha, nem esquerda nem direita, só subir e descer, acampar e brincar.

Meus dois maiores prazeres na vida não podiam dialogar. Logo no começo de minha vida de pensamentos e ações tendendo à independência da família e dos antigos valores, senti a divisão e a incompatibilidade. Comecei a entender que viver a partir e na consideração da ambigüidade é um ponto vital para uma existência rica. Viver nela, na incompatibilidade perene, é a loucura.

Felizmente, por muito tempo – e penso que sigo vivendo, hoje de maneira muito prazerosa, o mesmo dilema – tal dilema forçou-me a pensar a ambigüidade e a realizar escolhas, impondo perdas e conquistas, permitindo-me entender, ao longo dos anos e depois de variados estudos, que tais escolhas, conquistas e perdas são o melhor movimento, a caracterizar uma existência viva, por vezes dolorosa, mas intensa, rica porque contraditória, incerta como projeto, mas eficaz como resultados e conquistas.

Minha experiência de vida é a morada de minha compreensão de interdisciplinaridade.

Dos anos da química, quando militei intensamente na esquerda, e quando dei início à leitura de textos e mais textos – inicialmente os livros censurados pelo regime, para depois entrar nos textos de história, filosofia, educação... -, com o risco de ser julgado, resolvi abandonar o curso e partir para a formação de educador. Tal movimento não foi aleatório; na verdade toda minha família, por parte de pai e mãe, é formada por professores e proprietários de escola educadores. Cresci na escola que meus pais criaram no início dos anos 60. Isto foi definitivo no momento de realizar a escolha efetiva de minha carreira. Dei início ao curso de pedagogia em 1981.

Ao mesmo tempo, minha carreira como montanhista crescia velozmente. No início dos anos 80 especializei-me em escaladas em rocha com técnicas artificiais e equipamento móvel¹. Nesse mesmo período, em 1982, realizei o curso de escalada no gelo, o que marcou em definitivo minha carreira. Descobri que as altas montanhas possuíam um atrativo especial. A partir de então, as longas escaladas em locais frios, com gelo e neve, as grandes expedições às altas montanhas da cordilheira dos Andes – com picos de mais de 6.000m. – seria uma constante em minha vida, aprofundando, cada vez mais, as dicotomias entre o meu mundo esportivo de meu mundo intelectual.

Em 1984, a partir de um convite do Prof. Joel Martins, dei início aos meus estudos de mestrado, no programa de pós-graduação da UNICAMP, na área de filosofia da educação. Em pouco tempo, estabeleci contato com Aquiles Von Zuben, Dermeval Saviani, Ruben Alves, Carlos Rodrigues Brandão e, dentre vários outros grandes nomes da educação, Moacir Gadotti, que logo viria a ser meu orientador. Nessa época comecei a ousar falar de minha atividade esportiva no meio acadêmico – já encontrava ressonância e interesse... O mundo talvez não fosse tão insuportável!

Entre outubro e novembro de 1986, um acontecimento feliz e importante seria o ponto de partida para um grande ciclo de mudanças. Fui indicado para participar da V Expedição Brasileira ao Continente Antártico. No período da indicação eu lecionava filosofia da educação na Faculdade de Moema, militava no movimento de reformulação do curso de pedagogia, acabara de concluir os créditos no mestrado, já havia iniciado a redação da dissertação, estava casado (mas com problemas!), e tinha planos de estudar os textos de Gramsci na Itália – naqueles anos o autor italiano era a referência para as questões políticas e de filosofia da educação no Brasil. Mas a possibilidade de permanecer 3 meses no frio, no gelo, convivendo com pesquisadores e militares em condições de isolamento e adversidades, era muito tentadora e meu espírito aventureiro não resistiu a tal possibilidade.

No processo de “afastamento” de minhas atividades – demissão da escola e da faculdade, trancamento de minha matrícula na UNICAMP, adiamento de projetos e da dissertação, família e casamento – recebi de Aquiles Von Zuben o mais importante apoio sobre tudo o que estava vivendo naquele período. Foi dele que pela primeira vez ouvi uma espécie de síntese do que eu era, e sou. No momento mesmo em que eu fui informá-lo de minha decisão de partir para a expedição antártica, e quando, portanto, tive a oportunidade de relatar calmamente minha paixão pelas montanhas e meu desejo de lidar com os tais dois mundos, bem como meu projeto de seguir para a Europa, pós-antártica, para dar prosseguimento a meus estudos, o grande mestre, com seu inseparável cachimbo, afirmou: - *Vá Fabio, vá sem medo, você é um cara eclético, e essa experiência que você viverá será a base para futuras elaborações, experiência única, só sua...* Daquela conversa, que nunca mais saiu de minha cabeça, ficou claro o caminho da relação de meus dois mundos.

Através da palavra – conceito – ecletismo, Aquiles anunciava a pista do que deveria ser minha estrada futura: a busca de incluir o diferente no mesmo, ou a relação entre o que não é aparentemente e a priori relacionável. Naquele momento – só mais tarde eu viria a formular tal leitura – o termo interdisciplinaridade ainda não estava incorporado ao “dialeto” pedagógico. Logo, o termo eclético (no sentido da junção de elementos derivados de distintas fontes, porém não incompatíveis entre si) era o que mais dava significado a um estilo de vida, marcado, entretanto, pela somatória de contrários e diferentes, uma vida que apontava para a busca de ser incluído e de articular as inclusões. Não havia a clareza, até aquele momento de que junções, ou de quais inclusões, eu estaria buscando realizar. E mesmo se tais seriam possíveis. Daquela conversa, e mesmo daquele período, se me ficou a idéia de que a origem primeira de minhas preocupações, em torno da educação, ocorrem a partir de colagens e junções de elementos que aparentemente não deveriam estar juntos. Radica num certo ecletismo, uma disposição de unir o que não está junto, um movimento de incluir diferenças, o que aparentemente não se incluiria.

Do primeiro sentido da palavra ecletismo – junção do próximo -, para a realização de um outro movimento, de qualificação de meu desejo, senti a conexão entre mundos diferentes (os meus) e divergentes, na direção da compreensão sobre o que são relações paradoxais, ou o caminho de união do que não deveria estar junto. Primeiras indagações: por que certas coisas não podem andar juntas? Ou, em um sentido prático,

¹ A escalada artificial utiliza equipamentos de ascensão, como escadas e fixações, que permitem ao escalador certa independência dos apoios naturais da rocha. É uma técnica largamente utilizada naquelas paredes onde não se encontram apoios para mãos e pés, ou cuja inclinação negativa impede os movimentos naturais da escalada. Já a escalada com equipamento móvel de fixação é considerada a mais limpa de todas as formas de escalada. Nela os pontos de segurança vão “encaixados” nas fissuras naturais da rocha, permitindo, após a passagem dos escaladores pelo local, sua simples extração, sem deixar vestígios.

por que meu ser esportista, meu ser amante da natureza, deve andar afastado de meu ser militante, pensador, educador?

Já em 1986, me candidato e dou indicado para participar de uma expedição à Antártica. Ao longo de três meses (de novembro de 86 a fevereiro de 87), pude viver intensamente a aventura do frio, das tempestades, do isolamento, do convívio com um só grupo de pessoas isoladas de seus familiares, do cotidiano das cidades, dos confortos da vida nos grandes centros. Lá, na Estação Brasileira Comandante Ferraz, na Ilha Rei Jorge, na península antártica, conheci biólogos, oceanógrafos, meteorólogos, geólogos, glaciólogos, oficiais e marinheiros da Marinha do Brasil, enfim, gente que foi lá para trabalhar e fazer da aventura meio para seu sustento e avanços e produção de novos conhecimentos. Naquele período pude conhecer o que significa ter a natureza como fonte de trabalho e estudo. Em particular, através do grande meteorólogo brasileiro Alberto Setzer, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, pude, pela primeira vez entender a relação entre os ecossistemas, o papel da meteorologia e do equilíbrio climático na sobrevivência da vida na Terra, a relação entre sociedade e produção material da vida, a sobrevivência humana e qualidade de vida, a necessidade da justiça social, política e cultural para um real equilíbrio entre comunidades e a qualidade de vida de todos nós. Enfim, na Antártica, nas noites de reflexão sobre o efeito estufa e a mortandade de espécies animais, sobre o consumo do petróleo e o desequilíbrio na produção e consumo de alimentos, pude entender que tudo está efetivamente conectado, e que caberia a mim mesmo melhor entender tais relações e produzir uma educação que desse conta de ampliar e aprofundar tais relações. Nasceu também, nesse mesmo período, a vontade de prosseguir nos estudos para poder divulgar tudo isso, para um maior número de pessoas, o que todos nós estamos vivendo e como podemos nos posicionar para fazer frente ao atual estágio de desequilíbrios e injustiças.

Entre os anos 1987 e 1988, vividos na Itália, na intenção de concluir meu primeiro trabalho de mestrado, através da pesquisa da vida de Antonio Gramsci, pude acompanhar as transformações que o comunismo, e toda a esquerda, estavam a viver no período. Foi o momento de afirmação do eurocomunismo, Através do reformismo implementado pelo Partido Comunista Italiano. Nesse período se anunciava a transformação da União Soviética – era o momento da Perestroika e da Glasnost. Em 1989 se dá a queda do muro de Berlim. O mundo vivia enormes mudanças. Anúncio por vezes objetivo, por vezes subliminar, do fim das polaridades – o fim do confronto unilateral entre EUA e URSS – há, como desdobramento conceitual importante, a afirmação de possibilidades de pluralidade, na direção de novas relações no campo da fronteiras políticas e econômicas; tempo de um questionamento sobre os impérios; tempo de uma revisão dos territórios humanos. Desde os anos 60, quando se ensaiaram críticas aos modelos de organização política de Estados e se colocou em discussão os modos e participação e representação das coisas da vida – se colocou em xeque a ordem, democrática vigente -, nunca se havia vivido um processo tão intenso de revisão das relações e da governança global. Articula-se um tempo em que as relações entre comunidades e poderes podem se organizar de outra maneira. Há meios para que se constituam outras ordens. As diferenças podem enfim, encontrar caminho para o diálogo. O processo de globalização é um fato. Passa a viger o encontro entre diferenças; é chegado o momento dos encontros paradoxais. O “entre”, como caminho de construção e desconstrução – a nova ordem e a nova desordem –, a globalização não apenas como ampliação do mundo – através das novas tecnologias – mas também como perda das fronteiras, como encurtamento do mundo – como encolhimento... E um outro sentido, a saúde e a doença, em outros processos que se estabelecem a partir de novas relações de poder e trocas. O encolhimento e a expansão – relações paradoxais –, o diferente no mesmo.

A partir de 1989 em diante, para mim ficou claro que o meu próprio caminho havia se alterado. O marxismo, outrora a fonte que abastecia minhas reflexões, já não atendia à complexidade que se me afigurava. Eu havia notado as intensas relações entre natureza, sociedade e educação. Para mim, àquela época, já não fazia mais sentido pensar a sociedade, a cultura, a vida a partir apenas da ótica da luta de classes. Havia o meio ambiente a me impor outros olhares. Eu ser, outrora fraturado, havia unido as partes. Ainda na Europa, descobri o movimento ambientalista, e, já de volta, no Brasil, em contato com o governo de Luiza Erundina, tomei contato com as primeiras questões da Educação Ambiental. Desta forma, vivo uma intensa de olhares e práticas políticas, o que me conduz à reorientação de minha militância. Com a “descoberta” do movimento ambientalista e da Educação Ambiental, vivi meus primeiros grandes conflitos epistemológicos, e me deparo, na retomada da fala de Aquiles, ante a necessidade da construção de novas relações de conhecimento, na admissão do encontro entre diferenças, na inclusão dos desiguais, a partir da consagração do conceito “entre”. Porém, nesse tempo me mantive afastado da universidade – entre os anos 1989 a 1996 -, já que ali não encontrava interlocutores para a troca sobre as coisas novas que estava vivendo. Senti-me excluído pela academia.

Com o crescimento de minhas atividades ligadas ao ambientalismo, em particular com o desenvolvimento de ações em Educação Ambiental, e com o encontro com inúmeros parceiros, principalmente na organização dos Fóruns de Educação ambiental em 1992 e 1994, com a participação na Conferência Rio 92, através da participação do Projeto “A Voz das Crianças”, fui sentindo a necessidade de retomar aos “bancos escolares”, e retomar meu trabalho de mestrado. Porém, a partir de então se tratava de rumar para a construção de novas relações e produções. Já comprometido com as questões ambientais, e certo dos limites de teorias ligadas à fragmentação dos saberes, tinha claro que o caminho se daria através da produção de um trabalho (mestrado) que pudesse ousar na direção da reconexão desses mesmos saberes, caminho para a construção de novas relações, novos saberes. A retomada do mestrado se deu a partir de um telefonema para Ivani Fazenda, que soube muito bem acompanhar meu relato sobre o processo que eu havia vivido e, com muita pertinência, me incluiu em seu projeto de pesquisas sobre interdisciplinaridade, abrindo a possibilidade de uma releitura concreta do ecletismo e das múltiplas conexões entre meus saberes e experiências. Foi a partir desse telefonema que se articulou a retomada de meu processo de formação e a construção de uma linha de pesquisa – um modo de ressonância com toda minha história.

Desta forma, o presente trabalho nasceu como resultado de todo um percurso. Daí ser ele resultado apaixonado de conquistas vividas; também, é o resultado de uma investigação teórica levada a cabo ao longo de mais de seis anos, todos acompanhados da estreita parceria com Ivani Fazenda e seu grupo de pesquisadores da interdisciplinaridade - Grupo de Pesquisas da Interdisciplinaridade da PUC de São Paulo – GEPI.

Como resultado desse processo, pretende aliar-se a uma tarefa contínua da própria pesquisadora, Ivani Fazenda, e do próprio GEPI, levada a cabo ao longo dos últimos anos, qual seja a de dar fundamento teórico à grande quantidade de formulações e termos que as pesquisas sobre a interdisciplinaridade – práticas e questões teóricas - indicaram. Tais formulações e novos termos, todos intimamente relacionados com os debates, leituras e investigações levados a cabo por Ivani Fazenda, revelaram-se, ao longo do tempo, importantes construções teóricas, fruto direto da total imersão e comprometimento de todos na construção da práxis interdisciplinar.

Esta tese vai ao encontro, portanto, de ser mais um instrumento de reflexão e debate sobre as indagações, investigações e os rumos do GEPI, na inesgotável tarefa de pensar e realizar a interdisciplinaridade.

Recordo, ainda, que tal questão já foi tratada por Vitória Kachar, em um importante trabalho, publicado no volume *Interdisciplinaridade, Dicionário em Construção*, onde a autora afirma, ao efetuar *uma busca no banco de dados da biblioteca da PUC, sobre teses e dissertações orientadas por Ivani Fazenda, surpreendi-me com o volume de produções e observei que havia material consolidando uma área de pesquisa, resultado do percurso da professora e pesquisadora, nos catorze anos de estudos e investigações sobre interdisciplinaridade no pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP* (In: Fazenda, 2001, pág. 247).

Por isso, trabalhar sobre todo esse percurso, é algo que seduz e anima, algo que permite entender da consistência das possibilidades e do já realizado. Algo que me assegura que as intuições de um tempo – sentidas nos vários processos de mudança e crescimento, que vivi - definem campos de investigação, e pessoas preocupadas em gerar os frutos bons para o avanço dos conhecimentos e das coisas da educação. Foi um alento, em um momento chave de minha vida, descobrir que a interdisciplinaridade era (e é) uma possibilidade concreta; um alento político, técnico educacional e subjetivo. O medo do estar só, excluído e errado, é um horror. Saber-se ao lado de outros, incluído... que bom!

Este trabalho encontra-se dividido em três partes.

O primeiro capítulo é dedicado à relação entre o pensamento interdisciplinar brasileiro e as características nacionais, a partir de um exercício de antropologia – o chamado ser brasileiro, ou como essas acabam por criar um “estilo” nacional de pensar e praticar a interdisciplinaridade. Da territorialidade objetiva – a territorialidade geográfica - à territorialidade subjetiva a cultura, os valores e a fundação de um “jeito” de ser brasileiro, a nossa maneira de ser. Em síntese, esta primeira parte tratará de afirmar que pensamos interdisciplinarmente (a priori e como condição, em função de um provável caráter nacional), uma vez que nossa subjetividade o requer – ou o que podemos considerar como construção de uma subjetividade coletiva e nacional. E isso indica um caminho todo próprio e original, considerando as condições de formação de nosso povo.

Enfim, será Ivani Fazenda, ao longo de toda sua obra, desde os seus primeiros passos, dará as pistas importantes para se estabelecer tal relação, a partir de suas indicações em torno da antropologia – em particular nos últimos anos, na década de 90 (Fazenda, 1999), como um ponto de partida para se pensar a interdisciplinaridade. Será ela, através de seus trabalhos em torno da necessidade da construção da história de vida de cada singular educador a apontar a necessidade do resgate da subjetividade no ato educativo – o resgate das relações interpessoais entre os envolvidos no processo. E estas relações são o resultado dos processos de formação das populações e das culturas.

O segundo capítulo abordará a questão da interdisciplinaridade como uma filosofia da educação. É nesta parte que localizo as questões chave da tese: Os princípios da interdisciplinaridade, bem como sua prática, constituem-se em uma filosofia? Some-se a essa questão, uma outra: Por que a interdisciplinaridade é categoria de ação? E ainda: Não demandará a interdisciplinaridade, porque categoria de ação, uma reflexão tal que embase pressupostos e categorias, fundamentando o solo sobre o qual pode se erigir toda uma estrutura prática?

Tema fundamental para os desdobramentos futuros da interdisciplinaridade, a afirmação desta como uma filosofia da educação resultaria em um a ampliação de seu olhar e de seu papel histórico; já não estaríamos tratando apenas de técnicas didáticas para a junção de conteúdos disciplinares, não! Estaríamos no caminho de uma forma de transmissão dos conhecimentos, a partir da hermenêutica, e que atribui a relação intersubjetiva o papel de eixo central para sua realização. A meta é afirmar o duplo estatuto filosófico da interdisciplinaridade, ou sua tarefa epistemológica e sua capacidade e necessidade ontológica. Interdisciplinaridade, como perspectiva e recomposição das relações que se dão no entorno do ato educativo: o saber como resultante do “entre” relacional.

O terceiro capítulo aborda a história da interdisciplinaridade no Brasil, em particular a obra de Ivani Fazenda e a produção do Grupo de Estudos e Pesquisas da Interdisciplinaridade – GEPI. Das primeiras produções acadêmicas na década de 70 e o pensamento fundado nos movimentos contra culturais – as contestações do final dos anos 60, as questões das minorias, as discussões em torno de um pós-marxismo e os novos paradigmas - às dissertações e teses recém defendidas dentro e a partir do próprio GEPI. Temos hoje mais de 30 anos de trabalho voltado à afirmação de um pensamento e a constituição de uma prática inovadora. A explicitação desse percurso de trabalho será a conexão com os capítulos anteriores, uma vez que as buscas e produções aqui verificadas são o substrato para o surgimento das indagações já abordadas.

Uma advertência

Como busca de uma possível síntese esta tese pretende abordar:

I – A interdisciplinaridade como uma filosofia da educação, na direção de uma teoria para a compreensão das relações entre e nas disciplinas;

II – A interdisciplinaridade como ato político – instrumento de afirmação e liberdade de todos aqueles que pensam e atuam em educação.

Tal busca não está afeita a um capítulo ou parte do texto em particular. Na verdade tais preocupações encontram-se ao longo do trabalho e consubstanciam a razão primeira para a sua redação. É um exercício de afirmação de que a interdisciplinaridade que se pensa e se realiza no Brasil pode referenciar um pensamento educacional, original e autêntico, uma teoria educacional própria.

A par dessas constatações, cabe afirmar: à interdisciplinaridade não é suficiente apenas a tarefa de “redescobrir” a unidade dos saberes – bem como sua articulação didática. Cabe, para muito além dessa tarefa primeira, afrontar o modo de controle educacional hoje articulado, que amiúde reproduz os modos do controle. Assim como afirma Deleuze acerca da obra de Michel Foucault, *é certo que entramos em sociedades de “controle”, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o ‘confinamento’ (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Certamente, não se deixou de falar da prisão, da escola, do hospital: essas instituições estão. Mas se estão em crise, é precisamente em combates de retaguarda* (Deleuze, 1992, pg. 215 e 216). Para que não permaneçamos, portanto, apenas no campo da retaguarda, e que possamos ir para

além da reprodução de modos de controle, cabe afirmar que o modo da produção e transmissão dos conhecimentos e saberes hoje quer na escola como em todos os demais espaços onde ocorram relações educativas, deve se pautar por novas relações, outros tempos e diferentes estruturas. Tal enfrentamento, que é a um só tempo político, filosófico e metodológico, demanda também a marca das relações humanas - o que sugere o campo das relações intersubjetivas, para que então se revele práxis transformadora.

Nesse sentido, penso que este trabalho possa se inscrever, ao mesmo tempo, no âmbito dos debates sobre o multiculturalismo² e as questões correlatas, tais como a globalização e a complexidade cultural; a ética e a estética na pós-modernidade; a autonomização da vida cultural, o desejo, o consumo e o cotidiano; as localidades e as comunidades, as nações e as identidades culturais. O resultado derivado das análises sobre o conjunto dessas questões, para além da mera defesa de um pensamento nacional, ou mesmo de uma personalidade nacional a afirmar comportamentos e demandas educacionais, sugerirá que o momento atual, em toda parte, demanda uma atenção especial às questões particulares – em algum sentido, às questões ditas menores -, ou locais; a questão das territorialidades objetiva e subjetiva, onde quer que estejamos, ganhou indiscutível importância, e há, subjacente a essa questão, a luta pertinente em torno do não achatamento dos valores e das vontades, bem como das peculiaridades e características próprias de cada personalidade.

A redação deste trabalho inscreve-se nesse cenário. Como consequência direta de tais questões, acima citadas, é uma tese afeita aos temas centrais da contemporaneidade, e partir de uma leitura crítica desta, se propõe a sugerir outros ritmos e outros valores, assim como outras formas de luta e produção das formas de sobrevivência. Neste ponto surge uma dúvida realmente cruel: Não seria, desde já, por tudo que vivemos e sabemos como está engendrado este nosso tempo, em seus mecanismos de imposição e controle, um trabalho inútil?

Minha sincera esperança e declaração de vontade é que não, e que ele possa cumprir um vigoroso papel de fazer questionar e pensar sobre o mundo e as coisas da educação que aí estão. E pensar, e afirmar, que é chegado o momento da escola secundarizar a transmissão de conteúdos – seja lá de que forma articulada, complexa, abrangente, o que for... –, para enfim priorizar a relação entre alunos, professores, diretores, coordenadores etc, ou o resgate e a nova inserção da subjetividade nos jogos do fazer educacional, e neles, e a partir deles, requalificar e ressignificar os conteúdos e sua transmissão.

² Ver especialmente: Mike Featherstone (1997), *O Desmanche da Cultura*; Teixeira Coelho (1997), *Dicionário Crítico de Política Cultural*; Augusto de Franco (1995), *Ação Local, a nova política da contemporaneidade*; Manuel Castells (1999), *A Era da Informação – vol. 2 - O Poder da Identidade*.

PRIMEIRA PARTE

*Pro domo sua*³

Quando o pesquisador iniciante defronta-se com o dilema da pesquisa, é prisioneiro do desejo de ir além, de criar, de inovar, de caminhar em direção ao que ainda não é. Porém, como ainda não sabe quem é, fica impedido de transgredir seus próprios limites.

Entretanto, à medida que vai se apropriando do si mesmo, sua pesquisa experimenta o gosto pela autêntica descoberta de sua subjetividade. Como num espelho, vê sua imagem (aquela que nunca a ele fora revelada), exposta como se não fora sua. Examina-a em cada detalhe; um ajuste aqui, outro acolá, aproxima-a da imagem de seus desejos. É todo um processo de construir-se e, nesse construir-se, aos poucos, revelar-se.

Ivani Fazenda (1995)

A produção do texto e o tempo

Que felicidade poder, após tantos anos, retornar a textos, livros e anotações que o tempo sugeriu colocar de lado. Que felicidade retornar à filosofia. Estranha solicitação do inconsciente, colocando nas esquecidas prateleiras do tempo leituras já realizadas, para que o próprio tempo possa elaborá-las, permitindo sua retomada em um outro tempo, mais favorável, pertinente. E produzir uma tese é, obrigatoriamente, oferecer-se um tempo. Requer maturação. Escrever uma tese pressupõe espera, atenta percepção sobre os andamentos, os ritmos que nos circunscvem, que nos definem. Aí reside uma espécie de maravilha da produção. Produção desligada das emergências contemporâneas, a produção de uma reflexão é sempre um possível enfrentamento ao imposto a essas formas esdrúxulas de tempo.

Esta tese, que cumpre um papel central em meu processo de formação e afirmação de meu próprio percurso de vida, se inscreve em um cenário de permissão de resgate de leituras e investigações, de marcas de trabalhos vividas ao longo de anos de trabalhos em educação, se propõe, também, a um enfrentamento a formulações contemporâneas francamente desfavoráveis ao tempo necessário à maturação de práticas e saberes, o tempo necessário à construção do conhecimento. Ou, como quer uma das teses centrais da interdisciplinaridade: rever o velho para formular o novo.

Penso que estamos a viver um tempo de desperdício do próprio tempo. E tal ocorre porque há uma busca alucinada de tempo, um tempo desumano, mentiroso, autoritário. É o tempo da produção e do consumo a gerar o consumo do humano pelo próprio humano, no fim das contas o único produtor de tudo que aí está.

Sinal do próprio tempo em que vivemos, os excessos são constantes, gerando inutilidades que somente o próprio tempo, em uma recorrente circularidade, poderá depurar o que tiver de ser depurado para que os conteúdos e as mensagens e o novo possa ser criado e incorporado. O tempo presente é um tempo de excessivas emergências. Estamos sempre atrasados. Ou melhor, vivemos com a permanente sensação de que há para ser feito, demandando mais tempo, algo que percebemos estar faltando, algo que já deveria ter sido feito. Atraso, resultado perverso de urgências ilimitadas. Somos filhos de um tempo que não quer esperar.

E num tempo em que se verifica tal forma de desumanização, quer no âmbito político, quer no plano acadêmico, mesmo na produção cotidiana da vida, há que se reivindicar outros tempos... Maffesoli (1998) afirmará:

Talvez seja quando o sentimento de urgência se faz mais premente que convém pôr em jogo uma estratégia da lentidão.

³ “*Pro domo sua* – ‘Pela própria casa’. Título de um discurso em que Cícero, de volta do exílio, reclamava indenização pela sua casa incendiada. Usa-se em sentido figurado para indicar que alguém fala em defesa dos próprios interesses” (Ronai, 1980).

Nessa corrida pela produção, estamos também nós do mundo acadêmico a cronometrar o que quer que façamos. Nosso tempo é um tempo definido a priori. Nada de buscas livres, devaneios, deleites. Estudar e produzir não pode mais depender de um navegar sobre a relação prazer e conhecimento, ou o prazer de conhecer e de descobrir o que não se sabe. Há uma máquina a aguardar o que está a ser produzido, para que se publique, para que se venda, para que ao cabo sejamos conhecidos e reconhecidos – quem sabe, com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa. E isso, todos nós sabemos, conflita radicalmente com os processos humanos de construção e amadurecimento do que se sabe e do que não se sabe. A investigação científica depende de outros tempos. Mas hoje...

Os primeiros passos para a escrita

De repente me vejo abrindo livros outrora lidos... Reencontro velhas anotações, ainda pertinentes, significativas pegadas, deixadas ao longo de percursos já trilhados. Interessante retomar tais trilhas, percorrer caminhos que já foram percorridos. Entretanto, o foram de outra forma, com outro objetivo, buscando outros horizontes. Agora eles reaparecem, re-significados, fazendo parte de uma outra trilha, um outro sonho, um outro objetivo. Mas são, paradoxalmente, os mesmos livros, os mesmos autores, os mesmos termos, as mesmas teorias. Que bom voltar, e voltar, e voltar. Uma circularidade apenas possível quando se permanece.

Assim, desejar escrever uma tese não é apenas uma vontade cuidada durante anos. É mais; é uma espécie de missão, através da qual esperamos poder contribuir em um debate, interferir em aspectos da realidade, transformar situações, mexer e sacudir, participar. Missão que se revela necessidade fundada na individualidade. Por isso, não tem um caráter missionário coletivo imposto de fora para dentro, qual uma atribuição cultural, política, comunitária ou religiosa. Não; é uma tarefa necessária para afirmar a própria individualidade, fixar princípios, aprofundar, para nós mesmos, o que somos, o que queremos e para onde rumamos. E aí radica um grande problema: anunciar a nós mesmos o que somos, explicitando, na inteira intimidade que o trabalho da redação da tese exige e no silêncio necessário a reflexão, nossos limites e, portanto, nossas fragilidades. Ah, coisa dolorida! Saber a exata medida do que somos - cruel combate ao que pensamos que somos - escrever é exposição, interior exposição, perda em definitivo das máscaras, “personalidades” que no plano social nos protege e nos exime de certos esclarecimentos⁴. Por isso, missão, que levada a termo transpõe toda fronteira, anunciando o nascimento do novo, a chegada em nós de um outro que partiu de nós mesmos, transformação do mesmo...

Vontade que é um desejo que percorre dias e noites, que nos mobiliza, que nos atíça, que nos intranqüiliza e nos apavora. Vai ao encontro de planos passados e se abre a inesperados universos, como se fosse uma trilha há muito procurada e, ao mesmo tempo, o mais desconhecido dos caminhos. Desejo que recorre por anos, escondendo-se, nos meandros do cérebro e do coração, querendo fugir à possibilidade de vir à luz, de tornar-se apresentação, de emergir das profundezas da alma, para ganhar o ar e as mentes, ganhando

⁴ ...Isso a que Espinoza chama de Natureza: uma vida que não se vive a partir da necessidade, em função dos meios e dos fins, mas a partir de uma produção, duma produtividade, duma força, em função das causas e dos efeitos. Humildade, pobreza, castidade, eis a maneira própria de o filósofo ser um Grande Vivente, e de converter o seu próprio corpo num templo para uma causa demasiado orgulhosa, demasiado rica, demasiado sensual. De tal modo que atacando nisso o filósofo, se recebe a humilhação de atacar um modesto disfarce, pobre e casto – o que aumenta a raiva impotente -, não oferecendo o filósofo qualquer luta, mesmo que receba todos os golpes.

A solidão do filósofo adquire então todo o seu sentido. Porque não pode integrar-se em nenhum meio, não serve para nada. Sem dúvida que é nos meios democráticos e liberais que ele encontra as melhores condições de vida, ou melhor dizendo, de sobrevivência. Mas estes méis são apenas para ele a garantia de que os maus não poderão envenenar ou mutilar a vida, nem separá-la do poder de pensamento que transcende os fins de um Estado, de uma sociedade, ou de qualquer outro meio em geral. Em toda a sociedade, mostrará Espinoza,, trata-se de obedecer e nada mais; por isso as noções de falta de mérito e desmérito, de bem e de mal, são exclusivamente sociais, e referem-se à obediência e à desobediência. A melhor sociedade será portanto aquela que isenta o poder de pensar do dever de obedecer, e em seu próprio interesse se resguarda de submetê-lo à regra do Estado, que apenas vale para as ações. Quando o pensamento é livre, portanto vital, nada está comprometido; quando deixa de o ser, todas as outras opressões são também possíveis, e uma vez realizadas, qualquer ação se torna culpável, e toda vida ameaçada (Deleuze, sem data, pgs. 09 e 10).

a crítica, o olhar do outro a avaliação externa, o mundo da produção e do consumo, consagrados pela frieza, pela cronologia, pela racionalidade, pela “pertinência”. Não cabe ao desejo mais, quando a produção apresenta-se, o resguardo e a calma que se encontra no sono e nos sonhos do que virá, na quietude do pensamento que planeja, que arquiteta. O terreno do desejo é sempre belo e calmo, mergulhado em um tempo vagaroso, humanamente sedutor. É lugar onde qualquer idéia, todas as idéias são bem vindas e aceitas. Cabe dúvida e duplicidade.

Apesar do território do desejo ser favorável a toda ordem de ambigüidades, a escrita de uma tese é uma tomada de posição e uma ousadia, que, paradoxalmente requerem a afirmação de crenças e conhecimentos – ou, a tentativa da expulsão do ambíguo⁵. E isso não ocorre sem dores e sofrimentos. A tentativa da expulsão do ambíguo revela-se luta constante. Inclusive porque assim espera a academia. Temos que produzir algo que seja direcional e preciso, não rebuscado, não permitindo margem a dúvidas. Trata-se do mais completo exercício de pressão para a expulsão da ambigüidade. Frente essa constatação, cabe a pergunta: isso é possível? E ainda: seremos capazes de deixar de lado modos e convicções que, apesar de sabermos serem dissonantes, contraditórias, multidirecionais, são constitutivas de nosso ser? Enfim: a partição do que sou, na expulsão de meus duplos e de minhas sobreposições torna-me claro, mais eficiente, mais pertinente?

Por ser fonte de tão intensas contradições, a escritura de uma tese é trabalho que exige um tempo próprio. Não um tempo simplesmente longo, ou curto. Requer um tempo, único, curtido à medida da própria tese que se elabora. Não um tempo cronológico, que escorre mecanicamente. Não! Portanto, não há uma medida temporal estabelecida *a priori*. É de se esperar que aí, então, resida toda sorte de dúvidas e temores. Como não há um tempo próprio para se escrever uma tese, pergunta-se: qual o tempo de uma tese? Como saber que se está maduro para iniciá-la e para concluí-la? Quais parâmetros, quais referenciais?

Penso que a redação de uma tese não pode ser ato mecânico. Não pode ser imposição regimental ou departamental. Erramos quando permitimos que tal produção se volte à aquisição de posições nas instâncias acadêmicas, elevação de salários, conquista de postos de trabalho. Tornada obrigação, a redação de um trabalho reflexivo perde sua potência, correndo o risco de tornar-se burocracia, tarefismo. Ao se tornar plataforma para ascensão na carreira, passa a ser uma meta a ser alcançada em prazos, conferindo ao calendário a tutela da produção. Equívoco! A produção de uma reflexão não pode filiar-se apenas ao relógio. A relação entre coração e mente demanda outros tempos, mais sofisticados e muito mais bonitos que um simples tic-tac. Por isso ela nasce quando deve nascer. Uma única concessão aos prazos: àquela demanda que nasce de nosso ser produtor. Não cumprir a missão de redigir algo que possa interferir na realidade é

⁵ *O conatus* (Do latim: esforço, empenho, tentativa. Para Espinosa: esforço ou tendência afirmativa de o sujeito persistir na sua existência), *aliás, naturalmente e em função da sua ambigüidade genética, suscita o desejo, e emerge no campo da consciência. O desejo, para o nosso filósofo (Espinosa), é sempre conatus tornado consciente, e logo, tal como o é a consciência – esta o é aliás por ele), ambivalente. O desejo, a partir de então, é sempre desejo de alguma coisa, nascendo o bom e mau, precisamente, do desejo ou do não desejo de alguma coisa. Julgamos que uma coisa é boa – diz Espinosa – porque tendemos para ela, porque a desejamos, porque ela nos é conveniente; ao contrário, julgamos que uma coisa é má quando ela nos é inconveniente e quando, por isso, não a desejamos. Desejo e não desejo são sempre, no entanto, desejo: pode mesmo desejar-se, no campo da consciência onde o desejo tem lugar, aquilo que é onticamente inconveniente, sendo esse o caso, inclusivamente, das afirmações puramente reativas. É assim que se explica, por exemplo, que Espinosa afirme algures que o escravo pode desejar tão ilusoriamente a sua escravatura como se da sua liberdade se tratasse.*

*Coloca deste modo a posição ambígua do sujeito enquanto desejo e conatus representa então, para Espinosa, a condição básica do exercício da sua hermenêutica e de afirmação da sua filosofia, uma vez que sem ela, seria impossível explicar a pura possibilidade de emergência do negativo e a correlativa necessidade de o suplantar. É certo que o sujeito ambíguo tem de ser neutralizado, mas isso apenas é possível a partir dessa mesma ambigüidade, e através da sua rasuração num plano que, rigorosamente, porque da ordem do entendimento lhe escapa. Existe assim em Espinosa, como nota Ricoeur aproximando-o de Aristóteles, Leibniz, Hegel e Freud, uma anterioridade da **pulsão** – plano ôntico – em relação ao plano reflexivo, uma anterioridade do **eu sou** em relação ao **eu penso**, podendo afirmar-se, por um lado, que eu penso tal como sou e estou, mas por outro lado, e em qualquer caso, que “a perda das ilusões da consciência é a condição de qualquer reapropriação do sujeito verdadeiro” (Do Posfácio “Apresentação de Espinoza Hermeneuta”, por Adélio Melo in: *Espinoza e os Signos*, Deleuze, sem data).*

desmerecer nossas capacidades e, principalmente, nosso desejo de sermos presentes e atuantes. O maior perdedor não escrevendo é o próprio autor.

A filosofia da educação e a interdisciplinaridade

Quando se trata de uma tese voltada à reflexão sobre a relação entre filosofia, educação e a prática da interdisciplinaridade, aí então as questões acima indicadas ganham inequívoca pertinência.

Em primeiro lugar porque há muito, no Brasil, os educadores, na sua grande maioria, vêm se dedicando a realizar a educação a partir de reflexões oriundas diretamente da própria prática, desprezando em larga medida, pensamentos mais profundos, deixando de erigir uma filosofia para estabelecer os pressupostos do ato educativo, no sentido de uma prática transformadora erigida a partir de um pensar complexo, lento e profundo – em uma palavra, um pensar **sólido**⁶. Tal solidez, ao contrário do que muitos podem pensar, ao contrário mesmo de representações que o termo carregue, não está afeita à fixação, imobilidade, rigidez. Ao contrário, há nela um movimento consistente, algo que, metaforicamente, sabe para onde quer, deve e pode ir! Nessa solidez há uma leveza, e desta leveza sólida é que devemos extrair os fundamentos de nossas reflexões e ações. Assim, como sugere Calvino, sobre a leveza:

*A leveza para mim está associada à **precisão** e à **determinação**, nunca ao que é **vago** ou **aleatório**. Paul Valéry foi quem disse: “Il faut être comme l’oiseau, et non comme la plume” (É preciso ser **leve** como o pássaro, e não como a pluma) – (Grifos meus. Calvino, 1998, pg. 28).*

Tal solidez deve, então, fazer referência ao que hoje vivemos, um tempo de total fluabilidade, relativismos e incertezas. Certo que fizemos para que tal ocorresse. Lutamos pelo questionamento das fronteiras, das verdades supremas, pelas decisões e assertivas imperiosamente impostas. Lutamos pelo fim de toda forma de autoritarismo. Entretanto, temo que tenhamos colocado, como no dito popular, “para fora da banheira a água e a criança”. Do questionamento dos poderes ao questionamento dos saberes, acredito que estamos a nos autorizar afirmar conhecimentos que demandam, ainda, profundidade e tempo de maturação, e no movimento fácil de tudo questionar e relativizar, a necessária solidez para que se afirmem novos saberes foi sendo paulatinamente abandonada. Afirimo que é o momento de revermos esse nosso comportamento, ao menos em torno de nossas pesquisas sobre educação em nosso país⁷.

Ainda sobre tal questão, vale a pena lembrar que os próprios Marx e Engels, no Manifesto Comunista, utilizam uma expressão interessante e importante, quando de sua avaliação sobre a condição da modernidade: “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Marshal Berman, cientista político americano, utiliza essa mesma frase para escrever um dos mais importantes livros sobre as condições da modernidade, e a necessidade de se aprofundar e conhecer muito bem do que se trata tal questão/tema, para um possível posicionamento – o título do livro é a própria frase. Na introdução, o autor se posiciona quanto à utilização da referida frase e qual é seu objetivo ao estudar as questões suscitadas pela própria modernidade. Eis o que afirma o autor⁸:

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a

⁶ Em Fazenda, sobre a necessidade de fundamentação para a realização da interdisciplinaridade: *A formação na educação à, pela e para a interdisciplinaridade se impõe e precisa ser concebida sob bases específicas, apoiadas por trabalhos desenvolvidos na área, trabalhos esses referendados em diferentes ciências que pretendem contribuir desde as finalidades particulares da formação profissional até a atuação do professor* (Fazenda, 2001, pg. 14).

⁷ A esse respeito é interessante tomar conhecimento das recentes pesquisas, levadas a cabo por pesquisadores ligados aos cursos de educação da PUC, USP e UNICAMP, sobre a forma de implantação e os resultados obtidos pela chamada “progressão continuada”, na rede estadual de ensino no estado de São Paulo.

⁸ Observação: Autorizo-me a transcrever o texto sem, contudo, deter-me sobre o debate entre as denominações ‘modernidade’ ou ‘pós-modernidade’, para tratar do tempo presente e seus condicionantes; utilizo-me, tão somente, da denominação ‘contemporaneidade’ – preferencialmente, ‘condicionantes da contemporaneidade’. Tal opção deve-se a uma necessidade própria deste trabalho, com seus limites e possibilidades, opção de circunscrição e objetividade temática.

modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso; tal sentimento engendrou inúmeros mitos nostálgicos de um pré-moderno Paraíso Perdido. Na verdade, contudo, um grande e sempre crescente número de pessoas vem caminhando através desse turbilhão há cerca de quinhentos anos (...) Marx, Nietzsche e seus contemporâneos sentiram a modernidade como um todo, num momento em que apenas uma pequena parte do mundo era verdadeiramente moderna. Um século depois, quando o processo de modernização desenvolveu uma rede da qual ninguém pode escapar, nem no mais remoto canto do mundo, podemos aprender de maneira considerável com os primeiros modernistas, não tanto sobre o seu, mas sobre o nosso próprio tempo. Nós perdemos o controle sobre as contradições que eles tiveram de agarrar com toda força, a todo momento, em suas vidas cotidianas, para poderem sobreviver, afinal. (...) Se pudermos fazer nossa visão a sua visão e usar suas perspectivas para nos ver e ao nosso ambiente com olhos mais desprevenidos, concluiremos que há mais profundidade em nossas vidas do que supomos (Berman, 1986, pgs. 15 e 35).

Assim a partir de uma reinterpretação dessa solidez que de repente se desfaz no ar, cabe afirmar que os valores, fronteiras, limites, identidades que hoje encontram-se tão questionadas, tão fragilizadas, merecem um outro olhar que as requalifique, que as faça recuperar sua pertinência – ou, quem sabe, constituir novas. Da mesma forma, trata-se de revigorar a prática da investigação rigorosa, densa, que possibilite, a partir da descoberta propiciada pela intuição (no sentido de uma densidade ontológica da intuição), a certificação e a estruturação próprias derivadas do exercício da razão (densidade epistemológica do conhecer).

Rigor revelado pela palavra *erudição*. Ivani Fazenda insiste nesse aspecto, quer seja na formação de professores, quanto na realização de pesquisas em educação. Ela afirma: *Apesar de haver diferentes formas de pesquisar em educação, a lógica que deve presidir a pesquisa é a lógica da erudição, pois é impossível delinear os caminhos para pensar a prática educativa sem adentrarmos ao nível de abstração teórica e das generalizações (Fazenda, 1989).*

Para que possamos dialogar, no sentido do di-álogo (lógica entre dois, ação de encontro e complementaridade), é necessário que cada um que busca o diálogo tenha sua história, seus valores, saiba ver e falar de seus desejos, e necessidades. É preciso que cada um tenha a sua ‘mochila’, cada qual com seus pertences, e que saiba se cuidar, que tenha como sobreviver – meios de enfrentar o desconhecido – e que possua autonomia. Aí, no momento do encontro pode haver troca; e da troca à possibilidade da construção coletiva do novo e da liberdade (eis o fundamento primeiro de toda interdisciplinaridade). Segundo Thoreau (1986), através de uma potente metáfora sobre autonomia, liberdade e força próprias, ele afirma: *se você está pronto a abandonar pai e mãe, e irmão e irmã, e esposa e filhos e amigos, a nunca mais vê-los – se você saldou suas dívidas, e fez seu testamento, e resolveu todos os seus compromissos, e é um homem livre – aí então você está pronto para uma caminhada.*

Ou, para parafrasear Milan Kundera – e brincar um pouquinho! – trata-se, talvez, de escapar de uma “insustentável leveza do ser” (quem sabe, insustentável leveza do não saber), para assumir um sustentável peso do saber.

Experiências e construções teóricas

Há, sem dúvida, experiências e práticas pedagógicas no Brasil a oferecer vasto material de análise. Há ações de toda ordem no campo da educação, profissionais experimentando inovações, criações e ousadias. Mas há, ao mesmo tempo, ranços difíceis de serem enfrentados. Em muitos aspectos, a condição – ainda!! – de colônia nos limita. Em geral, sabemos que a grande maioria dos profissionais da educação, que estão a enfrentar condições muito difíceis de trabalho, com poucos recursos, mal formados e sem remuneração adequada, comumente atuam como meros reprodutores de obras e discursos.

Mas, em primeiro lugar falta-nos ousadia para sugerirmos a total independência dos modelos – parâmetros -, e que acreditemos que as práticas, mesmo as mais pobres, podem produzir frutos novos e belos, essa sim, a fonte natural para a constituição de teorias em sintonia com nossa realidade.

Uma prática sólida deriva da constituição de alicerces sólidos. Estes só podem existir em terreno sólido – aquele onde estamos, aquele que sabemos ser o nosso. Tal consciência sólida, raiz de toda territorialização, é a matriz primeira para ações de transformação das gentes. Uma prática sólida e original, sem cópias, é o caminho para a interlocução com outros referenciais. Tais referenciais não podem ser mais que meros instrumentos de diálogo – interlocução. Para esta troca cabe a maior e mais profunda teorização sobre o que se produz. Uma prática sólida requer e propicia teorização sólida – algo que, por vezes, nós, brasileiros, colonizados, parece que temos produzir.

Talvez reflexo direto do período em que vivemos, somos levados a fazer e fazer, parando muito pouco, quase nada, para pensar e elaborar críticas, base para um fazer consistente e condizente com o próprio tempo em que vivemos. E quando paramos para refletir, o fazemos diretamente debruçados sobre a prática que realizamos, em muito desprezando outras leituras, chamadas de “leituras de fôlego” – densidade -, basicamente textos de profundidade, que possibilitam uma visão aberta e descentralizadora dos problemas que enfrentamos.

Em segundo lugar, nossa prática é preponderantemente submetida ao tempo da produção da era pós-industrial, numa expressão, aos condicionantes da contemporaneidade: velocidade, fragmentação e superficialidade.

De maneira geral, a contemporaneidade, que muito denominam de período pós-moderno, está marcada pelos condicionantes mencionados. Os autores que se debruçaram e se debruçam sobre a questão, entre eles: Baudrillard, 1985; Featherstone, 1994 e 1995; Gardner, 1996; Harvey, 1993; Heller & Fehér, 1998; Lipovetsky, 1989 e 1999; Lyotard, 1986, 1989 e 1996; Santos, 1986; Sarlo, 1997; Smart, 1993; Subirats, 1986; Vattimo, 1996, insistem em afirmar que não podemos entender a pós-modernidade sem uma clara compreensão das atuais condições de produção e administração do cotidiano – aceleração da produção de bens e serviços, acesso e troca de informações, uma representação de uma possibilidade de compressão do tempo-espço possibilitada pelos meios e modos de deslocamento acelerado⁹.

Aceleração

Estamos inseridos em um tempo em que a informação chega aos pedaços, e que facilmente se transforma em lixo informacional. Assim como estamos vivendo um momento de colagens, sobreposições, padronizações e singularizações, heterogeneizações e homogeneizações em simultâneo acontecimento, há movimento e fixação, paradoxais relações entre o que aparentemente não comporta qualquer relação. Segundo Ferreira dos Santos, *o ambiente pós-moderno significa basicamente isso: entre nós e o mundo estão os meios tecnológicos de comunicação, ou seja, de simulação. Eles não nos informam sobre o mundo; eles o refazem à sua maneira, hiper-realizam o mundo, transformando-o num espetáculo* (Santos, 1986). E essa “releitura” e “reescrita” do mundo acontece de maneira veloz – ao tempo mesmo das máquinas eletrônicas – fragmentária – como mais um passo na direção de uma absoluta divisão do saber, para sua administração e controle pelas castas dirigentes -, e superficial¹⁰ – uma vez que qualquer possibilidade de aprofundar análises e desdobrar conhecimentos vai de encontro aos interesses da produção, já que tal demanda tempo de maturação.

Em terceiro lugar, vivemos um tempo de releitura de paradigmas, baseados no pensar criticamente a modernidade, o salto para a contemporaneidade/pós-modernidade, a constituição das massas, os avanços da ciência, as novas formas da participação e da representação na esfera da política e da gestão da coisa pública.

Por muito tempo, a prática da ciência se eu com vistas à eliminação do sujeito, este tido como fonte de erro. No dizer de Edgar Morin, *na ciência clássica, a subjetividade aparece como contingência, fonte de erros (o “noise” da linguagem informática, o ruído que é absolutamente necessário eliminar). Por isso, a ciência clássica excluiu sempre o observador de sua observação, e o pensador, o que constrói, de sua*

⁹ “A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, contêinerização, retorno do mercado etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, ‘vinte e quatro horas pode ser um tempo bem longo’ nos mercados globais de ações”.(Harvey, 1993, pg. 258).

¹⁰ Uma importante análise sobre esse tema está contida no trabalho publicado pelo geógrafo Milton Santos, pouco antes de seu falecimento: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, 1991.

concepção, como se fosse praticamente inexistente ou se encontrasse na sede da verdade suprema e absoluta (Morin, em: Schnitman, 1994, pg. 46). E essa cientificidade clássica acaba por invadir as ciências humanas, e aí também provocará uma tentativa de expulsão do sujeito. Aí também, nas humanidades, se buscou a construção do determinismo, do estruturalismo, aí também prevaleceu o cientificismo¹¹.

Felizmente, ao lado das grandes transformações políticas e sociais vividas a partir de meados do séc. XX, particularmente a partir da Segunda Guerra, e as mobilizações dos anos 60, podemos afirmar que há em marcha uma forte mudança paradigmática¹². De maneira sintética, podemos afirmar que o pensamento clássico se distingue pela separação formal entre o pensar o sentir, entre a lógica e as sensações, entre o *logos* e o *eros*¹³. A partir do *Cogito, Ergo Sum*, Descartes inaugura uma cisão que atravessar toda a modernidade, e que apenas muito recentemente é colocada em discussão, gerando as condições para uma revisão destas cisões, das fragmentações, na direção de enxergar todo e parte não mais em uma relação de dominação ou dependência, mas em interação e complementaridade. A esse respeito, Capra (1988) afirma:

A divisão entre espírito e matéria levou à concepção do universo como um sistema mecânico que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos a seus componentes materiais fundamentais cujas propriedades e interações, acredita-se, determinam completamente todos os fenômenos naturais. Essa concepção cartesiana da natureza foi, além, disso, estendida aos organismos vivos, considerados máquinas constituídas de peças separadas. Veremos que tal concepção mecanicista do mundo ainda está na base da maioria de nossas ciências e continua a exercer uma enorme influência em muitos aspectos de nossa vida. Levou à bem conhecida fragmentação em nossas disciplinas acadêmicas e entidades governamentais e serviu como fundamento lógico para o tratamento do meio ambiente natural como se ele fosse formado de peças separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesses.

Eis a questão: produzir um novo/outro olhar para a formulação das disciplinas, e que tal não permita a circunscrição no campo da “monodisciplinaridade”, mas que se abra para as múltiplas conexões possíveis e necessárias frente a tudo que aí está. No dizer de Portella (1993), *os instrumentos críticos fundados na monodisciplina (...) foram perdendo a sua capacidade de dar conta da aventura do pensamento.*

A interdisciplinaridade, a par desses problemas de ordem conceitual a serem enfrentados, demanda uma força que transcende toda objetividade metodológica – ou, ao menos, não está restrito a ela. Tal força é aquela da subjetividade, chamada desejo, sem o qual todo projeto de constituição desse novo paradigma corre o risco de ser abortado. A bem da verdade, a questão da interdisciplinaridade, antes mesmo de ser um problema teórico, é um tema ligado às políticas de nossa existência. E, nesse ponto, não há como escapar da questão: Estamos dispostos a produzir um tal nível de reflexão e de conseqüente mudança em nossas vidas?

Ocorre que para se desenvolver o pensamento pedagógico, assim como na grande filosofia, a busca pelo ideal, pela compreensão maior, a totalidade – assim como se engendra a questão dos novos paradigmas e a construção de uma ação em torno da não fragmentação dos saberes e as relações entre o todo e a parte -, é um ideal sempre perseguido...(nunca atingido), mas de permanente ida, com sofrimento e dor, ida constante, perene combate ao desconhecido, o que dá medo, o incerto.

¹¹ “A objetividade científica durante muito tempo fora definida como ausência de referência ao observador; de agora em diante, encontra-se definida por uma referência inultrapassável ao ponto de vista humano – uma referência ao homem, ou à bactéria por exemplo, esse outro habitante do mundo macroscópico cujo movimento constitui claramente uma atividade exploratória, pois supõe a orientação no tempo e a capacidade de reagir irreversivelmente a modificações químicas do meio. A nossa ciência, por muito tempo definida pela busca de um ponto de vista de sobrevôo absoluto, descobre-se finalmente como ciência ‘centrada’, cujas descrições por ela produzidas são situadas e traduzem nossa situação no seio do mundo físico” (Prigogine, 1984).

¹² Conferir: *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, Perspectiva, 1996.

¹³ Ver, em especial: Herbert Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Zahar, 1982. Em particular: “A sociedade racional subverte a idéia de Razão. (...) A idéia antiga de um estado no qual o Ser atinge sua realização, no qual a tensão entre o ‘e’ e o ‘deve’ é resolvida no ciclo de um retorno eterno, participa da metafísica da dominação. Mas também pertence à metafísica da libertação – à reconciliação de Logos e Eros”.

No dizer de Fazenda (1998), *uma educação que abraça a interdisciplinaridade navega entre dois pólos: a imobilidade total e o caos. A percepção da importância do passado como gestor de novas épocas nos faz exercer paradoxalmente o imperativo de novas ordens, impelindo-nos à metamorfose de um saber mais livre, mais nosso, mais próprio e mais feliz, potencialmente propulsor de novos rumos e fatos. O processo interdisciplinar desempenha um papel decisivo no sentido de dar corpo ao sonho de fundar uma obra de educação à luz da sabedoria, da coragem e da humanidade.*

Entre o ideal, misto de idéia e desejo, o certo, contido no espírito e na mente do filósofo-pedagogo, e o necessário, elementos da composição do cotidiano e da construção material da vida, o pragmático, há uma luta infundável, ambos a se debater, em um combate paradoxal, onde um e outro não quer, não espera, não pode conseguir a destruição do outro. A dependência de um pelo outro é a garantia vital do movimento, do permanente desdobramento e transbordamento de novas construções, conquistas da relação entre a lógica e o prazer, fundamento do humano.

Interdisciplinaridade como projeto técnico e político

É comum atribuir ao termo interdisciplinaridade o movimento educacional em torno da busca da superação da fragmentação disciplinar¹⁴. Como decorrência das críticas a educação pautada na especialização dos conteúdos, principalmente à norma vigente na maior parte das escolas, onde se dá à prática dos currículos disciplinares, a interdisciplinaridade tornou-se uma espécie de instrumento de combate à fragmentação, instrumento técnico a serviço da busca de respostas e novas fórmulas de sucesso. Qual experiência apta a conquistar fatias do mercado educacional, o termo interdisciplinaridade ganhou notoriedade e passou a fazer parte obrigatória de documentos e propostas em todos os níveis da atividade educacional do país. Dos manuais oficiais aos planos diretores das escolas públicas e privadas, a palavra interdisciplinaridade foi, e é, usada sem limites.

Ao contrário dessa “facilidade” no uso do termo, creio que o momento presente está a exigir uma requalificação do próprio termo, condição para uma estratégia de retomada da reflexão em torno da fragmentação do saber e de sua transmissão, meio para se pensar a escola contemporânea. Desta forma, temos que a interdisciplinaridade não se dirige apenas à tarefa de repensar e estruturar tecnicamente o currículo escolar e as atividades didáticas. Ela carrega essa importante missão, mas não restringe sua ação ao campo da técnica. O pensamento interdisciplinar, uma vez que se fundamenta na crítica à modernidade na confecção do currículo e na super especialização – fragmentação – assume também o papel de instrumento político na direção do re-ordenamento das relações escolares.

O presente trabalho gostaria de propor, por força das análises nele contidas, a ultrapassagem¹⁵ de certas representações que no presente são atribuídas à interdisciplinaridade. Certamente é uma tarefa enorme, mas a intenção é sugerir passos iniciais, para que este se constitua ao sabor de um processo de investigação que se encontra em curso. É, fundamentalmente, um exercício de comprovação de que a interdisciplinaridade encontra-se muito além da simples tarefa educativa de unir disciplinas – qual tecnologia¹⁶ educacional -, de que é mais do que um método pedagógico ou uma nova maneira de realizar trabalhos escolares. Tal

¹⁴ *Pouco a pouco a discussão interdisciplinar foi se tornando precisa em seu conteúdo e em seu objeto.(...) A emergência interdisciplinar é contemporânea da desestabilização dos conhecimentos departamentais, suscitada pelo ‘imperialismo disciplinar’. O pensamento confinado à disciplina fez com que graves sintomas de claustrofobia se manifestassem. Era preciso reoxigená-lo.*

A interdisciplinaridade afirma-se, desta forma, como crítica da especialização e recusa de uma ordem institucional dividida, após a fragmentação da filosofia, em ‘distritos do saber’. Ela é, de qualquer forma, uma exigência do percurso reflexivo, da superação do saber disciplinar, sobretudo quando, sob o impulso de uma espécie de tentação suicida, a disciplina se degrada em hiper-especialização (Portella, 1992).

¹⁵ Assim Fazenda se posiciona sobre tais exercícios de ousadia: *Minha tarefa tem sido a de alguém que alimenta suas (os autores - pesquisadores da interdisciplinaridade, que fazem parte da coletânea, cuja apresentação é aqui citada) meditações teóricas trazendo à discussão textos e práticas polêmicos e ousados, e nessas meditações, a intenção da permissão de um exercício maior de liberdade e ousadia (Fazenda, 1999, pg. 10).*

¹⁶ Segunda Da Costa: *A tecnologia ocupa-se de técnicas, isto é, de métodos, para a consecução de tarefas precisas, via de regra assentadas na ciência, quer pura, quer aplicada (Da Costa, N. C. A., 1997, pg. 31).*

reordenamento é o caminho através do qual os profissionais da educação podem mirar possíveis rumos de reforma da educação, em um sentido maior, pensar a tarefa que hoje em dia nos é demandada: educar para quê?

SEGUNDA PARTE

A Antropologia, a Filosofia, a Interdisciplinaridade como pesquisa e prática

CAPÍTULO I

Princípios Antropológicos
A Interdisciplinaridade e o ser Brasileiro

Talvez haja quem, ao ler o livro de Ivani, a considere utópica ou excessivamente otimista. Mas eu diria: continue otimista, Ivani, não deixe desvanecer sua utopia pedagógica. Porque o verdadeiro realismo está do lado dos que alimentam um otimismo trágico ou dramático, dos que vivem uma utopia que engaja e compromete. Seus alunos lhe perdoarão facilmente o fato de por vezes ser demasiadamente utópica. O que não lhe perdoarão, é a contradição entre o pensamento, às palavras e os atos.

H. Japiassú

A antropologia teria por tarefa definir os esquemas de condensação em torno dos quais organiza-se toda compreensão da realidade humana.

G. Gusdorf

Primeiras impressões antropológicas

A amorosidade, o acolhimento, a espera, em uma palavra, o relacional em Ivani Fazenda é uma característica e uma condição para a realização do projeto interdisciplinar. Aqui cabe um rápido relato: Ao longo desses citados mais de seis anos de trabalho conjunto – estrita parceria na construção de uma teoria da interdisciplinaridade -, notei que toda chegada de uma nova pessoa ao GEPI se fazia acompanhar, qual condição primeira, de um acolhimento efetivo da própria pessoa, inicialmente pelo gesto de um abraço. Do abraçamento inicial o processo de integração estava, sempre, facilitado pela acolhida fundada na simpatia e na vontade, explícita e óbvia, do conjunto dos participantes do Grupo. Estou certo de que eu os demais colegas aprendemos que o gesto primeiro para a realização da interdisciplinaridade é o do acolhimento através do abraçamento.

Isto sempre me provocou um bom número de questões. Por exemplo: O que se consegue com essa recepção “fácil”? Ou, por que não um certo distanciamento inicial, para que se dê tempo para um reconhecimento mais cuidadoso sobre quem se apresenta, para então “acatar” o que esta nova personagem/pesquisador traz? Ainda, o que ganhamos nós, que já estamos a mais tempo aqui – os chamados veteranos – com a “simples” aceitação dessas novas idéias, que por vezes nem tão novas são? Há um estilo, um jeito da Ivani introduzir quem chega, o novo. E esse jeito, sou franco, no início me incomodava. Sempre me perguntava: Mas por que ela faz isso, sempre?

De repente, da recepção calorosa, do encontro com o novo ao círculo, a construção de um grupo de trabalho marcado pela circularidade. Todos, a um só movimento, formavam uma roda¹⁷ e nela perpassava o

¹⁷ Roda – muito refletimos sobre esse símbolo que aparece a outros pesquisadores da interdisciplinaridade sob formas variadas, porém, idêntico em sua essência: caracol, labirinto, bolha, túnel, e dessas reflexões uma hipótese: por ser interdisciplinaridade uma atitude que convida à busca da totalidade, nela, seu símbolo

sentimento do pertencimento. A marca da interdisciplinaridade começava a fazer sentido: há uma história de vida que é considerada, pois é partir dela que nos inscrevemos no mundo, que afirmamos nossos valores e crenças e é com essa história que podemos construir relações e assumir tarefas, realizar projetos. Assim foi se construindo, em mim, a experiência interdisciplinar de sala de aula.

Certamente, eu não estava a me incomodar com uma questão secundária da interdisciplinaridade, uma vez que tal projeto demanda, em essência, o acolhimento, o encontro, a alteridade. E foi essa, sem dúvida, a maior lição recebida na prática da interdisciplinaridade.

O que ocorreu, e que faz parte do processo de esclarecimento desse tal “jeito” da Ivani receber, é que os pesquisadores ligados ao GEPI, porque reconheciam a pertinência das histórias de vida para a construção do olhar e da prática interdisciplinar, começaram a discutir a questão da brasilidade na raiz da própria produção da interdisciplinaridade. Na verdade se reconheceu, na leitura dos textos da própria Ivani Fazenda ao longo do final dos anos 90, e através das reflexões no Grupo de Pesquisas da Interdisciplinaridade, que as questões da afetividade, do envolvimento, do reconhecimento do outro, através da análise de inúmeras pesquisas – mestrados e doutorados. E isso não aconteceu de modo aleatório, já que a própria Ivani indicava em seus textos que a década de 90 era dedicada às questões da antropologia na interdisciplinaridade – esses temas sugerem a definição de um “projeto antropológico de educação”.

Ivani afirma:

Entre os caminhos escolhidos, um dos mais importantes tem sido a coordenação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas (hoje, o GEPI), composto de mestrados e doutorandos da PUC/SP. Desde 1987, época em que foi criado, já produzimos quase 30 pesquisas, sendo que outras tantas estão sendo concluídas.

As referidas pesquisas buscaram explicitar o caminho percorrido e práticas interdisciplinares intuitivas, tentando retirar delas os princípios teóricos fundamentais para o exercício de uma prática docente interdisciplinar.

*As outras tantas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo grupo de meus orientandos da pós-graduação abordam uma temática variada, tão variada quanto a história de cada pesquisador que ousou registrá-la; entretanto, em todas elas, há a **marca** de uma prática interdisciplinarmente vivenciada (Fazenda, 1995, pg. 34).*

E ainda:

Há tempos, empreendi uma ampla revisão histórico-crítica dos estudos clássicos sobre interdisciplinaridade. Concluí que, entre as principais preocupações dos anos 70, destacavam-se as de natureza filosófica; nos anos 80, a diretriz mais marcante foi a sociológica e, nos anos 90, caminha-se em busca de um projeto antropológico para a educação (Fazenda, 1998, pg. 07).

Projeto Antropológico – o resgate da unidade

Há que se considerar que já foram produzidas inúmeras pesquisas, dentro mesmo do Grupo de Pesquisa da Interdisciplinaridade, na direção de explicitar a questão da história de vida e a estreita relação entre essa e a produção da ação interdisciplinar¹⁸. Tais trabalhos, que podem ser reunidos no campo das pesquisas antropológico-subjetivas, já perfizeram vasto caminho no sentido da melhor explicitação das demandas, das necessidades e das possibilidades de formação de professores, pesquisadores e projetos, todos afeitos à interdisciplinaridade.

Aqui, nesta tese, o foco se volta às questões derivadas de uma leitura antropológica que clareie a relação entre os temas da nacionalidade, na linha de uma antropologia social, se conectam com as práticas escolares, pedagógicas, em um sentido interdisciplinar. Ou, visto por um outro ângulo, como a antropologia

próprio: a roda, o círculo, enfim, a mandala encontrada, tão presente no inconsciente das primeiras civilizações (Fazenda, 1995, pg. 139).

¹⁸ Para maior esclarecimento acerca dessa produção, consultar alguns trabalhos que reputo de especial valor – todos, encontram-se arquivados na biblioteca da PUC/SP: Bochniack, *Desvelamento do projeto interdisciplinar: um exercício de questionamento e de produção do conhecimento*, 1990; Furlanetto, *Uma tentativa de leitura simbólica da escola*, 1989; Ramos, *A questão da mudança na trajetória interdisciplinar – do estranho das pesquisas ao familiar das ações*, 2000; Pereira, *A estética da professoralidade – Um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor*, 1997.

do ser brasileiro influencia e define – através do modo de ser brasileiro - a realização de ações interdisciplinares.

Tomemos, como ponto de partida para a discussão sobre o papel da antropologia na produção da interdisciplinaridade, três afirmações de Georges Gusdorf:

1 – *O ponto de partida do pensamento interdisciplinar, e sua mais constante referência, seria, pois, o que poderíamos chamar de a revelação natural da unidade humana.*

2 – *A antropologia teria por tarefa definir os esquemas de condensação em torno dos quais organiza-se toda compreensão da realidade humana.*

3 – *O pensamento interdisciplinar tem por tarefa elucidar a unidade das ciências humanas. Tal unidade designa ao mesmo tempo a unidade de cada disciplina e a unidade entre si, de todas as disciplinas. Todavia, refere-se também à unidade de cada homem em particular e à unidade comum a humanidade que congrega os homens. Tudo indica, aqui, que não se trata de um problema teórico, cuja solução poderia ser encontrada previamente e uma vez por todas. O conhecimento do homem e do mundo constitui a tarefa do homem. O conhecimento do homem e do mundo é simultaneamente a edificação do homem e do mundo* **CONFERIR CITAÇÃO** (Gusdorf, mimeo., s/d., págs. 56 e 59)¹⁹.
CONFERIR CITAÇÃO

Para a compreensão da máxima indicada acima, e conexão com o tema das pesquisas sobre um “projeto antropológico de educação” para a interdisciplinaridade, qual seja, a de que ela é “revelação natural da unidade humana” (Gusdorf), necessitamos rumar para a compreensão da correspondência a priori das significações. Ou, em outras palavras, precisamos ir ao encontro do reconhecimento da relação que posturas e comportamentos tem entre si, na direção de uma compreensão do valor das atitudes que tomamos, que normalmente aparecem desconexas, mas, observadas atentamente, revelam grande integração.

Na verdade, estamos rumando para o esclarecimento de que o humano só se afirma na inteireza da relação (Gusdorf) entre vontade e atitude²⁰. É nesta relação que se funda o ato de educar e a partir da consciência de sua constituição podemos entender a unidade humana. A ação é resultante da vontade. Ação é o exercício da razão. Vontade é a explicitação do desejo. Razão e emoção são pólos da existência humana e o diálogo entre esses pólos determina o caminho da criação. Na medida em que criar é o ato precípua a confirmar nossa condição, somos o fruto e os promotores da chama humana fundamental, a criação enquanto sinônimo de vida.

É fundamental, de fato que consideremos que a partir de Kant e, portanto, desde os primórdios do pensamento moderno, sendo mesmo a sua afirmação maior, a constituição de uma razão articulada à subjetividade. É correto afirmar, sem dúvida que objetividade se opõe, nos termos, a subjetividade. Entretanto, em Kant, a razão – a faculdade do entendimento humano consubstanciado no ato do filosofar – não existe senão como exercício e desdobramento – “está fundamentada nela” - da subjetividade²¹. Daí

¹⁹ Ver ainda: De Georges Gusdorf, *Lês Sciences de L’Home sont dès Sciences Humaines*, 1967, especialmente págs. 54 a 59.

²⁰ Idem, já citado.

²¹ No *Dicionário Kant*, encontramos: *Por objetividade, Kant não significa nem “derivado de objetos” nem “derivado de idéias” (platônicas). Um fundamento ou juízo objetivo é, de fato, derivado do sujeito, mas o sujeito entendido em termos transcendentais. Esse entendimento de objetividade forma o ponto crucial da filosofia crítica, e sua dificuldade central de “como poderão ter validade objetiva as condições subjetivas do pensamento, isto é, como poderão proporcionar as condições de possibilidade de todo o conhecimento dos objetos (Crítica da Razão Pura A 89/B 122). Kant rejeita expressamente a possibilidade de objetividade em qualquer dos sentidos acima mencionados; a objetividade é fundamentada na “ordem e regularidade nas aparências” que “nós próprios introduzimos”. Os “fundamentos subjetivos” para a unidade que informa tal ordem e regularidade originam-se nas “condições subjetivas” das “faculdades cognitivas de nosso ânimo” e são válidos em virtude de constituírem “os fundamentos da possibilidade de conhecimento em geral de um objeto na experiência”, os quais são, “ao mesmo tempo, objetivamente válidos” (Crítica da Razão Pura A 125). Assim, a definição de Kant de objetividade não exclui a subjetividade mas está, com efeito, fundamentada nela. A natureza dessa fundamentação, estuda em *Crítica da Razão Pura*, será profundamente explorada em *Crítica ao Juízo*, onde Kant suspende decisivamente a oposição de subjetividade e objetividade na noção de proporcionalidade (Caygill, 2000, pág. 297).*

afirmação da vontade – como ação fundada na subjetividade -, em estreita relação com a capacidade de ação - ou o acionamento da força como resultado e realização da razão.

Assim, sabemos que toda prática humana é datada e localizada. Somos filhos de nosso tempo e de nosso lugar – filhos de uma relação afirmada entre territórios objetivos e subjetivos. Um duplo de territorialidades que nos marca e nos afirma enquanto histórias, valores, personalidades... Nossa produção não é, portanto, qualquer produção. Ela se dá em condições particulares, afeitas às ingerências explícitas ou implícitas daquilo que nos cerca²². Nossa produção, na busca de ser expressão de nossa vontade e de nossa ação, é exercício de afirmação de vida. Entretanto, porque se encontra condicionada ao que nos cerca, não é portadora de uma liberdade absoluta. Nossa vida está sempre limitada. O artista cria para libertar-se das amarras, mesmo sabendo que seus instrumentos são aqueles possíveis e disponíveis em um momento e em um lugar dados, o que condiciona suas possibilidades. Sua liberdade é sempre uma liberdade possível naquele momento, naquele lugar. Quanto maior e mais potente for esse exercício, tanto mais universal será essa conquista. Ela será metáfora do movimento de libertação que o ser humano ao longo de toda sua história construiu.

O exercício de afirmação da liberdade, que é, em essência, a produção humana – a razão como exercício da vontade – demanda o conhecimento, instrumento do desvelamento do tempo e do lugar, ou aquilo que possuímos e necessitamos para o próprio viver. A descoberta, resultante da necessidade e da vontade de conhecer, é o caminho do novo, o caminho que afirma a relação entre razão e emoção. Uma vez que o conhecer depende da atitude afirmada, da vontade de conhecer, este se realiza através de um duplo, como fruto da ousadia de enfrentar o desconhecido – aquilo que se configurará, o inédito - e como meio de afirmar a vontade - meio pelo qual falo de meus desejos.

Gusdorf aponta que para que ocorra o conhecimento, na dimensão humana, em que o ser pode reconhecer-se no conhecimento alcançado, este conhecimento deve nascer, primordialmente, do próprio reconhecimento da questão endereçada ao conhecer do próprio ser que quer conhecer.

Tratar-se-ia, portanto, para começar, de levar a efeito um inventário da evidência, de congregar os elementos dessa informação primeira do homem sobre o homem que constitui o pressuposto não refletido de toda pesquisa e reflexão científica. É claro, com efeito, que todo conhecimento, na ordem das ciências humanas, é, ao mesmo tempo, um reconhecimento. O médico, quando submete o paciente ao exame clínico, situa o conjunto de seus procedimentos científicos em função de uma pré-compreensão do doente e de sua situação global. Da mesma forma, o historiador, quaisquer que sejam seu setor e seu problema, não opera no desconhecido. Suas estatísticas só adquirem seu sentido a partir

²² Em consonância com o projeto político que embasa a redação desta tese, vale ressaltar que esta questão faz referência a um momento particular na construção planetária. A bem da verdade, a construção de posturas cidadãs reclama, cada vez mais, uma leitura bastante mais complexa do mundo que nos cerca, exigindo, em decorrência, análises que extrapolam o âmbito do tema tratado. Mais uma vez, estou me referindo à perspectiva de entender a interdisciplinaridade como “revelação natural da unidade humana” (Gusdorf). Desta forma, chamamos a atenção para a conexão, então, deste tema com a perspectiva de Milton Santos, na direção da construção de um cidadão a par dos tempos em que vivemos. O autor afirma:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidade fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena (Grifo meu. Santos, 2001, págs. 113 e 114).

de um saber de base servindo de referência constante ao diálogo do cientista com os homens de outrora.

É esta indicação do ser humano, sobre a qual se funda uma espécie de correspondência a priori das significações, que poderia constituir o primeiro objeto da pesquisa interdisciplinar. Este empreendimento revolucionário aparece, então, como é normal, fiel à mais tradicional das inspirações. O deus de Delphos ordenava a seus fiéis que se conhecessem a si mesmos (Gusdorf, op. cit., s/d).

Neste sentido, “a primeira pergunta dever ser formulada para o ser que pergunta” – pois, é possível indagar, se não seria o caso de se pensar em um olhar para dentro, em uma direção intra-disciplinar?. “Conhece-te a ti mesmo”. Aí se encontra o caminho à interdisciplinaridade.. A interdisciplinaridade busca a unidade dos saberes. Na medida em que essa unidade é condição para a “revelação do humano” – é o humano –, na busca de conhecer-se, que terá início a estrada que leva a interdisciplinaridade.

Interdisciplinaridade, novos paradigmas e o local

Em meados do segundo semestre de 2001, o Grupo de Estudos e Pesquisas da Interdisciplinaridade recebeu o texto de Yves Lenoir (2001) – *A interdisciplinaridade na formação para o ensino: leituras distintas em função de culturas distintas*, texto integrante, como primeiro capítulo, do livro intitulado: *Lês fondements de l'interdisciplinarité dans la formation à l'enseignement*²³ – com justificada alegria. Foi com natural felicidade que recebemos a certificação de que nossa produção estava sendo reconhecida e que, para alento de um olhar antropológico, o “jeito brasileiro de ser” estava afirmado. Recebemos com festa e com o senso de responsabilidade aguçado, pela tarefa então apresentada de esclarecer, através de nossas pesquisas, passos até então intuídos.

Logo percebemos que mais um estudo adequado sobre os rumos das pesquisas e das práticas em interdisciplinaridade havia “saído do forno”. E, surpresa e alegria, a obra de Ivani estava não apenas citada, como analisada e como muita pertinência. Tratava-se de uma leitura crítica internacional a falar de uma produção tão próxima e tão cara a nós, brasileiros e pesquisadores/orientandos da professora. Foi nesse trabalho que pudemos ratificar impressões há muito registradas em nossos debates, a de que a obra de Ivani Fazenda está intimamente ligada ao ser brasileiro, à personalidade de nosso povo, ao nosso proverbial “calor” humano.

Logo na Introdução, o autor esclarece:

Este capítulo introdutório tem por fim colocar em evidência a existência de leituras distintas, de compreensões diferentes da construção social da interdisciplinaridade em educação e, mais particularmente, na formação para o ensino. Essas diferentes leituras do conceito resultam fundamentalmente do fato que os atores sociais, pesquisadores, formadores universitários ou especialistas, participam de culturas que são fonte de suas diferenciações conceituais (Lenoir, 2001, pg. 01. Grifo meu)

Lenoir busca explicitar o universo de produção das teorias e das práticas, considerando o meio como ponto de partida e referência, sem as quais corre-se o risco, em geral, de tornar fraca a produção – originalmente, o lugar instaura os parâmetros sociais e culturais, sobre o qual se edificam as necessidades e conquistas dos povos e culturas. Há, também, e o autor não deixa de mencionar, contemporaneamente as questões derivadas dos processos atuais de globalização e o risco da horizontalização – achatamento da diversidade, a imposição da homogeneização. Ele faz referência às analogias existentes entre geografias e culturas, as pluralidades próprias ao mundo da cultura e dos valores ao lado das singularidades e os processos de organização e construção dos saberes em relação a tais contextos.

Existe, em cada cultura, uma analogia ao mundo específico que marca uma analogia ao saber que lhe é próprio. A menos que isto seja o inverso: uma analogia ao saber específico associa uma analogia ao mundo singular! Mais exatamente sem dúvida, essas analogias encontram-se em estreita interação (Idem ibidem).

²³ Esse trabalho, cujo original nos foi enviado em francês, foi gentilmente traduzido pela colega Lourdes Aparecida Parisi Descknes Gonçalves – do Programa de Mestrado da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), e a versão em português foi divulgada entre os integrantes do GEPI.

Ao longo do referido texto, são inúmeras passagens em que o autor faz referência às questões relativas a globalização e o cenário local como um cenário de lutas políticas, tendo como pano de fundo a produção da interdisciplinaridade e a formação de professores.

Lenoir cita uma série de importantes autores, todos pesquisadores das questões da educação e indica, a partir de ampla análise do estado da arte na educação, que os processos decorrentes do *fenômeno da globalização* podem, apesar das enormes diferenças culturais verificadas entre países e povos, *atenar, senão suplantar as diferenças culturais que caracterizamos Estados – Nação*. (...) Segundo esses diferentes autores, essa mudança radical da organização das sociedades, que conduziu às substituições dos Estados – Nação por um sistema de grandes corporações internacionais e de culturas nacionais, por um **compromisso sem alma**, teve efeitos importantes sobre o sistema de educação escolar (idem, pág 02. Grifo meu).

O prof. Lenoir faz ainda, ao longo do texto, apelos de caráter político interessantes de serem ressaltados. Um deles faz referência à questão de um provável “pensamento único”, derivado da perspectiva interdisciplinar na direção de uma “unificação” de métodos e conteúdos. Em contraposição ao que ele afirma ser uma certa *tendência nostálgica à unificação onde finalmente todo conhecimento humano estaria concentrado em uma só prática*²⁴, ele ousa *esperar o contrário, que esta unificação do saber não acontecerá jamais, porque nada de pior que temer o totalitarismo de um pensamento único normatizado* (idem, pág. 03. Grifo meu).

Mais adiante no texto, Lenoir nos oferece uma interessante conexão entre a história recente da humanidade e a constituição de três eixos que afirma serem os centrais, no debate em torno da interdisciplinaridade - particularmente, penso que a reflexão do prof. Lenoir, neste ponto do texto, ganha relevância, uma vez que relaciona essa produção a partir da Segunda Guerra Mundial. Tal “anúncio” vai ao encontro de importantes constatações, fundamentalmente a percepção de que ao longo da última década de 60, durante o chamado período contra-cultural, são inúmeras as manifestações em todo o planeta em torno da necessidade na mudança de paradigmas, e a construção de novos modos de participação e representação das sociedades nos fóruns sociais, políticos e culturais. Vale lembrar que é nesse período que se afirmam os movimentos minoritários – as mulheres, os negros, os índios, as comunidades alternativas, o movimento pacifista, o movimento ambientalista, os homossexuais – e, derivado desses movimentos, surge, no cenário político, a figura das organizações não governamentais – uma forma de organização diferenciada em relação ao que até aquele período a sociedade global dispunha para se organizar e fazer valer seus interesses e direitos. Logo, quer do ponto de vista político, quanto social e cultural, há, de fato, uma grande mudança de paradigmas²⁵. Acrescente-se, ainda, que ganha todo sentido, naquele momento, pelo contexto e os temas em discussão, a questão da fragmentação do saber, o surgimento do pós isso pós aquilo...²⁶

Enfim, os três eixos são:

- 1) A partir de uma pauta de incertezas, as ciências se defrontam com um contexto de *interrogação epistemológica*;
- 2) Num mundo em profunda convulsão, surge um *questionamento social* – a democracia, a participação, os movimentos sociais;
- 3) Novas tecnologias, avanços nas formas da produção, desdobrando-se em uma *atividade profissional fortemente ampliada, exigindo uma integração social do saber*.

Enfim, sugere o próprio autor: *Ao lado das motivações epistemológicas, (...) a interdisciplinaridade se viu solicitada, nesta segunda metade do século XX, por forças não diretamente científicas ligadas aos*

²⁴ O autor, neste ponto, cita outros – Cazenave, Ekeland... – e estes entretecem comentários acerca da obra de Hermann Hesse – O jogo das contas de vidro. Conferir à pág. 03.

²⁵ Para uma leitura mais ampla sobre tais temas, sugiro consultar: Morin, *Cultura de massas no século XX*, 1986; Sevcenko, *A corrida para o século XXI*, 2001; Gabeira, *Nós que amávamos tanto a revolução*, 1985; Gabeira, *Vida alternativa*, 1985; Debord, *A sociedade do espetáculo*, 1997; Faria, *Ideologia e utopia nos anos 60, 1997*; Cascino, *Educação ambiental*, 2000; Jappe, *Guy Debord*, 1999; Lipovetsky, *O império do efêmero*, 1989.

²⁶ A esse respeito, Hobsbawm afirma: *O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. (...) Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal na história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram. (...) A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade. (...) Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960.*

capitais econômicos e sócio-políticos, tanto quanto por forças ligadas à complexidade crescente da realidade social e às exigências da técnica e das atividades sociais cotidianas (Idem, pág. 05)

Tais forças, ou de caráter acadêmico, quanto de caráter social e/ou cultural, acabaram por imprimir aos debates em torno da interdisciplinaridade, um colorido local próprio. Lenoir indica o surgimento de duas correntes claramente definidas, uma delas americana, e a outra francófona.

A primeira – que aqui denominarei de corrente americana (CA) – está, segundo Lenoir, para uma ação instrumental, *mais orientada na direção das interações externas, (...) a fornecer recurso a um saber diretamente útil, funcional e utilizável. A questão da interdisciplinaridade não é antes de tudo teórica, mas pragmática e organizacional.* A CA, segundo o autor, é de *ordem instrumental, operatória e metodológica. Ela é então mais um indicador de uma orientação de nossas sociedades ocidentais.*

Em relação à segunda concepção, a francófona, Lenoir pretende não deixar dúvidas: *uma síntese conceitual – que poderia ser qualificada de interdisciplinaridade acadêmica -, trata-se de desempenhar com cuidado a unificação das ciências, seja, primeiramente, uma estruturação coerente e solidamente articulada hierarquicamente entre as diferentes disciplinas constitutivas da ciência.(...) Esta orientação é marcada pela tentação do holismo e ela é sustentada por preocupações fundamentais de ordem filosófica e epistemológica que visariam a reconciliação do ser humano com seu aperfeiçoamento.*

Essa “interessante divisão”, que o autor oferece, será sintetizada com o seguinte título: *Duas lógicas continentais distintas*²⁷. E, talvez, interesse saber ainda mais ao pesquisador que está fora dessas “duas lógicas continentais distintas”, e, portanto, fora dos “grandes centros” do pensamento “global”, que tal divisão representa, para além de mera especulação acadêmica, uma efetiva divisão do poder global, com a conseqüente e, obviamente, presente forma desdobrada de exercício de poder derivada de tais concepções. O que quero dizer é que não aleatoriedade na confecção dessas tais “lógicas”. Elas estão em consonância com o modo com que essas nações-culturas desenvolveram seus modos de controle e dominação. De um lado a precisão da razão, através de um olhar filosófico, de outro, a prática e o fazer, a ação e a solução!

Nesse ponto do trabalho, abre-se espaço para uma indagação: Como que nós, pesquisadores do terceiro mundo – o “outro” mundo – seremos “catalogados”? Segundo Yves Lenoir, que conhece e reconhece nossa produção²⁸, fazemos parte de *uma outra lógica*. Porém, assim ele se posiciona com relação ao que nós produzimos: *É, todavia uma outra lógica que nós não podemos delinear somente a título hipotético, falta de tempo, de espaço, mas também de conhecimento seguro*. O autor prossegue: *Se a lógica francesa é orientada em direção ao saber e a lógica americana sobre o sujeito aprendiz, parece-me que a lógica brasileira é dirigida na direção do terceiro elemento, constitutivo do sistema pedagógico didático, o docente em sua pessoa e seu agir* (Idem, pág. 10).

Lenoir afirma que nossa perspectiva, em particular na obra de Ivani Fazenda, é *profundamente influenciada pela fenomenologia*. E descreva a tarefa da construção da interdisciplinaridade no Brasil – focando, justamente, o trabalho de Fazenda e do GEPI -, basicamente a partir da análise do que ele chama de *terceiro elemento constitutivo do sistema pedagógico didático, o docente em sua pessoa e no seu agir* (Idem, pág. 10). Em seguida, ele discorre sobre o trabalho desenvolvido no Grupo, a partir da análise dos textos de Ivani Fazenda.

A interdisciplinaridade centra-se sobre a pessoa na qualidade de ser humano e procede então segundo uma aproximação fenomenológica. Ivani Fazenda, que é sem dúvida a figura de proa atual do pensamento interdisciplinar em educação no Brasil, visa construir uma metodologia do trabalho interdisciplinar que se apóia sobre a análise introspectiva pelo docente, de suas práticas, de maneira a permitir-lhe sair dos aspectos de seu ser (se “consigo”) que lhe são desconhecidos e de quando em quando tomar consciência de sua aproximação interdisciplinar (Fazenda, 1995). (...) A perspectiva

²⁷ Georges Gusdorf já havia proposto a análise e tais distinções. No trabalho intitulado *Projet de Recherche Interdisciplinaire dans les Sciences Humaines*, o autor afirma: *O conceito germânico de ‘Geisteswissenschaften’, que situa-se sob uma perspectiva hegeliana, se caracteriza a partir de medidas estreitas ou considera o homem como espírito, recusando-o enquanto natureza.; a partir daí a pressuposição de toda uma filosofia. Da mesma forma, a concepção anglo-saxônica de ciência social, que tende a se verificar na França, reduz as ciências humanas à psicologia, à sociologia, que se complementam com a etnologia, ou antropologia* (Gusdorf, 1967, pág. 36).

²⁸ O autor mantém estreito contato com o GEPI, têm recebido nossas publicações e por vezes já esteve presente conosco em simpósios e fóruns de debates aqui no Brasil.

adotada “é profundamente influenciada pela fenomenologia; o olhar trazido é dirigido sobre a subjetividade de sujeitos inseridos no mundo da vida e sobre sua intersubjetividade sobre o plano metodológico” (Fazenda, 1998, p.96). Esta aproximação fenomenológica e a interdisciplinaridade, (...) colocam em evidência a questão da intencionalidade, a necessidade de autoconhecimento, de intersubjetividade e de diálogo (Fazenda, 1979, 1991, 1994) e ela se centra sobre o saber-ser, entendido como descoberta de si pelo estudo dos objetos inteligíveis e atualização de atitudes reflexivas sobre seu agir (Idem, pág. 11 – Grifo meu).

Lenoir conclui o texto afirmando que *temos pois três lógicas distintas que aproximam a interdisciplinaridade segundo perspectivas diferentes*. E que tais três lógicas, em múltiplos sentidos, são complementares e se encontram em constante diálogo. Desta forma, *cada uma traz, com efeito, um olhar distinto, mas também um valor acrescido, na formação para o ensino*. Ele lembra, entretanto, que há riscos que precisam ser evitados. Faz referência à perspectiva fenomenológica – ressalto que se trata daquela, afirmada pelo próprio autor, desenvolvida aqui no Brasil – *que pode favorecer grandemente para a tomada de consciência, pelo docente, de suas funções profissionais, senão sociais, pode também induzir condutas humanas que negligenciam, entre outras, a relação ao saber*.

Rumemos, pois, na direção de uma afirmação de nossa personalidade, para além dos fantasmas impostos pelos modelos de competência, qualidade e produtividade. Passemos a entender um pouco mais sobre a constituição de nossa gente, para que possamos esboçar um caminho de compreensão dos prováveis por quês para nós, não só da PUC, de Ivani fazenda e do GEPI e da academia em geral, mas para nós brasileiros em geral, nos espaços formais e não formais, nas instituições públicas e nas privadas, nos aparelhos do Estado e nas ONGs, em todo lugar se verifica esse tal “jeito” de ser, que de pronto atua via a subjetividade, pela proximidade afetiva, pelo abraçamento. E, desta forma, possamos afirmar que não se trata apenas de uma simples iniciativa de uma pesquisadora ou de um grupo de pesquisadores, pensar a questão da subjetividade, mas, antes, uma questão essencial e constitutiva de nosso ser nacional, para que, assim, nossa personalidade brasileira possa ser enfim entendida e afirmada no concerto internacional de investigações em educação.

Interdisciplinaridade e a brasilidade

Somos um povo que abraça e apaixonava. Nossa primeira atitude é acolher, abraçar a envolver; logo abrimos um sorriso, convidamos para um café, oferecemos a casa para uma reunião, uma festa. Coisa interessante e particular, sermos conhecidos internacionalmente por nossa capacidade de abraçar a qualquer um de imediato, ao primeiro contato. Somos considerados um povo de fácil trato e de excelente receptividade.

Filhos de um interessante encontro – negros, índios, e portugueses – fomos, desde os primórdios de nossa existência, a caminho do ser nação, uma mescla condicionada pela opressão (Ribeiro, 1995), mas que soube articular procedimentos de defesa sutis e muito eficientes. Somos desde o princípio, um povo que se protege no acolhimento – salvaguarda da psique coletiva, que aproxima o estranho e o dominador para resgatar-lhe a humanidade, destituindo-o de toda estranheza, para, pela afeição, derrubar sua agressividade. Somos brasileiros um povo do bem!

E como “nascemos”? Quais são, afinal de contas - até para podermos afirmar nossa personalidade educacional no conhecimento do que somos - nossas matrizes étnicas, culturais, nossos valores fundantes, nossos comportamentos primeiros? Quais são nossos referenciais?

Euclides da Cunha e o sertanejo – Os Sertões

Tomo a liberdade de buscar em uma fonte conhecida, mas, até onde conheço, pouco citada nos trabalhos em educação. Refiro-me a Euclides da Cunha e seu *Os Sertões*. O texto, concluído em 1901²⁹, retrata um

²⁹ É do próprio autor a explicação sobre as descrições que realiza: *Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.*

Brasil até então desconhecido; fala da terra, do homem e, o que o marca na história da literatura brasileira, reporta a Guerra de Canudos. É, em princípio, uma reportagem encomendada pelo jornal O Estado de São Paulo. A fim de fazer essa a cobertura dos conflitos entre as tropas do exército brasileiro e as forças lideradas por Antonio Conselheiro – a cobertura da “rebelião” -, Euclides chega a Canudos em outubro de 1897. Com a missão de contar a verdadeira história dos eventos que ocorriam em Canudos, o autor dos Sertões desmistifica a campanha política, explicita o problema social ali existente. No percurso de construção do livro, Euclides da Cunha traça um magnífico painel do homem brasileiro, recorrendo a descrições não privadas de opiniões e juízos, o que faz de sua leitura um prazer não apenas histórico ou antropológico, mas acima de tudo um bom diálogo com o homem que viveu aqueles eventos e seu tempo com a consciência plena dos próprios movimentos.

Para atender aos fins deste trabalho, vou destacar – recortes do próprio texto, com a clara intenção de apresentar as descrições que o autor realiza sobre o tipo de homem que compõe a nossa geografia e, em diálogo estreito, como esta o define e, dialeticamente, como ele a “manipula” - alguns aspectos relativos à parte em que é focado o “homem” brasileiro. A descrição da “terra”, bem como da “luta” e suas fases anterior e posterior, deixo para uma próxima oportunidade.

As descrições de Euclides, eivadas de rica adjetivação, por vezes incomodam pela crua e dura valoração. Entretanto, desenha um cenário dialogal, múltiplo o suficiente para permitir a construção preliminar do povo que hoje somos. Ainda, uma observação: cá e lá, o texto chama a atenção pelas expressões pouco usuais e/ou mesmo chocantes, e em muitos casos, talvez na maior parte deles, análises e adjetivações em flagrante oposição, logo, serão grifadas. Vamos ao texto:

*Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma de uma **nacionalidade em decomposição insanável**, aqueles sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam uma outra raça, no **arrojo temerário e resistência aos reveses** (Idem, pág. 71).*

O autor dá início à uma descrição da chamada “fase inicial da formação das raças”.

*Convindo em que o meio não forma as raças, no nosso caso especial variou demais nos diversos pontos do território as dosagens de três elementos essenciais. Preparou o advento de sub-raças diferentes, pela **própria diversidade das condições de adaptação**. Além disto (é hoje fato inegável) as condições exteriores atuam gravemente sobre as próprias sociedades constituídas, que se deslocam em migrações seculares aparelhadas embora pelos recursos de uma **cultura superior**. Se isto se verifica nas raças de todo definidas abordando outros climas, protegidas pelo ambiente de uma **civilização**, que não diremos da nossa situação muito diversa? Neste caso – é evidente – a justaposição dos caracteres coincide com íntima **transusão de tendências** e a longa fase de transformação correspondente erige-se como período de fraqueza, nas capacidades das raças que se cruzam, alteando o valor relativo da influência do meio. **Este como que estampa, então, melhor, no corpo em fusão, os seus traços característicos**. (...) Ao calor e à luz, que se exercitam em ambas, adicionam-se, então, a disposição da terra, as modalidades do clima e essa ação de presença inegável, essa espécie de **força catalítica misteriosa** que difundem os vários aspectos da natureza.*

*Entre nós, vimo-lo, a intensidade destes últimos está longe da uniformidade proclamada. Distribuíram, como o indica a história, de modo diverso as nossas camadas étnicas, originando uma **mestiçagem dissímil**.*

Não há um tipo antropológico brasileiro.

A essa inicial descrição segue-se uma análise da “formação brasileira no norte”, dos “primeiros povoadores, a “gênese do mulato”. Sobre esta última:

*Assim a gênese do mulato teve uma sede fora do nosso país. A primeira mestiçagem com o africano operou-se na metrópole. Entre nós, naturalmente, cresceu. A raça dominada, porém, teve, aqui, dirimidas pela situação social, as faculdades de desenvolvimento. Organização **potente afeita à humildade extrema**, sem as **rebeldias do***

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das subraças sertanejas do Brasil (Cunha, 1979, pág. 07).

*índio, o negro teve, de pronto, sobre os ombros toda a pressão da vida colonial.*³⁰ (...) *Era a besta de carga adstrita a trabalhos sem folga. (...) Além disso as numerosas importações de escravos se acumulavam no litoral. (...) O elemento africano de algum modo estacou nos vastos canaviais da costa, agrilhado à terra e determinando cruzamento de todo diverso do que se fazia no recesso das capitânicas. Aí campeava, livre, o indígena inapto ao trabalho e rebelde sempre, ou mal tolhido nos aldeamentos pela tenacidade dos missionários. (...) Deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral.*

Euclides da Cunha, a par do momento que vivia, não se esquivava ao fato de querer atribuir à mestiçagem, que tão bem aponta e analisa ao longo de seu trabalho, uma característica “irritante”. Sem pudores, e com preconceitos anunciados sem problemas – o autor estava escrevendo nos últimos anos do século XIX -, atribui à mistura de raças, preliminarmente, a pecha de “coisa” prejudicial. Mas, ao mesmo tempo que adjetiva dessa maneira, ao longo de sua descrição e análise, parece se dar conta do que de fato encontra a se constituir ao longo do solo nacional e, consciente de suas mudanças de postura e opinião, acaba por admitir, e bem dizer, do homem aqui nascente³¹. Vamos ao texto:

A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasíliio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos últimos. (...) E o mestiço, - mulato, mamaluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. (...) É que nessa concorrência admirável dos

³⁰ Sobre o negro africano, e como este, em sua terra natal, se relaciona com o tempo e os ritmos contemporâneos, sugiro a leitura do texto de Ryszard Kapuscinski – jornalista polonês que viveu anos na África, e produziu um delicioso texto sobre essa experiência. A meu ver, é um importante documento, para se conhecer, em boa medida, nossas fontes étnicas primárias, confrontando-as (o europeu versus o africano). Transcrevo um trecho: *O europeu e o africano têm uma noção totalmente distinta do tempo; eles o vêem de forma diferente, tratam-no de modo diverso. Na concepção européia, o tempo independe do homem. Ele existe de fato, fora de nós, e tem características mensuráveis e lineares. De acordo com Newton, o tempo é absoluto: “Absoluto, verdadeiro, o tempo matemático segue seu curso por si próprio e graças a sua natureza, constante e independentemente de qualquer fator externo”. Um europeu sente-se escravo do tempo, depende dele, está sob seu domínio. Para existir e funcionar, tem e seguir suas leis férreas e imutáveis, suas regras claramente definidas, seus princípios rígidos. Deve cumprir prazos, datas, dias e horas. Move-se segundo o regime do tempo, não pode existir sem ele. O tempo o oprime com seu rigor, suas demandas e suas normas. O eterno conflito entre o tempo e o homem europeu sempre termina com a derrota deste – o tempo aniquila o homem.*

Os habitantes da África têm uma noção totalmente diferente do tempo. Para eles, o tempo é algo mais solo,, aberto,, elástico, subjetivo. É o homem que influencia a formação do tempo, seu desenrolar e seu ritmo (obviamente, aquele que agir de acordo com os preceitos dos antepassados e dos deuses). O tempo chega a ser algo que o homem pode criar, pois a existência dele se revela por acontecimentos, e o fato de algo acontecer ou não depende do homem. Se dois exércitos inimigos não começarem a lutar, não haverá batalha (o que significa que o tempo não mostrará sua face, que ele não teria sido criado).

O tempo surge em função das nossas atividades e desaparece quando renunciamos a ele, ou mesmo quando nem o requeremos. É matéria que, dependendo de nossa vontade, sempre pode se tornar viva, mas que entrará num estado de hibernação, e até mesmo de não-existência, se não lhe fornecermos energia. O tempo é um ente inerte, passivo e, sobretudo, dependente do homem.

Uma concepção diametralmente oposta à do homem europeu (Kapuscinski, 2002, págs. 22 e 23).

³¹ Antonio Candido no “O Significado de *Raízes do Brasil*”, em texto de 1967, introdutório à obra, assim comenta a formulação de análises a partir da apresentação de oposições – contradições (segundo Candido tal se verifica em Sergio Buarque e em *Os Sertões* de Euclides da Cunha): *No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. Os pensadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente* (Candido em: Holanda, 1995, pg. 12)

povos, envolvendo todos em luta sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, **o mestiço é um intruso**. Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de **dispersivo e dissolvente**; surge, de repente, sem caracteres próprios, **oscilando entre influxos opostos de legados discordes**. (...) E a tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. (...) O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro³² e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida, o mamaluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se, ferozmente, sobre as cabildas aterradas. (...) **Entretanto** a observação cuidadosa do sertanejo do norte **mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente**. (...) Com efeito, é inegável que para a feição anormal dos mestiços de raças mui diversas contribui bastante o fato de acarretar o elemento étnico mais elevado mais elevadas condições de vida, de onde decorre a acomodação penosa e difícil para aqueles. (...) Ora os nossos rudes patrícios dos sertões do norte forram-se a esta última (à civilização). O abandono em que jazeram teve função benéfica. **Libertou-os** da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios mais adiantados. (...) O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes aqueles atributos mais ajustáveis à sua **fase social incipiente**. (...) é um retrogrado; **não é um degenerado**. A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a **garantia de um tipo fisicamente constituído e forte**. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, **original**, transfigurando, pela própria combinação, **todos os atributos herdados**; (...) nos sertões a **integridade orgânica do mestiço** desponta **inteiriça e robusta**, imune de estranhas mesclas, capaz de evoluir, **diferenciando-se**, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior (Idem, págs. 87 a 89).

É a partir deste ponto que encontraremos a famosa, bela e importante conclusão euclidiana – que correrá o mundo e será cantada em verso e prosa, a anunciar, enfim, numa somatória complexa, o despontar de um ser brasileiro³³...

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. (...)

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecerde improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. **O homem transfigura-se**. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo **olhar desassombrado e forte**; (...) e da figura vulgar do tabaréu canhestro, repona, inesperadamente, o **aspecto dominador de um titã acobreado e potente**, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. (...) Mas terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de novo caído sobre o lombilho retovado, outra vez desgracioso e inerte, oscilando à feição da andadura lenta, com a aprência triste de um inválido esmorecido. (...) Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela **intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas**.

³² Será que haveria alguma relação com o que ocorreu a Michael Jackson?

³³ Para uma visão mais abrangente e completa, no tocante aos tipos nacionais, em termos de dados e relações históricas, consultar o capítulo IV – *Os Brasis na História*, do livro *O Povo Brasileiro*, de Darcy Ribeiro, 1995.

A “cordialidade” - Raízes do Brasil – e o “jeitinho”

Da descrição euclidiana de um homem, que pelas vias da contradição, se apresenta como um forte, elegante e corajoso – o que desbrava e inaugura -, encontramos na leitura de Sergio Buarque de Holanda, ainda sob forte carga preconceituosa, um brasileiro fraco pela cordialidade, não afeito aos rigores dos “formalismos e convencionalismos”, indefinido e impreciso quanto às suas relações íntimas e familiares, quanto às formais e hierárquicas, mal estabelecendo fronteiras entre o público e o privado, e por isso fácil e aberto a qualquer influência, com dificuldades para estabelecer um senso crítico e produzir algo de autêntico e original. Aqui se verifica, a meu ver, mais uma vez, os vieses sugeridos³⁴ pelo eurocentrismo³⁵, que, por muito tempo, se impôs ao nosso modo de ser. Há que se afirmar que parte de nossa inferioridade – até no ousar produzir nossas próprias teorias – deve-se a tais leituras, que fortemente marcaram nossa história recente. Reputo que, em particular, nós, educadores, padecemos grandemente de tal inferioridade.

Por outro lado, entretanto, verifica-se que há em marcha uma releitura da obra de Sergio Buarque – Raízes do Brasil. Principalmente pelo que oferece como método de investigação, o trabalho se apresenta como contemporâneo, já que sua construção, baseada em crítica literária e estética, analisa a política, a sociedade, a economia como desdobramentos articulados à cultura e a organização da sociedade, considerando seu modo de pensar e agir.

Para esclarecer a confecção da mentalidade nacional, penso que vale a pena transcrever trechos do texto de Holanda, particularmente quando o autor fala do “homem cordial”, indicando ser esta a principal característica do brasileiro. A importância desta apresentação está afeita à busca de explicitação sobre nossas matrizes nacionais e como, de fato, tal cordialidade, ao contrário do que afirma nosso clássico autor, é um valor precioso nos dias que correm, merecendo – bem ao contrário das críticas a essa condição por ele formuladas - releitura e incentivo, principalmente para nosso foco de trabalho, a realização de uma educação interdisciplinar.

Uma observação: Mais uma vez, vou sublinhar os trechos que reputar mais interessantes e importantes, para facilitar ao leitor a compreensão de minha ótica sobre o trabalho em tela.

*Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”*³⁶. A lhanesa no trato, a

³⁴ Mais uma vez, assim se manifesta Antonio Candido, sobre a obra de Sergio Buarque: *O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõe aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários* (Candido, em: Buarque de Holanda, 1995, pág. 17)

³⁵ *As tentativas contemporâneas para atingir uma inteligibilidade sistemática perpetuam até nossos dias o egocentrismo ocidental do intelectualismo triunfante, com a mais total das desconfianças sobre a atitude, todo enunciado que não se dobre à disciplina lógico-matemática. Em nome desse monoteísmo do conhecimento, permitimos ignorar a África, seus mitos e seus pensamentos, as especulações da Ásia, da Índia, da China ou do Japão, a sabedoria da Oceania (eu acrescentaria as Américas – o Novo Mundo); esses tesouros culturais são desqualificados confusamente como alógicos ou prelógicos, como não suscetíveis de uma valoração verdadeira (...)* (Gusdorf, *Pasado, Presentey Futuro de la Investigación Interdisciplinaria*, em: Apostel, *Interdisciplinarity y ciencias humanas*, 1982, pág. 52).

³⁶ Neste ponto, Buarque de Holanda utiliza-se de uma nota de rodapé, para explicar a origem e a sua opinião acerca desse termo “homem cordial”. Para que fique claro a ótica do autor e se respeite, na íntegra, seu ponto de vista, transcreverei trechos significativos da tal nota: *A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes e por este inserta em sua publicação “Monterey”. (...) Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de “concordia”. A inimizade bem pode ser tão “cordial” como a amizade, nisto que uma e outra nascem do “coração”, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos “grupos primários”, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, “não é somente de harmonia e amor”. A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular*

hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. (...) Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. (...) No “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativoiro”. (...) Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade (Buarque de Holanda, 1995, págs. 146 a 148).

Ainda, a esse respeito, assim se expressa, sobre o “homem cordial”, Antonio Candido – no texto “O significado de ‘Raízes do Brasil’”: *O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários* (Candido, em: Buarque de Holanda, 1995, pág. 17)

Como negar a importância do texto de Sergio Buarque de Holanda? Um marco na produção das ciências sociais no Brasil, considerada dentre as obras que delineiam o pensar sobre um povo e uma nação – ao lado de Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Paulo Prado -, uma “obra fundadora”.

Entretanto, como aceitar, agora com o devido recuo histórico, que às características de nosso povo, sejam adjetivadas da maneira como lemos no texto (e creio ser esse o papel mais importante desse tipo de trabalho, o de olhar através do tempo, reservado pela própria história)? Tal questão não quer sugerir que nos fixemos em investigações sobre estilo, profundidade, ou até mesmo objetivo da obra. Estou a sugerir que perguntemos como devemos ler essa mesma obra, passados todos esses anos desde sua redação e, constatada as mudanças globais por que passamos, os paradigmas acerca das normas, regras de conduta, produção, tanta coisa que foi profundamente modificada. E, igualmente interessante, é notar como a descrição de Holanda, sobre como nós, brasileiros, somos e agimos, como o que ele estava dizendo, estava e está certo. Mas descrição não subentende opinião e o que incomoda são exatamente suas conclusões e opiniões, seu olhar depreciativo sobre nossa personalidade coletiva, sua afirmação de que, somos afeitos menos às regras e mais à rápida familiaridade e intimidade. Noto que ao ler essas passagens, em particular essas que tratam da questão do “homem cordial”, me salta a impressão de estar lendo um analista estrangeiro, a comentar o pitoresco e o grotesco de um povo “simpático”. E se considerar, para fins de análise mais abrangente, os comentários de Antonio Cândido, aí então a coisa toda complica. Este último parece que não mediu as palavras...

Para resgatar a questão central do texto: se de fato somos “cordiais”, pontuo que, talvez, não haja porque atualmente desmerecermos tal condição. Talvez, bem ao contrário, penso que há muito a se produzir com esse nosso jeito de ser, que incorpore a “cordialidade” e a “improvisação” sobre o cumprimento das normas, para que possamos fazer frente, por exemplo, à frieza e à mecanização das relações na atualidade.

admita maior extensão do conceito. Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não “cordial”, se chamará mais precisamente hostilidade.

Cabe inclusive perguntar: É definitivo que tal “cordialidade” impede a solidez de uma reflexão e de uma ação? Ou, a partir de qual modelo se convencionou pensar, definir e mensurar, em uma palavra, valorar, a solidez, a competência, a reflexão e a ação? Não seria exatamente esse o problema, de que subjacente à adjetivação e a crítica ao nosso jeito de ser, ao lado da crítica sobre nossa proverbial “cordialidade”, estaria a viger um parâmetro de produção fundado em outras culturas e outros modos de organização social? Será que, a se aceitar as críticas à “cordialidade”, não estaríamos por avaliar a nossa casa a partir das medidas da casa dos outros – outros mais ricos e poderosos?

Da cordialidade, o brasileiro engendrou um, digamos, instrumento de trabalho dos mais criativos: o jeitinho. Obra do acaso, da necessidade e da inteligência, uma conjunção genial e infernal, fruto da pobreza e do atraso, o jeitinho é, sem nenhuma dúvida, um verdadeiro produto *made in Brazil*. E para desgosto de alguns, e aí se encontram, claro, Buarque de Holanda e Cândido, o jeitinho é uma marca que acompanha o brasileiro sempre, mundo afora. Somos conhecidos e reconhecidos porque queremos e damos um jeitinho em tudo.

Alguns pensadores dirão, para desconforto geral que essa marca, resultante dileta da “cordialidade” e da fraqueza do pensar brasileiro, impediria o surgimento de um pensamento filosófico consistente, já que *filosofar é colocar em questão os critérios, os pressupostos com os quais se trabalha. Uma filosofia não filosofada, eis a estranha coisa – numa estranha expressão – que se tem praticado no Brasil* (Gomes, 1980, 4. ed., pág. 40).

Sergio Gomes prossegue em sua análise sobre o “jeitinho nacional”:

O ufanismo brasileiro privilegia um objeto: o jeito. É voz corrente que damos um jeito em tudo, do existencial ao político, do físico ao metafísico. E não paramos aí: ficamos muito satisfeitos em ser, pelo que nos parece, o único povo capaz de tão saudável atitude. Creio que o elemento constitutivo do jeito seja a não-radicalização. Um distanciamento das posições a serem tomadas, o que combina com nosso modo oblíquo de olhar as coisas, e nosso peculiar ceticismo.(...) Envolver-se determina a perda daquilo que confundimos com espírito crítico: a imparcialidade da razão tupiniquim. Numa atitude dissolvente que sempre nos acompanha, ao modo de manter um pé atrás, nos afastamos das posições a assumir. Daí, o jeito (Idem, pág. 43).

O autor, radical em sua busca de descaracterizar o modo de ser do brasileiro, da cordialidade ao jeitinho, afirma, peremptório, que *ser conciliador, cordial, jeitoso, servil, tudo isso não passa de reflexo de uma doença maior, o esquecimento da razão entre nós*. E cita, sobre os políticos brasileiros, como não poderia deixar de ser, Sergio Buarque de Holanda: *preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem num mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo* (Buarque de Holanda, em: Gomes, 1980, pág. 79).

Assim, penso que para que possamos dar continuidade à reflexão sobre a relação entre o modo de ser brasileiro e as questões da interdisciplinaridade, em particular no que toca a relação entre as pessoas, à necessidade da intersubjetividade, na produção de relações de trabalho, nos encontros, como já foi dito aqui, da recepção calorosa, “cordial” e do “jeitinho”, aos novos membros para as investigações no GEPI, devemos nos perguntar como fica essa mesma relação entre o jeito brasileiro e as críticas formuladas por Holanda, os comentários de Cândido, as críticas de Gomes?

Na direção de responder às questões formuladas, analisarei ainda alguns outros antropólogos que jogam outras luzes sobre o mesmo tema. Espero a partir desses outros trabalhos encontrar respostas a algumas das questões formuladas.

“As Dores do Parto” de Darcy Ribeiro – *O Povo Brasileiro*

Em Darcy Ribeiro, e em sua magnífica obra *O Povo Brasileiro* (2000), encontra-se uma história do Brasil, em particular, uma história do povo brasileiro. É um trabalho que, por tudo que apresenta, em termos de densidade e complexidade, necessita ser lido por educadores e por todos aqueles interessados em discutir as questões da educação no Brasil, a partir da consideração estrita de nossa realidade. Pensar nossa realidade

é pensar nosso povo, é pensar, em princípio, a relação entre o índio nativo, o negro escravo e o português³⁷ “exilado” da matriz.

Mas, afinal, quem é o povo brasileiro? E, podemos nos considerar um só povo? Enfim, qual é nossa marca dominante? E, antes, nós há temos? Questões que faz anos são formuladas e não são poucos os que enveredaram por tentar respondê-las. Entretanto, poucos foram os que lograram atingir níveis de síntese e precisão como Darcy Ribeiro. É por esta razão que resolvi recorrer a seu texto *O Povo Brasileiro*, para poder firmar alicerces consistentes para minha hipótese de trabalho: a interdisciplinaridade brasileira está fundada em nossa maneira de ser, em nosso jeito brasileiro e, como consequência, é nossa marca e, por isso, temos o que oferecer para fora, já que os tempos atuais estão a exigir exatamente esta nossa síntese: nossas conexões, nossos “jeitinhos”, nossa “cordialidade”, nossa irreverência...

Vou diretamente ao último capítulo, onde Ribeiro sintetiza as reflexões realizadas ao longo das mais de 450 páginas. Lá o leitor encontra uma espécie de anúncio da vocação brasileira, aquilo que todos bem se recordam, o que era a essência do pensamento e das crenças de Darcy Ribeiro. O último capítulo intitula-se *O Destino Nacional*.

Para efeito didático, assim como já feito ao longo deste trabalho, serão selecionados trechos significativos e grifadas expressões ou conclusões, para melhor indicar o que se quer dizer com a citação.

Assim se posiciona Ribeiro acerca da formação disso que somos, o Brasil:

*O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um **consulado**, em que um **povo sublusitano, mestiçado de sangues afros e índios**, vivia o destino de um **proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora.** (...) **Nunca houve aqui um conceito de povo**, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. (...) Essa primazia do lucro sobre a necessidade gera um sistema econômico acionado por um ritmo acelerado de produção do que o mercado externo dele exigia, com base numa força de trabalho afundada no atraso...³⁸ Em consequência, coexistiram sempre uma prosperidade empresarial, e uma penúria generalizada da população local. (...) A sociedade era, de fato, um mero conglomerado de gentes um, multiétnicas, oriundas da Europa, da África ou nativos daqui mesmo, ativadas pela mais intensa mestiçagem, pelo genocídio mais brutal na dizimação dos povos tribais e pelo etnocídio radical na descaracterização cultural dos contingentes indígenas e africanos.*

*Alcançam-se, assim, **paradoxalmente**, condições ideais para a transfiguração étnica pela desíndianização forçada dos índios e pela desafricanização do negro, que, despojados de sua identidade, se **vêm condenados a inventar uma nova etnicidade englobadora de todos eles.***

O núcleo luso, formado por muito poucos portugueses que aqui entraram no primeiro século(...), querendo impor a todos sua forma étnica e sua cara civilizatória.

*Ocorre, surpreendentemente, que esse povo nascente, em lugar de uma Lusitânia de ultramar, se configura como um povo em si, que **luta desde então para tomar consciência de si mesmo e realizar suas potencialidades** (Ribeiro, 2000, págs. 447 e 448).*

³⁷ Mesmo o português, esse nosso tão íntimo elemento formador de nossas gentes, mesmo ele, segundo Gilberto Freire, tem algo de impreciso em sua origem. Em *Casa Grande e Senzala*, Freire explica: *A heterogeneidade étnica e de cultura vamos surpreendê-la nas suas origens remotas do português. Do homem paleolítico em Portugal não se sabe o bastante para precisar-lhe a origem: européia para uns, africana para outros.*(...) *No que se entrevê remota indecisão do peninsular entre a Europa e a África.*

³⁸ Interessante relação entre o que afirma Darcy Ribeiro, do ponto de vista histórico – resgate dos elementos fundamentais para a formação do povo e da história brasileira -, com o que afirma Milton Santos (2001), acerca das condições atuais e desdobramentos, ao nível do consumo, das condições impostas pelas formas presentes de globalização: *O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia. **Consumo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa.***(Santos, 2001, pág. 49).

Mesmo que descendentes de outros povos – alemães, italianos, espanhóis, japoneses – nós nos misturamos; não produzimos guetos, não nos afastamos pelas diferenças. Vivemos a nos abraçar e desse contínuo movimento integrador do estranho, nos acostumamos a favorecer a chegada. Ainda, no dizer de Darcy Ribeiro: nos separamos, nos estratificamos nos conflitos entre classes, mas essa é uma outra questão.

*Essa massa de mulatos e caboclos, lusitaniados pela língua portuguesa que falavam, pela visão do mundo, foram plasmando a etnia brasileira e promovendo, simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação. Estava já maduro quando recebe grandes contingentes de imigrantes europeus e japoneses, o que possibilitou ir assimilando todos eles na condição de brasileiros genéricos. (...) Ao contrário do que sucede com outros países, que guardam dentro do seu corpo contingentes claramente opostos à identificação com a macroetnia nacional, no Brasil, apesar da multiplicidade de origens raciais e étnicas da população, não se encontram tais contingentes esquivos e separatistas dispostos a se organizar em **quistos** (Idem, pág. 449).*

Já em Roberto DaMatta, é possível encontrar uma espécie de complementação dessas pesquisas, análises e opiniões elaboradas por Darcy Ribeiro. No bem humorado e profundo *O que faz o Brasil, Brasil?*, DaMatta, entre outras, ao comentar alguns estudos antropológicos³⁹ nos ensina:

*É que certamente (Gobineau) não havia descoberto o valor positivo do ‘mulatismo’ e, sobretudo, a capacidade brasileira de recuperar e trabalhar o **ambíguo**⁴⁰ como dado positivo, na glorificação da ‘mulata’ e do ‘mestiço’ como sendo, no fundo, uma síntese perfeita do melhor que pode existir no negro, no branco e no índio. (...) Tenho repetido seguidamente que o Brasil **não é um país dual** onde se opera somente com uma lógica do dentro ou fora; do certo ou errado; do homem ou mulher; do casado ou separado; de Deus ou Diabo; do preto ou branco. Ao contrário, no caso de nossa sociedade, a dificuldade parece ser justamente a de aplicar esse **dualismo de caráter exclusivo**; ou seja, uma oposição que determina a inclusão de um termo e a automática exclusão do outro, como é comum no racismo americano ou sul-africano. (...) Isto é, entre o preto e o branco, nós temos um conjunto infinito e variado de **categorias intermediárias** em que o ‘mulato’ representa **uma civilização perfeita** (DaMatta, 2001, págs. 40 e 41).*

Neste ponto da análise saborosa de DaMatta detenho-me, para indicar que há em nossa estrutura societária algo particular, que assimila as diferenças, cria sínteses, e a partir dessas, abre possibilidades de diálogo – o que não quer dizer que ele sempre ocorra, mas abre-se à chance. Da Matta chama a nossa atenção para a superação que nós, brasileiros, realizamos sobre o *dualismo de caráter exclusivo*, que, por outros termos, como denomina Arnaldo Jabor de *práticas modernas de anglo-saxões*⁴¹.

Essa também é a análise que realiza Frei Betto, em particular quando afirma:

*Desenvolveu-se no Brasil, uma cultura das alianças que amaciam a dureza da dominação política e econômica por meio de **todo tipo de relações**, dos elos de família, das amizades, do compadrio, das malandragens e dos jeitinhos. Via de regra evitam-se os radicalismos e se prefere o **caminho do meio**, se busca a mediação, se opta pelo **gradualismo** e se faz muita conversa. As várias lógicas do público, do privado e do mágico-religioso interagem permitindo ao ser humano movimentar-se sem grandes violências destruidoras. A mestiçagem de nosso povo, pela qual todas as raças se relacionaram para além dos limites de classe e de hierarquia, é fruto dessa **cultura relacional**. (...) O jeitinho é a forma sábia e pacífica de combinar os interesses pessoais com a rigidez da norma⁴². (...) Dessa forma*

³⁹ Conferir, à pág. 40, do texto referido, os nomes de Agassiz e Gobineau.

⁴⁰ A questão da ambigüidade, principalmente em relação às práticas pedagógicas, e a produção da interdisciplinaridade, articulada à questão da brasilidade – como está sendo abordada – será analisada mais a frente, no segundo capítulo, no campo dos temas filosóficos.

⁴¹ Do texto *O monólogo do grande canalha brasileiro*, citado por Gambini e Dias, 1998, pág. 149.

⁴² Duas observações: 1) Como esta reflexão confronta e desautoriza as análises vistas anteriormente neste trabalho – Holanda, Cândido e Gomes; 2) Há uma interessante relação possível entre os termos: *interesses pessoais* em relação aos interesses dos professores e suas áreas de atuação – os chamados “feudos esoclares”, e *rigidez da norma* com a rigidez das disciplinas e da estrutura curricular.

junta-se a lei com a realidade social diária; permite-se uma navegação tortuosa mas pacífica (Frei Betto, em: Viana, Silva e Diniz, 2001, págs. 19 a 21).

Uma análise comparativa e crítica

Como se nota, não há grandes diferenças na compreensão sobre o processo de formação inicial do povo brasileiro. Os autores – antropólogos, sociólogos, historiadores - concordam que nossa matriz, sócio cultural, está diretamente relacionada à primeira miscigenação entre negros, índios e portugueses. E daí, com a imigração de outros povos – europeus e asiáticos -, o resultado variado e impreciso – a “inexistência de um conceito de povo” - que somos nós. Por outro lado, há interpretações, e opiniões, sobre os desdobramentos e resultados derivados desses “encontros” que diferem e se contradizem⁴³.

E é aí que nós devemos nos deter em análise cuidadosa. Afirmo, pois temos que nossa formação se deu na leitura desses autores, e sua ideologia nos marcou. Em se tratando de valores ideológicos ligados a uma concepção eurocêntrica vigente entre nós até meados da década de 60⁴⁴ (na formação das elites, na academia, no meio empresarial, na imprensa...) - talvez, muito disso, quem sabe, ainda não estaria vigendo e muito forte? – precisamos voltar a analisar essas marcas e, a partir de amplo e profundo conhecimento de nossa formação, dar passos sólidos no sentido de afirmar o que é pertinente ao nosso povo, seja ele de personalidade precisa ou imprecisa quanto aos parâmetros externos, não importa.

O que deve importar a nós, educadores e pesquisadores atentos e relacionados à realidade é afirmar que somos o que somos como povo e, por isso mesmo, temos o que dizer. É isso que precisamos afirmar aos interpretes de nossa produção, em particular a Yves Lenoir, e buscar precisar, assim como há pistas na obra de Ivani Fazenda, que nosso jeitinho permeia todas as nossas relações – intersubjetivas, de produção acadêmica, de vida...

Como recordação, retorno ao texto de Yves Lenoir, para resgatar o modo como ela aborda a produção de Ivani Fazenda: basicamente ele indica como preocupação central da produção interdisciplinar brasileira *o docente em sua pessoa e no seu agir* e complementa, afirmando que Ivani ressalta a figura desse professor e busca na construção de um saber-ser desse mesmo professor o caminho para a descoberta de si mesmo, de sua formação, de seus objetos de investigação e estudo. Ainda: *Ela coloca também em evidência que essa pessoa está inserida em uma realidade social problemática sob numerosos aspectos e que ela não pode desde então subtrair às questões políticas* (Lenoir, op. cit., 2001, pág. 10).

Desta forma, cabe afirmar que precisamos anunciar os temas que dizem respeito a nossa origem e formação, para que se esclareçam os porquês de nossas afirmações. Aliás, nós que somos o resultado de miscigenação, portanto imprecisos, sem cara ou cor, penso que somos anúncio do futuro planetário – o resultado mais bem acabado do complexo processo de enriquecimento biológico, psicológico e social, fruto dos cruzamentos humanos. A sociedade brasileira, assim composta por imprecisas formações étnicas, religiosas, culturais, é uma matriz importante para se pensar o próprio futuro do planeta, numa dimensão maior daquela que é o tema deste trabalho – a questão educacional..

⁴³ Tal é a posição de Darcy Ribeiro: *Outros interpretes de nossas características nacionais vêem os mais variados defeitos e qualidades aos quais atribuem valor casual. Um exemplo nos basta. Para Sergio Buarque de Holanda seriam características nossas, herdadas dos iberos, a sobranceira hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas (...). Da mistura de todos esses ingredientes, resultaria uma certa frouxidão e anarquismo, a falta de coesão, a desordem, a indisciplina e a indolência . Mas derivariam delas, também, certo pendor para o mandonismo, para o autoritarismo e para a tirania. Co mo quase tudo isso são defeitos, devemos convir que somos um caso feio, tamanhas seriam as carências de que padecemos. Seria assim? Temo muito que não.(...) Elas bem poderiam nos ser ainda mais nefastas porque nos teriam tirado a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade de quem não é rígido mas flexível, a vitalidade de quem enfrente, ousado, azares e fortunas, a originalidade dos indisciplinados* (Ribeiro, 1995, pág. 451).

⁴⁴ Faço referência aos anos 60, ao final daqueles anos e o período das contestações dos estudantes e dos trabalhadores, e que permitiu, em toda parte, uma profunda revisão dos paradigmas históricos e antropológicos. Ver, em particular, os estudos sobre multiculturalismo, feminismo e outras minorias, realizados no período – Solange Martins Couceiro de Lima, *Multiculturalismo*, em: Teixeira Coelho, 1997, pág. 263,

Enfim, tais estudos me permitem afirmar que, através de nosso modo de ser, através dessa tal *síntese perfeita do melhor que pode existir*, nós podemos engendrar uma estrutura social particular, em um mundo que tende, como um perverso desdobramento de modo de globalização⁴⁵, em função de padrões de comportamento, consumo e comunicação, à homogeneização, alçar vôos em torno de nosso jeitinho, de nossa ginga, de nossa bossa, e afirmar modos de heterogeneização. Tal é o caminho, na educação, possibilitado pelo pensamento e pela prática interdisciplinares; esta prática assentada sobre tais pressupostos, ganha um colorido especial – ganha uma ginga, uma “bossa nova” educacional.

O projeto interdisciplinar brasileiro, no momento em que pode se lançar a vôos maiores, na busca de interlocução internacional necessita afirmar e se firmar com base nas questões que a antropologia nacional indica. Tal consistência é um passo maduro frente ao que se exige de nossos pesquisadores.

CAPÍTULO II

Princípios Filosóficos

Referenciais teóricos para um primeiro olhar sobre uma teoria da interdisciplinaridade

A hermenêutica, o paradoxal e a complexidade

“Toda vida verdadeira é encontro”

Martin Buber

“O paradoxo é a paixão do pensamento; o pensador sem paradoxo é como um amante sem paixão, um sujeito medíocre.”

Aquiles Von Zuben

O drama da cultura moderna consiste no fato de, sob a pressão de interesses contraditórios, a imagem do homem ter-se esfacelado.

G.Gusdorf

Da desobediência

Toda desobediência, uma vez que é decorrência de uma percepção do que não vai bem e que tal não satisfaz àquele que nota a falência, é um ato que nasce no terreno do singular. Ao indivíduo cabe a intuição primeira que logo se lerá como desobediência. Uma somatória de insatisfações pode estruturar um movimento de desobediência. Tal somatória é complexa, portanto não dissolve o uno no todo. É uma soma de vontades e percepções singulares e tais devem, necessariamente, serem preservadas. A dissolução do uno no todo é a derrota do singular. O desaparecimento do singular impede, ipso facto, a constituição de pluralidades consistentes. Há, pois uma ilusão que percorre com facilidade nosso meio, a de que apesar do indivíduo, nossas sociedades são capazes de prover tudo a todos. Há em voga um certo desprezo do indivíduo. Há, ao lado dessa situação, uma louvação do ser-coisa que consome. Vivemos o tempo do consumidor. Este não possui vontade, uma vez que está é pura determinação do que há para ser consumido. E

⁴⁵ Do texto de Frei Betto: *No processo de globalização no qual culturas e povos tão diferentes e tradições e cosmologias tão diversas se encontram, não se manterá a coesão mínima e a convergência necessária para um propósito comum sem uma cultura relacional e um hábito permanente de coexistência, de tolerância e de composição. O Brasil, por sua maneira de somar, juntar, relacionar e sintetizar, poderá oferecer um contributo indispensável a essa demanda. (...) Essa qualidade nacional (o jeitinho) é extremamente útil e até imprescindível para a globalização, na qual tantos interesses se sobrepõem, opõem e contrapõem* (Op cit., págs. 20 e 21).

consumimos qualquer coisa: pratos e talheres, corpos masculinos ou femininos, carros e brinquedos, jornais e televisores, teorias, verdades, mentiras, sonhos. O indivíduo assumido, por si só, já é uma subversão. Esse ser, tornado coisa, está a correr atrás de referências que o afastem do naufrágio total, da absoluta subserviência. Ele corre para os lados, para cima e para baixo, enlouquecido a procurar fontes, referências, modelos. Ele quer um ordenamento, um algo que aponte um rumo, um porto, um lugar de afirmação. Como estar a gritar: “Quero que me digam quem sou, o que necessito, o que desejo!!” Tristes tempos. Por isso, e só por isso estamos nos transformando em seres incapazes de pensar novidades que nos abasteçam subjetivamente, que efetivamente nos preencham existencialmente. Estamos a recorrer sempre e sempre aos importados – não só carros, azeite, ou o último modelito. Estamos a nos embebedar dos licores teóricos produzidos por outros, ricos produtores de teorias e que, patenteados pelos grandes supermercados dos saberes, não nos permitimos um saborear atento dos resultados produzidos nos encontros-diálogos entre indivíduos afirmados e suas comunidades locais. Somos filhos de um tempo que não fala línguas locais. A regra é falar a fala do outro, desde que este seja rico e famoso, mesmo se esta fala não falar nada a meu respeito nem daqueles que conheço e gosto.

A caminho das mudanças

Não há porque desconsiderar, em nós brasileiros, nossa proverbial cordialidade nem nossa capacidade de darmos um jeito nas coisas. Somos capazes de mediações incríveis; somos capazes de “navegar” sobre acordos e acertos impensáveis; somos capazes de dialogar com o inimigo e torná-lo cúmplice e companheiro... Ora, por que não nos utilizarmos dessa nossa capacidade? Por que não buscarmos o referencial teórico próprio para que essas nossas marcas aconteçam a favor de um projeto político educacional consistente? Eis a tarefa da interdisciplinaridade: rumar para a consistência metodológica, dar sentido aos encontros possíveis entre disciplinas – o que são disciplinas? - a partir das interpretações que o nosso jeito de ser possibilita realizar, nós os “indisciplinados” brasileiros.

A questão que se nos apresenta é relativa ao grau de deslocamento estrutural, de transformação das organizações e o nível de mudança das mentalidades que queremos imprimir. Após esse passo primeiro, precisamos saber se temos os recursos intelectuais e materiais para tal. Neste ponto afirmo: está lançado o desafio de verificar o nível de criação a que estamos dispostos a produzir e como essa criação nos propicia outras leituras de mundo, re-fundando, ai sim, lógicas de interpretação da realidade. Por exemplo: A partir da internet, do hipertexto, propiciado por novíssimas formas da comunicação, nossa percepção do planeta se alterou profundamente, remetendo-nos a uma nova percepção dos lugares e do espaço. O deslocamento geográfico tem hoje outro valor. Ver, ler, ter, estar no todo, eis uma possibilidade mítica, a possibilidade oferecida pelo discurso da virtualidade. Há uma possível (outra?) nova cosmologia se construindo frente aos nossos olhos. Novo renascimento, novo iluminismo? De qual revolução estamos falando? Estamos vivendo uma nova revolução? E tudo isso começou quando?

No momento de buscar respostas a tais questões, surge aquela que é a fundamental, que me move a redigir esta tese e é, portanto a sua essência: o que é interdisciplinaridade?

O projeto, a vocação, a missão da interdisciplinaridade: resgate da unidade humana - reconciliação do ser humano consigo mesmo⁴⁶. O filósofo George Vaideanu afirma que a construção de uma educação fundada na interdisciplinaridade se inscreve em um movimento contra uma educação baseada na unilateralidade⁴⁷.

Indicações sobre a origem da interdisciplinaridade

A origem do termo, a própria exigência da interdisciplinaridade, está a nos remeter, segundo Gusdorf (1982), à *descrição do conhecimento desde a origem do saber no Ocidente. A exigência interdisciplinar se inscreve na descrição do conhecimento desde as origens do saber no Ocidente. Os sofistas gregos, patriarcas da nossa pedagogia, já haviam definido o programa de uma “enkuklios paideia”, processo de formação circular que exigia do aluno em exame geral das disciplinas constitutivas de ordem intelectual*

⁴⁶ Em Gusdorf, 1967: *En fin de compte, le problème épistémologique de l'unité des sciences humaines s'identifie au problème antropológico de l'unité de l'homme.*

⁴⁷ Vaideanu, s/d: *Il raggiungimento per una educazione interdisciplinare si identifica e deve essere identificato con la lotta contro la unilateralità.*

(Georges Gusdorf, *Pasado, presente y futuro de la investigacion interdisciplinaria*, em: *Interdisciplinaria y ciencias humanas*, 1982, pág. 32).

A busca do conhecer é, em essência, o exercício da compreensão do que nos envolve. Tal busca se dá na direção do desvelamento do todo, já que será na percepção e no conhecimento desse todo que nos envolve, como humanos, que poderemos conhecer o que nos condiciona. Aí residem as pistas para a resposta à questão: quem é o ser humano? Questão fundamental em todos os tempos, ela move a existência e, em última análise, justifica e explica a necessidade humana da torça das informações, ou o fundamento primeiro para as relações educativas. Tais relações, fundamento de nossas primordiais ações, requerem, em um tempo em que esses mesmos processos tendem à especialização, a retomada da integralidade original. Eis a razão e o fundamento da interdisciplinaridade.

Por certo, não se trata de coisa simples. Mas muitos insistem em pensar, e pior, entendem praticar interdisciplinaridade como colagem de/entre disciplinas. Ajuntamento. Qual resultante de desvios cartesianos – não que René Descartes tenha algo a ver com isso -, no pior sentido, reducionista, tomam o prefixo "inter" na simples e linear primeira compreensão, no sentido de "entre" apenas. Pura redução! No latim esse prefixo sugere duplo sentido: entre sim, a partir de *enter*, bem como intra. Tal análise permite (re) ler o prefixo "inter" como uma possibilidade de conectar dois diferentes, assim como vasculhar e re-conectar os vários contidos no mesmo. Daí o necessário mergulho da disciplina, e quem a pensa/realiza, em si e para si mesma, na busca de romper limites internos em geral limitantes para avanços e conexões⁴⁸. Aí o sentido duplo da relação interdisciplinar, que rumo a um só tempo para o interior e para o exterior (orgânica).

(...) Eles (os Gregos) já consideravam as coisas do mundo numa perspectiva tal que nenhuma delas lhes aparecia como parte isolada do resto, mas sempre como um todo ordenado em conexão viva, na e pela qual tudo ganhava posição e sentido. Chamamos orgânica a esta posição, porque nela todas as partes são consideradas membros de um todo (Jaeger, Paidéia. A Formação do Homem Grego, pág. 11)

Gusdorf nos oferece sinais importantes para uma compreensão ampla do modo como chegamos à interdisciplinaridade – logo, que tal meta não é algo aleatório, fruto de uma necessidade de classe, ou de uma certa disposição particular de um grupo de educadores querendo tão somente inovar. Inscrita como causa original do humano, a busca da inteireza do conhecimento é um movimento contínuo, e ao longo da história são inúmeras as lutas travadas no seio da organização da educação para que tal ideal seja atingido.

De forma que poderíamos dizer - se queremos caracterizar o saber contemporâneo - que o século XX é uma época em que há um descolamento do conhecimento de suas limitações, a ponto de converter-se na quarta parte final do século em que vivemos, em um conhecimento dos limites, na medida em que a negatividade atribuída às condições de existência no tempo é ao fim reconhecida também como existência espacial. Portanto, neste século dos limites do saber e dos teoremas de limitação, não é paradoxal o desenvolvimento dos saberes interdisciplinares, mais além das fronteiras particulares de cada saber? O filósofo dirá que a palavra 'limite' possui vários sentidos. Há que distinguir para poder penetrar no paradoxo e esclarecer a contradição. Logo, podemos multiplicar os contextos em que a palavra 'limite' aparece com sentidos diferentes, inclusive irreduzíveis. Assim, o que limita uma disciplina exata (no sentido de exatidão, e não relativamente às ciências exatas), não é um limite material senão axiomático, ou seja, enunciados e cláusulas de circunscrição que definem não só os dados iniciais, mas também os modos de operação que garantem a reprodução regular do campo. (...) Nossa conclusão é que a idéia de uma disciplina totalmente fechada, única capaz de justificar em sua interpretação absoluta a antiga desconfiança em direção à mistura de gêneros, é

⁴⁸ Pietro Prini, s/d, observa que aí reside o maior risco da interdisciplinaridade, a diluição do conteúdo disciplinar, e logo sua profundidade, na generalidade: *Il problema dell'interdisciplinarità, cioè dell'articolazione tra le discipline, sia nell'ambito della ricerca sia in quello dell'insegnamento. pressupone dunque la distinzione e la relativa autonomia delle singole discipline. Non tener conto di questo significa esporsi al pericolo di un regresso a condotte prescientifiche della ricerca e dell'insegnamento, ad una specie di globalismo confusionario e arbitrario.*

uma idéia impossível (Mohammed Allal Sinaceur, *Que es la Interdisciplinaridad?*, em: *Interdisciplinariedad y ciencias humanas*, pág. 24).

E acrescenta, sobre o vício da circularidade, tão caro ao modo como as sociedades contemporâneas entendem seu cotidiano:

O fato de que a interdisciplinaridade pertença a uma categoria diferente da que caracteriza as disciplinas especializadas permite abolir a circularidade que ameaça sua definição confusa como algo resultante da simples cooperação entre disciplinas, já que toda cooperação científica entre disciplinas consagra um resultado que pertence à disciplina consumidora, à disciplina produtora, a uma nova disciplina (Idem, pág. 26).

É muito importante frisar a ênfase na não circularidade própria à simples somatória entre disciplinas. Gusdorf ao referir-se a *simples cooperação entre disciplinas* está justamente fazendo referência às tradicionais colagens – ajuntamentos – que a maior parte dos educadores realizam entre disciplinas, acreditando caminhar sobre as trilhas da inovação. Tal observação é revestida de elevada importância, já que tal “compreensão” da interdisciplinaridade é a mais comum, por isso a mais difícil de ser combatida e alterada.

Interdisciplinaridade e totalidade na antiguidade – Gusdorf

Ainda no mesmo trabalho, o autor focaliza na história da formação da universidade um germe do que será considerado, atualmente, interdisciplinaridade. Ele resgata as questões relativas a uma pedagogia da totalidade, própria do primeiro período de elaboração do pensamento ocidental, com os romanos, e o surgimento da universidade na Idade Média. Com isso, ele ressalta, e comprova, que para muito além da interdisciplinaridade ser uma técnica didática ou metodológica, para um fazer educativo “moderno”, é um tema que faz parte da história, do pensamento educativo, inscrito na base do pensamento humanista, fundamento de toda educação ocidental.

*A universidade medieval queria ser a comunidade dos professores e dos estudantes ('universitas magistrorum et scholarium'), mas também a comunidade das disciplinas do conhecimento ('universitas scientiarum'); a aproximação dos homens se inscreve em um marco de integração do saber. A divisão e especialização da epistemologia apelam para um movimento compensador; o vetor centrífugo deve ter em contrapartida, um vetor centrípeto destinado a manter a coesão do espaço mental ameaçado de dissociação. Esta pedagogia da totalidade é fortemente afirmada por Plínio, o naturalista, que encontrou a morte durante a erupção do Vesúvio, em 79 D.C.: 'A potência e majestade da natureza em todos os seus aspectos não se impõe a quem se contenta em contemplá-los em detalhe de suas partes e não em sua totalidade' (Plínio, *História naturalis*, livro VII, Cap. 1. Citado por Gusdorf, *Pasado, Presente y Futuro de la Investigacion Interdisciplinaria*, pág. 33, em: Apostel, *Interdisciplinariedad y ciencias humanas*, 1982).*

Noto que a citação de Plínio marca uma posição frente ao risco de uma leitura empobrecida da interdisciplinaridade. No trecho citado, Cícero faz referência à *potência e majestade da natureza*. Tal não é aleatório. Recordo que essas questões tocam o âmago dos temas relacionados à ética, à estética, à justiça. São temas filosóficos, e ao longo de toda história da filosofia no ocidente, praticamente todos os pensadores farão referência e discutirão temas relacionados a tais questões, o que referenda a indicação de Gusdorf sobre a pertinência de se tratar a interdisciplinaridade como uma questão de filosofia da educação, antes de metodologia ou didática, ou algo por aí.

Revolução Francesa – o início da modernidade

Na aurora da modernidade, ao longo do renascimento e, posteriormente, durante a Revolução Francesa, passando pelo iluminismo e o advento do enciclopedismo, poderemos encontrar, já com pertinente e objetiva

clareza, o projeto interdisciplinar. Será mesmo a partir da construção da ciência moderna, com a construção dos primeiros passos em torno de um método científico, no Renascimento, que poderemos verificar as primeiras preocupações metodológicas quanto a unidade e a fragmentação do saber⁴⁹.

*O projeto enciclopédico se encaminha para reunir e condensar a imensa massa de saber disponível em um espaço cada vez mais reduzido. Espelho de onde se projeta a totalidade do domínio mental, a 'Enciclopédia' deve não apenas justapor os dados das ciências, mas também ordenar racionalmente as disciplinas, umas com as outras, e tentar realizar uma articulação das raízes comuns do saber. D'Alembert afirma: 'A ordem enciclopédica de nossos conhecimentos(...) consiste em reuni-los no menor espaço possível, e, por assim dizer, colocar o filósofo acima deste vasto labirinto, em um ponto de vista suficientemente elevado, de onde possa perceber a vez das ciências e a vez das principais artes' (D'Alembert, *Discurso preliminar de la Enciclopédia*, Aguilar Madrid, 1965. Citado por Gusdorf, pág. 35, op. cit.).*

Tal processo, de descoberta de um “novo mundo” científico, a exemplo do que ocorreu com as grandes navegações, permitiu a construção de um repertório “nunca antes navegado”. Tal “navegação” implicou a formulação do método científico, o que rompeu crenças e fronteiras. Construiu, entretanto, novas articulações, territórios do saber, chamados disciplinas, que ao se desdobrarem em territórios políticos, configurou as lutas que até hoje se encontram presentes na escola, na universidade. O projeto de um pensamento e de uma prática interdisciplinar surge como uma alternativa quer política quanto metodológica a essas dinâmicas⁵⁰. Note-se que tais dinâmicas, uma decorrência do desenvolvimento das ciências, acaba por se revelar potentes limitadores do próprio progresso científico, já que encastelam e circunscrevem repertórios, grupos e dados.

Já no início do séc. XIX, um jovem historiador, Jean Michelet, abordará, de maneira enfática e direta, a questão da unidade do saber, como a querer indicar pistas para a tarefa educativa, as práticas da ciência, a realização do projeto humanista iluminista, no qual é o homem, como ser integral a construir uma sociedade igualitária e justa, na integralidade. Gusdorf nos brinda com um trecho de um discurso de Michelet, para, mais uma vez, anunciar – e ratificar - a vitalidade histórica do tema⁵¹.

O jovem Michelet, que será o grande historiador romântico francês, pronuncia, em 1825, um 'Discurso sobre a unidade da ciência', onde se pode ler:

⁴⁹ Prigogine e Stengers (1984) falam desse período de maneira particularmente interessante: *O mundo da dinâmica é um mundo “divino”, no qual o tempo não ataca e o nascimento e morte das coisas estão definitivamente excluídos. Contudo, esse não era, aparentemente, o projeto daqueles a que chamamos fundadores da ciência moderna; se eles desejavam quebrar a interdição de Aristóteles segundo a qual as matemáticas param onde a natureza começa, parece que não pensavam, procedendo assim, em descobrir o imutável por detrás do mutante, mas realmente estender a natureza mutável e corruptível até os confins do Universo. (...) Sob este aspecto, certamente não existe melhor símbolo de uma transformação que é, antes de tudo, a das nossas interrogações e dos nossos interesses, do que a evocação dos dois motivos de admiração de Kant: o eterno movimento dos astros, no céu, e a lei moral, no seu coração; duas ordens legais, imutáveis e heterogêneas. Descobrimos agora a violência do Universo, sabemos que as estrelas explodem e que as galáxias nascem e morrem. Sabemos que não podemos sequer garantir a estabilidade do movimento planetário. E é essa instabilidade das trajetória, são as bifurcações onde encontramos as flutuações da nossa atividade cerebral, que nos são hoje fonte de inspiração* (Em: *A nova Aliança*, págs. 204 e 206).

⁵⁰ *Se me perguntassem qual foi a maior façanha de Cristóvão Colombo ao descobrir a América, minha resposta não seria que ele se beneficiou da forma esférica da Terra para chegar às Índias pela rota ocidental (essa idéia ocorrera a outros antes dele), nem que preparou sua expedição meticulosamente e equipou seus navios com extrema perícia (também isso, outros poderiam ter feito igualmente bem). Seu feito mais notável foi a decisão de sair das regiões conhecidas do mundo e navegar para o Ocidente, até muito além do ponto a partir do qual seus suprimentos poderiam levá-lo de volta para casa* (Heisenberg, 1996, em: *A parte e o todo*, pág. 87).

⁵¹ Como indicação para uma leitura profunda e ampla da questão: Capra, *Verso uma Nuova Saggezza*, 1989; Einstein, *Escritos da Maturidade*, 1994; Prigogine, *O Nascimento do Tempo*, 1990; Prigogine & Stengers, *Entre o Tempo e a Eternidade*, 1992; Reston, *Galileu*, 1995; Tiezzi, *Fermare il tempo*, 1996.

*'A ciência perde seu atrativo mais vivo, sua principal utilidade, quando considera os diversos ramos do conhecimento como estranhos entre si, quando ignora que cada estudo esclarece e fecunda os demais. As Musas⁵² são irmãs, nos afirma a engenhosa Antiguidade (...) A ciência é una: as Línguas, a Literatura, a História, a Física, as Matemáticas e a Filosofia, os conhecimentos mais distantes na aparência, se tocam realmente, ou melhor, formam todo um sistema, cujas diversas partes denuncia sucessivamente nossa debilidade. Um dia tentarás captar esta majestosa harmonia da ciência humana (J. Michelet, *Oeuvres complètes I*, P. Viallaneix (dir. publ.), Flammarion, Paris 1971, 249. Citado por Gusdorf, op. cit.) Um pouco mais tarde, o próprio Michelet confere precisão ao seu pensamento o acima afirmado:*

Tal é a marcha do espírito humano: primeiramente vê a ciência, depois as ciências, e logo, novamente, a ciência. Tendo partido de uma unidade, mas de uma unidade de confusão e de desordem volta à unidade, porém a uma unidade de ordem e claridade (Op. cit., pág. 9).

É sabido que a construção da ciência moderna possibilitou – e inclusive se utilizou – de instrumentos de fragmentação, especialização e controle da produção do saber, que, ao longo do tempo, mostraram-se danosos para o avanço da mesma ciência. O tema da tecnologia e o domínio desta, com os desdobramentos derivados da posse e administração desses conhecimentos e instrumentos, engendrou combates severos. Essa fase, que não é curta – ou rápida – e se estende ao longo de pelo menos três séculos. *Essa fase pode nos representar o período que vai, mais ou menos, do séc. XVI até meados do XIX, quando as elites da Europa ocidental entraram numa fase de desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria o domínio de poderosas forças naturais, de fontes de energia cada vez mais potentes, de novos meios de transporte e comunicação, de **armamentos e conhecimentos especializados** (Sevcenko, 2001, pág. 14). Gusdorf, atento a esse ponto, trata do tema como segue:*

O século XIX está marcado na história do saber pela expansão do trabalho científico. As tecnologias da investigação, em todos os campos, se enriquecem prodigiosamente. (...) É chegada a época dos especialistas; o território epistemológico, ampliando-se, não deixa de fragmentar-se; as certezas se estreitam ao se precisarem. O especialista sabe cada vez mais de um campo cada vez menor, no sentido do limite escatológico em que saberá tudo de nada. O positivismo, o cientificismo, corresponde a esse novo estatuto do saber, onde cada disciplina se encerra em um esplêndido isolamento de suas próprias metodologias, fazendo da linguagem das ciências rigorosas uma espécie de absoluto (Op. cit., pág. 37).

Será, enfim, o período a partir da Segunda Guerra Mundial, fecundo na direção do questionamento a essas concepções: *O que distinguiu particularmente o século XX, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida no planeta. Esse surto de transformações constantes pode ser dividido em dois períodos básicos, intercalados pela irrupção e transcurso da Segunda Guerra Mundial. Na primeira dessas fases, prevaleceu um padrão industrial que representou o desdobramento das características introduzidas pela Revolução Científico-Tecnológica de fins do século XIX. A segunda fase, iniciada após a guerra, foi marcada pela intensificação das mudanças – imprimindo à base tecnológica um impacto revelado sobretudo pelo crescimento dos setores de serviços comunicações e informações –, o que a levou a ser caracterizada como período pós-industrial (Sevcenko, pág. 24).*

⁵² Origem etimológica para epistemologia – epistemes ou musas (minha observação). Para aprofundar os conhecimentos sobre a questão, ver a tese de doutorado de Joe Garcia – *Interdisciplinaridade, tempo e currículo*. São Paulo, PUC, 2000.

A questão da interdisciplinaridade, como já dito anteriormente⁵³, no que concerne às pesquisas educacionais e de integração das áreas nas ciências exatas e nas humanidades, portanto nas produções acadêmicas, receberá impulso e fundamentação sócio-cultural, na esteira dos processos sociais e políticos vividos nesse pós guerra. Particularmente, o final dos anos 60⁵⁴, e os movimentos minoritários, contraculturais, pacifistas, ecologistas etc., são anos de intensa pesquisa na direção da reconexão dos conhecimentos e da construção de práticas que superem as fragmentações e as circunscrições dos saberes.

Muito educadores - tenho percebido isso ao desenvolver trabalhos de formação de professores e de supervisão pedagógica e educacional -, ainda se posicionam a partir de um ponto de vista conservador, utilizando, no mais das vezes, a sua própria vida como referência para tratar das mudanças paradigmáticas pelas quais todos passamos ao longo dos últimos 40 anos. Isso significa dizer, que grande parte de nossos educadores sentem grande dificuldade – e, talvez, conhecimento – para lidar com o que já ocorreu e como tais mudanças acabam por impor necessárias alterações nas práticas educacionais. Ouso dizer que essa espécie de “cegueira”⁵⁵, auto-imposta, afasta os educadores de sua missão mais importante: renovar e dar sentido à escola e à educação para os tempos que vivemos. Tal análise está corroborada pelo título do trabalho do professor Hilton Japiassú (citado por Georges Gusdorf) – *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*, de 1976. A patologia de que trata o título nos permite inferir que tal estado, de apatia e medo frente ao que já mudou e está exigindo mudanças profundas na educação – a tal da “cegueira” -, que temos notado atualmente, não é outra coisa senão uma doença.

Georges Gusdorf segue em sua análise, agora já perpassando o período recente, emblematicamente, o do maio de 1968 - das barricadas do desejo⁵⁶:

Numerosos signos dão testemunho da existência de uma ‘patologia do saber’ (Japiassú, 1976), como componentes da crise que atravessa a civilização contemporânea.(...) A crise universitária dos anos sessenta, que teve seu ponto culminante na pequena revolução francesa de 1968, traduzia, em um paroxismo de desesperança e utopia, o fracasso das antigas instituições e a exigência de uma concentração do espaço mental em seu conjunto. (...) A partir dessa breve retrospectiva se pode concluir que o tema da interdisciplinaridade é um dos aspectos da própria idéia de ciência desde as origens da cultura ocidental. O brusco reviver deste tema na atualidade, longe de corresponder a um progresso epistemológico, pode ser considerado como um sintoma patológico, uma reação secundária ante a inexorável desagregação do espaço mental moderno, busca de uma compensação ou meio de defesa desesperada para preservar, em todo ou em parte, a integração do pensamento. O tema da interdisciplinaridade se encontra, pois, no programa da vida intelectual contemporânea (Op. cit., págs. 39 e 40).

A questão da interdisciplinaridade no Brasil

Se Gusdorf oferece uma leitura sobre eventos que registram a existência de preocupações em torno da idéia de interdisciplinaridade em esfera internacional, focando tal processo nascente na Europa e nos Estados Unidos, serão as pesquisas de Ivani Fazenda a verificar esse mesmo processo no Brasil, sempre articulado com os momentos políticos vividos pela América Latina. Será através dos primeiros trabalhos acadêmicos de Fazenda – seu mestrado e doutorado - a apontar o surgimento, a partir desse processo de

⁵³ Conferir, neste trabalho, à página 75.

⁵⁴ Textos importantes, que tratam do tema, além de outros já indicados neste trabalho: Morin (1986), *Cultura de Massa no século XX: o espírito do tempo – 2 NECROSE*; Marcuse (1999), *A grande recusa hoje*.

⁵⁵ Ver, de especial valor, de José Saramago (1995): *Ensaio sobre a cegueira*. Uma metáfora das mais pertinentes e contundentes sobre a condição do homem contemporâneo.

⁵⁶ Título do livro de Olgaria Matos (1989) – um importante documento para se conhecer e avaliar o que foi o período citado. ⁵⁶ Ver, de especial valor, de José Saramago (1995): *Ensaio sobre a cegueira*. Uma metáfora das mais pertinentes e contundentes sobre a condição do homem contemporâneo.

⁵⁶ Título do livro de Olgaria Matos (1989) – um importante documento para se conhecer e avaliar o que foi o período citado.

mudança paradigmática global⁵⁷, em nossa região, das questões e da necessidade da prática da interdisciplinaridade. Em *Educação no Brasil anos 60 – o pacto do silêncio*, de 1985, a pesquisadora esclarece como a questão da interdisciplinaridade é sugerida pelo poder instituído, através de deliberações e normas, e como tais são recebidas com ceticismo, pelos educadores nacionais, gerando leituras contraditórias, o que veio a dificultar um olhar atento e receptivo para com a própria interdisciplinaridade.

*Entre os principais mecanismos ideológicos de manutenção do poder, por mim analisados, deparei-me com esferas do saber e do agir totalmente ignoradas pelos educadores da época. Uma visita às decisões dos poderes Legislativo e Executivo esclareceu-me sobre o quadro de “conveniências”, no qual a educação para a interdisciplinaridade foi gestada. Analisei como foram gradativamente caladas as vozes dos educadores, dos alunos, e o processo de entorpecimento, pelo qual passaram as consciências esclarecidas, analisei também a mudez da imprensa e o conluio desonesto na articulação das propostas educacionais (Fazenda, *Interdisciplinaridade, história, teoria e pesquisa*, 1995, pág. 30).*

Fazenda, em *Interdisciplinaridade, história, teoria e pesquisa*, de 1995, dirá que entre os anos 60 e 70 – ao lado de uma perversa manipulação do termo interdisciplinaridade, que visou atender a uma série de medidas persecutórias e punitivas por sobre as lideranças educacionais -, em função do momento político que o país vivia⁵⁸, com governos ditatoriais e regimes militares, a “voz do educador é calada”, o que impossibilitou toda uma discussão acerca do tema, como que retardando as reflexões e experiências que outras partes do planeta já ocorriam.

E nome da interdisciplinaridade, todo o projeto de uma educação para a cidadania foi alterado, os direitos do aluno/cidadão foram cassados, através da cassação aos ideais educacionais mais nobremente construídos. Em nome de uma integração, esvaziaram-se os cérebros das universidades, as bibliotecas, as pesquisas, enfim, toda a educação. Foi ‘tempo de silêncio’, iniciado no final dos anos 50, que percorreu toda a década de 1960 e de 1970. Somente a partir de 1980 as vozes dos educadores voltaram a ser pronunciadas. A interdisciplinaridade encontrou na ideologia manipuladora do Estado seu promotor maior. Entorpecido pelo perfume desse modismo estrangeiro, o educador se omitiu e nessa omissão perdeu aspectos de sua identidade pessoal (Idem, pág. 30).

Será apenas a partir da década de 80 que haverá uma espécie de renascimento do debate educacional, e aí então, a articulação das análises e a realização das primeiras experiências em torno de um projeto interdisciplinar de educação. Fazenda (1995) afirma, metaforicamente, (...) *tal como Fênix, o educador dos anos 80 renasceu das cinzas, em busca e seu passado de glórias e de sua afirmação como profissional.*

Nem tão de repente, mas, certamente de maneira muito veloz, fomos pegos “navegando” entre paradoxos e paradigmas (novos?, talvez nem tão novos...) Paradoxo, porque se verificam contradições e confrontos, que apesar de aparecerem como insolúveis – absolutos -, ocorrem acordos e avanços, e isso surpreende; paradigma, da leitura do visível, da afirmação de modelos e definição de linguagens próprias – organizações disciplinares e identificação de matrizes - na direção da desconstrução do conhecido... Assimilação e compreensão das desdobras do ser na prática da construção e da leitura dos conhecimentos.

Da disciplina e da complexidade

A raiz da palavra disciplina, do latim *discere*, nos remete à idéia de *aprender*. O que aprende é aquele que conhece, que sabe do que se lhe apresenta. Assim, o prefixo *disce*, nos remete ao afirmado, o que

⁵⁷ *Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960 (Hobsbawm, 1995, pág. 283).*

⁵⁸ Momento de opressão e violência vivido em toda América Latina. Vale a pena, para ampliar a visão sobre a questão, ao lado de vasta obra publicada no Brasil, consultar especialmente: Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado*, 1981; Romanelli, *História da Educação no Brasil*, 1980; Gadotti et alii, *Pedagogia: Diálogo e Conflito*, 1985,

se conhece. O *planus* pode ser traduzido como o sem dificuldade – o plano, liso, reto. Logo, algo que se conhece linearmente, sem problemas. Algo ‘disciplinado’.

Em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Thomas Kuhn analisa de maneira detalhada a construção do conceito de paradigma. Analisa inúmeras fases da produção do conhecimento, em várias fases da história da humanidade e nos esclarece acerca do significado e do valor cultural e político da palavra paradigma. A partir de brevíssimas citações⁵⁹, a partir de recortes do próprio texto, temos que um paradigma *é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma* (Op. cit. pág. 219).

Da mesma forma, paradigma corresponde à estruturação de um dado conhecimento e que esse *paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência. Qualquer estudo de pesquisas orientadas por paradigma ou que levam à destruição de paradigma, deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis* (Op. cit., pág. 224).

Kuhn sugere, criticamente, que seu trabalho acaba por indicar dois sentidos diferentes de “uso” do termo paradigma: *De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal* (Op. cit, Pág. 218).

Na trilha de análise crítica de seu próprio trabalho – o autor toma como referência para “reler” seu texto, a leitura de uma colega sua, que nota, e anuncia, que a palavra paradigma é utilizada de vinte e duas maneiras distintas⁶⁰ -, Thomas Kuhn revela, de maneira saborosa, um aspecto importante para a reflexão em torno da interdisciplinaridade. Ele ruma para uma particular definição – cuidadosa definição! – de disciplina. É bom salientar, que tal definição servirá como base para as reflexões em torno das conexões entre saberes – na busca da totalidade, questão chave para o projeto interdisciplinar:

*Após isolar uma comunidade particular de especialistas através de técnicas semelhantes às que acabamos de discutir, valeria a pena perguntar: dentre o que é partilhado por seus membros, o que explica a relativa abundância de comunicação profissional e a relativa unanimidade de julgamentos profissionais? Meu texto original permite responder a essa pergunta: um paradigma ou conjunto de paradigmas. Mas, nesse sentido, ao contrário daquele a ser discutido mais adiante, o termo **paradigma é inapropriado**. Os próprios cientistas diriam que partilham de uma teoria ou de um conjunto de teorias. Eu ficaria satisfeito se este último termo pudesse ser novamente utilizado no sentido que estamos discutindo. Contudo, o termo “teoria”, tal como é empregado presentemente na Filosofia da Ciência, conota uma estrutura bem mais limitada em natureza e alcance do que a exigida aqui. Até que o termo possa ser liberado de suas implicações atuais, evitaremos confusão adotando um outro. Para os nossos propósitos atuais, sugiro **“matriz disciplinar”**: “disciplinar” porque se refere a uma **posse comum aos praticantes de uma disciplina particular**; “matriz” porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada. Todos ou quase todos os objetos de compromisso grupal que meu texto original designa como paradigmas, partes de paradigma ou paradigmáticos, constituem essa matriz disciplinar e como tais formam um todo, funcionando em conjunto* (Op. cit, pág. 226).

A questão levantada por Thomas Kuhn é de suma importância. No momento da definição da ação interdisciplinar, há, comumente, uma crença na necessidade da busca da relação entre os conteúdos, os dados, as informações das diversas disciplinas em jogo. Ocorre que tal comportamento revela-se, em decorrência dessa análise, que, anterior a tal busca – na consideração de que um paradigma ou um conjunto de paradigmas é a reunião da comunidade que dele partilha -, cabe repensar a esfera das relações entre os indivíduos que fazem parte dessa mesma comunidade.

⁵⁹ O texto de Kuhn (1996), *A estrutura das Revoluções Científicas*, é denso e rico em detalhes e comentários. Sua leitura, na íntegra, é obrigatória.

⁶⁰ Tal observação/esclarecimento faz parte do Posfácio, publicado na edição de 1969, com o título: *O Progresso Através das Revoluções*.

Em outras palavras – e sob os passos de Ivani Fazenda, que sugere, como passo metodológico para a realização do projeto interdisciplinar, que cada pesquisador envolvido no processo, desvende, através da análise de sua história de vida e de sua metáfora, qual é sua “matriz disciplinar”, sua fonte, sua base⁶¹ -, cabe buscar o desenvolvimento do campo relacional entre aqueles que pretendem a ruptura das circunscrições, cabe a relação entre aqueles que pretendem realizar um projeto de integração e unificação dos saberes, entre aqueles que querem a construção de novas formas de cooperação técnica, de partilha do que se conhece e do que se quer conhecer.

Nessa direção, ousa afirmar: somos matrizes disciplinares – somos os portadores dos conhecimentos e somos a possibilidade de sua subversão, na busca da construção do novo e do inteiro. A desconstrução e superação das velhas disciplinas, para a construção de novas, passa pela relação que possamos e queiramos estabelecer com nossos parceiros de trabalho.

Somos a própria referência do que conhecemos. Isso parece óbvio; exatamente por isso necessita ser afirmado. E a construção de novas relações de conhecimento – o que sugere a interdisciplinaridade -, há uma demanda inequívoca de se constituir novas relações intersubjetivas. Os sujeitos são acionados para a construção dessa nova relação. A comunidade de professores, no caso da escola, é aquela diretamente implicada na construção das relações entre as disciplinas. A interdisciplinaridade nasce no encontro entre professores; os conteúdos disciplinares são manipuláveis – desmontá-los e remontá-los para se estabelecer vínculos entre eles decorre das relações estabelecidas entre os professores.

Há, pois, uma tarefa política – de uma política de ordem subjetiva – que antecede a technicalidade da interdisciplinaridade. Os envolvidos devem querer as conexões “entre” e “intra” disciplinas, e tal só ocorre se as condições são, por esses mesmos envolvidos, criadas tanto no âmbito, portanto, da subjetividade, quanto das necessidades materiais requeridas. A atenção a esse aspecto é exigência na realização do projeto interdisciplinar. O descuido sobre tal tema pode levar à supremacia da técnica – tecnologia – sobre o humano. E aí reside uma grande fonte de autoritarismo e descontroles (ou o controle de alguns poucos sobre muitos!).

A interdisciplinaridade é uma tarefa de caráter complexo - aqui o termo complexo está sendo empregado em direção à teoria da complexidade⁶², e as questões por ela sugerida. Complexamente, envolve indivíduos através da subjetividade relacional e da objetividade técnica. Articula conteúdos, procedimentos e objetivos. Permite a revisão do velho e o surgimento do novo. Move-se em campo instável – o que ainda não se conhece – a partir do que já está a caminho da substituição.

Notemos que, ao sugerir o termo complexidade, há uma interessante coincidência sobre a questão que envolve o pensamento complexo e aquele interdisciplinar. A propósito da questão, Morin (1998) sugere que existem *diferentes avenidas que conduzem ao “desafio da complexidade”* (pág. 177), assim como, completo, existe uma infinidade de caminhos para se pensar a interdisciplinaridade. De tal maneira que não devemos nos referir a uma “interdisciplinaridade”, mas sim a um “projeto interdisciplinar”.

Tal projeto deve pressupor, como resultado lógico do processo acima descrito, o encontro entre as matrizes disciplinares. Tais matrizes ocorrem, na realidade, nos indivíduos que as professam. São os indivíduos que conhecem os conteúdos que formam tais matrizes. Logo, é no encontro desses que se dá o caminho para a realização do projeto interdisciplinar. A tomada de consciência deste fato permite ratificar o que já foi afirmado em outros momentos ao longo deste trabalho, mas que vale a pena reforçar: a interdisciplinaridade, assim como a teoria da complexidade, na medida que se fundamentam em uma nova perspectiva de relação entre as pessoas e os seus conhecimentos, se abre na forma de um campo relacional⁶³ – lugar onde se dá o encontro. Essa nova relação entre os indivíduos (cientistas, professores etc...) sugere uma nova ética relacional. Trata-se, como bem sintetiza Morin: (...) *neste caso* (a questão da complexidade) *parece corresponder a um ‘despertar para um problema’, a uma ‘tomada de consciência’ que, com sua*

⁶¹ Ver Fazenda (1995), *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*, págs. 81-89.

⁶² Sobre a teoria da complexidade há, disponível nas livrarias, uma quantidade significativa de importantes títulos. Para dar início a uma primeira abordagem, indico: Morin (1973), *O Paradigma Perdido: a natureza humana*; (1977), *O Método: A Natureza da Natureza*; (1991), *La Méthode 4*; (1996), *O problema epistemológico da complexidade*; Bocchi & Ceruti (1990), *La sfida della complessità*; Lewin (1994), *Complexidade: A vida no limite do caos*.

⁶³ O tema do desenvolvimento do campo relacional pode ser trabalhado, para melhor compreender sua relação com a teoria da complexidade, a partir da teoria Geral dos Sistemas, explicitada pelo trabalho clássico de Von Bertalanffy (1975).

ocorrência, é explicitada não apenas como questão intelectual, mas ética (Stengers, Perché non può esserci un paradigma della complessità, em: Bocchi & Ceruti, La sfida della complessità.. 1990, pág. 61).

Abaixo, uma explicitação gráfica de como se daria o desenvolvimento do campo relacional, na consideração central de que tal ocorre entre os indivíduos envolvidos no processo e integração dos saberes.

Figura 1 – Desenvolvimento do Campo Relacional

Desenvolvimento do campo relacional – encontro entre disciplinas: a resultante do encontro entre o sujeito A e o sujeito B, desdobramento de um campo que reúne as subjetividades – considerando A e B como sujeitos portadores dos conhecimentos especializados (tais conhecimentos dependem dos portadores para sua apresentação para o mundo). No “entre”, no lugar gerado pelo encontro, ocorre um lugar de afirmação do conhecido, do novo engendrado e do que **ainda** não se conhece (o apenas intuído, ou, em um sentido hermenêutico, a forma primeira que o conhecimento de uma dada coisa, ou uma dada situação assume em seu primeiro momento).

O entre, ou o conceito de fronteira, segundo Furlanetto, para a compreensão do processo que se desenvolve nesses ‘espaços de intersecção’: *A interdisciplinaridade pode surgir como esse conhecimento que se produz nas regiões em que as fronteiras se encontram e criam espaços de intersecção, onde o eu e o outro, sem abrir mão de suas características e de sua diversidade, abrem-se disponíveis para a troca e para a transformação. Movimentos interdisciplinares acontecem a partir dessa postura de expansão de campos e de abertura de fronteiras que, ao serem transformadas, modificam também o interior dos territórios. Para que sejam criados esses espaços de encontros e de intersecções entre as áreas do conhecimento, é necessária a construção de uma atitude interdisciplinar, sem a qual não é possível esse movimento de aproximação e transformação que vai além das disciplinas* (in: Fazenda, Dicionário, 2001, pág. 166).

Deve ficar claro que o encontro – e a relação – entre os indivíduos envolvidos no processo sugere imprecisões quanto aos resultados a serem obtidos. Há toda uma ocorrência de movimentos incertos quando se juntam indivíduos derivados de formações distintas, portadores de interesses e capacidades distintas. Não se pode entender essa construção relacional a partir de uma receita. A complexidade não é uma receita. É antes um desafio!

Com a palavra Edgar Morin:

O primeiro mal-entendido (acerca da complexidade) consiste em conceber a complexidade como receita, como resposta, em vez de considerá-la como desafio e como uma motivação para pensar. (...) Ou, ao contrário, concebemos a complexidade como o inimigo da ordem e da clareza e, nessas condições, a complexidade aparece como uma procura viciosa da obscuridade. Ora, repito, o problema da complexidade é, antes de tudo, o esforço para conceber um incontornável desafio que o real lança a nossa mente (Morin, *Ciência com Consciência*, 1998, pág. 177).

O entendimento do problema da complexidade é muito importante na construção de um pensar sólido sobre a interdisciplinaridade. A complexidade nos permitirá, por exemplo, assumir que a tarefa da interdisciplinaridade está relacionada à *incerteza e não como clareza e como resposta. O problema é saber se há uma possibilidade de responder ao desafio da incerteza e da dificuldade. Durante muito tempo, muitos acreditaram, e talvez ainda acreditem, que o erro das ciências humanas e sociais era o de não poder se livrar da complexidade aparente dos fenômenos humanos para se elevar à dignidade das ciências naturais que faziam leis simples, princípios simples e conseguiam que, nas suas concepções, reinasse a ordem do determinismo. Atualmente, vemos que existe uma crise da explicação simples nas ciências biológicas e físicas: desde então, o que parecia ser resíduo não científico das ciências humanas, a incerteza, a desordem, a contradição, a pluralidade, a complicação etc., faz parte de uma problemática geral do conhecimento científico* (Op. cit., pág. 177).

Como desdobramento desta análise do movimento da complexidade, entendo que esta é a maneira pela qual se pode entender a possibilidade da interdisciplinaridade. Como, por exemplo, ocorre com o funcionamento das sociedades: ocorrem interações entre os indivíduos/saberes, gerando fluxos de ação e

retroação auto-organizadores dos próprios sistemas sociais. A construção das linguagens, das culturas, da história é o resultado direto desses processos. *Portanto, o processo social é um círculo produtivo ininterrupto no qual, de algum modo, os produtos são necessários à produção daquilo que os produz* (Op. cit., pág. 182).

Surge, porém, problemas de ordem lógica para a compreensão e aplicação de tais idéias. Na prática, lidar com tal nível de instabilidade e volume de informações, movimentos de entrada e saída de dados, organizações e reorganizações das estruturas, sugerem haver mais uma grande confusão do que a constituição e novos parâmetros reflexivos, novas epistemologias etc. Na verdade vivemos um tempo de crise profunda dos paradigmas e dos conceitos *fechados e claros*. Morin, em uma feliz análise sobre tal circunstância, adverte: *vivemos a crise da clareza e da separação das explicações. Nesse caso, há uma ruptura com a grande idéia cartesiana de que a clareza e a distinção das idéias são um sinal de verdade; ou seja, que não pode haver uma verdade impossível de ser expressa de modo claro e nítido. Hoje em dia, vemos que as verdades aparecem nas **ambigüidades** e numa **aparente confusão*** (Idem, pág. 183).

Indico que há grande pertinência entre as questões abordadas por Morin acerca da complexidade e as questões que temos abordado nas pesquisa da interdisciplinaridade. Ou seja, as relações entre conhecimentos, e entre aqueles que se propõe a produzir tais avanços nas práticas educativas, se deparam com os dilemas apontados pelo autor, donde concludo pela afirmação – e na consideração dos problemas que ambas teorias enfrentam no caminho de sua realização -, de ser a complexidade o modo de compreensão das possibilidades de realização da interdisciplinaridade.

O autor prossegue com suas observações:

(...) Um sistema autônomo aberto deve ser ao mesmo tempo fechado, para preservar individualidade e sua originalidade. No universo das coisas simples, é preciso “que a porta esteja aberta ou fechada”, mas, no universo complexo, é preciso que um sistema autônomo esteja aberto e fechado, a um só tempo. É preciso ser dependente para ser autônomo. Obviamente a proposição não é reversível e a prisão não dá liberdade! (Idem, pág. 184).

Notemos, como os problemas derivados de uma nova compreensão na organização dos saberes, acaba por impor questões difíceis, a exigir uma profundidade de análise cuidadosa. Ao se falar de sistemas abertos e que buscam estabelecer e reconhecer conexões, acatando e evoluindo com as alterações sugeridas por tal processo, como a questão do desconhecido que se engendra exige novos aparatos conceituais que tentem dar conta da novidade. Nesse sentido, Morin adverte sobre o real problema na formulação do pensamento complexo, que de minha parte, afirmo ser o mesmo problema que nos afeta diretamente na busca da construção do projeto interdisciplinar: o paradoxo.

*(...) A complexidade está na origem das teorias científicas, incluindo as teorias mais simplificadoras. Antes de tudo, como estabeleceram, de formas diferentes, Popper, Holton, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, existe um núcleo não científico em toda teoria científica. Popper acentuou os “pressupostos metafísicos” e Holton destacou os ‘themata’ ou temas obsessivos, que motivam a mente dos grandes cientistas, a começar pelo determinismo universal que é, ao mesmo tempo, postulado metafísico e tema obsessivo. Lakatos mostrou que existe um “núcleo duro”, indemonstrável, naquilo que ele chama e programas de pesquisas e Thomas Kuhn revela em A Estrutura das Revoluções Científicas que as teorias científicas são organizadas a partir de princípios que, absolutamente não derivam da experiência, que os **paradigmas**.*

*Melhor dizendo, e isso é um **paradoxo** surpreendente, a ciência se desenvolve, não só a despeito do que ela tem de não científico, mas graças ao que ela tem de **não científico*** (Idem, pág. 186).

Dessa forma, chegamos a um dos mais interessantes problemas da complexidade – e, por decorrência, da interdisciplinaridade. A formulação de uma lógica de conexão entre diferenças, que, sem descartar o consagrado científico – o “velho”⁶⁴ ou o “forte”⁶⁵ -, vai na direção do não científico – do novo, ou do “fraco”. A lógica clássica – referência àquela resultante da construção da cientificidade, dos métodos de

⁶⁴ Numa feliz formulação, Ivani Fazenda seguidamente faz referência ao movimento interdisciplinar que “gerar o novo a partir do velho”.

⁶⁵ Em referência ao pensamento de Newton C. A. da Costa (1997), sobre a constituição dos discursos científicos e da lógica, como instrumento de validação desses – de sua obra: *O conhecimento científico*.

investigação, das invenções, das descobertas das medidas, enfim, os saberes produzidos a partir do século XVII – não daria mais conta das novas exigências. Não que ela não teria a contribuir na estruturação daquelas questões que igualmente seguem a produzir exigências de caráter clássico. Na verdade, toda estruturação disciplinar, mesmo que resultante de um processo de conexões, desestruturas e novas organizações, quando se organiza, quando se estrutura e se apresenta já como o novo forte, em parte retoma os níveis de exigência disciplinar, como os vigentes anteriormente. Aí faz sentido utilizar a lógica clássica. Quando, porém, se gera o movimento em direção às rupturas dos modelos consagrados, e ocorre o tempo das instabilidades – aí o tempo de transitar sobre ambigüidades -, faz-se necessário uma outra lógica, complexa, que dê conta das flutuações, incertezas e provisoriidades derivadas de tais conexões. Ainda com Morin: *Dito de outro modo, a lógica clássica é um instrumento retrospectivo, seqüencial e corretivo, que nos permite corrigir nosso pensamento, seqüência por seqüência; porém, quando se trata de seu próprio movimento, de seu próprio dinamismo e da criatividade que existe em qualquer pensamento, bom, nesse caso, a lógica pode, no máximo, servir de muleta, nunca de pernas* (Idem, pág. 187).

Fica a questão: qual lógica daria conta desse movimento?

Eis o tema da interdisciplinaridade.

Em uma outra oportunidade, Ivani Fazenda já havia proposto que *Para nós, interdisciplinaridade é mais que o sintoma de emanações de uma nova tendência em nossa civilização. É o signo das preferências pela decisão informada, apoiada em visões tecnicamente fundadas, no desejo de decidir a partir de cenários construídos sobre conhecimentos precisos.*

E afirma, peremptória: *Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação* (Fazenda, 1995, pág. 89).

Paradoxo, Dialógica, o caminho da ciência das conexões...

Penso que a questão central da interdisciplinaridade, no âmbito de compreensão de seu modo de funcionamento, seja a percepção do paradoxo. Afirmo: o movimento da interdisciplinaridade é um movimento paradoxal.

Na verdade, o exercício primeiro que indica a trilha da interdisciplinaridade é o da percepção de duplos.

Tal percepção deriva do contato estreito com Ivani Fazenda. E, a partir dessa condição, a percepção de que a Ivani pesquisadora jamais abandonou a Ivani mãe. Mesmo com seus orientandos, no trabalho lento e profundo de construir dissertações e teses – sobretudo ao assumir a lentidão que o processo de “costurar” idéias, leituras, experiências e desejos enseja – ela soube falar antes ao coração, e a partir dessa fala permitiu engendrar o discurso da razão necessário ao ato de pesquisar e produzir da academia.

Essa relação, em permanência a transitar sobre a ambigüidade, com dificuldade, assumida ao longo de anos de trabalho acadêmico, custou muito a ser entendida, mesmo entre seus mais próximos colaboradores. Esse foi o meu caso; apenas recentemente consegui lidar com as duas faces dessa figura e, a partir dessa compreensão do modo da Ivani pensar e agir com as coisas da educação, me permitiu entender minhas próprias necessidades e capacidades, me permitindo, enfim, entrever o quanto dessa mesma ambigüidade em mim reside e como é bom poder por ela transitar sem as dúvidas que a ignorância impõe. Saber-se portador e difusor de ações que sugerem uma dupla compreensão dos eventos humanos é, sem dúvida, a maior conquista que a relação com a pessoa de Ivani propiciou-me.

Na medida em que ousou enfrentar o problema indicado, de acatar o movimento fundado no duplo como condição para a produção de ações interdisciplinares, e, aí dentro, reconhecer que tal é um movimento paradoxal, me autorizo a colocar em discussão um dos pilares do pensamento interdisciplinar: a ambigüidade⁶⁶.

Ambigüidade, o que fala de ambas as coisas. Uma e outra. Do latim *ambiguus*⁶⁷, ambigüidade é sinônimo de confusão, imprecisão, dúvida, equívoco⁶⁸. O uso deste termo não pode se voltar à consagração

⁶⁶ *O movimento da interdisciplinaridade é contínuo, exerce-se na ambigüidade, porém, seu instante de transcendência é fugaz e etéreo e ao ocorrer provoca rompimentos à acomodação, conduz a projetos mais ágeis e audazes* (Fazenda, 2001, pág. 50).

⁶⁷ Dicionário Latino – Português, MEC, 1962.

⁶⁸ Dicionário de Sinônimos, de Antenor Nascentes, Nova Fronteira, 1981.

de uma condição humana. Atribuir ao humano a condição de ambíguo é atribuir-lhe a condição do indefinido, do indefinível. Os trabalhos residentes nessa condição teriam a marca da inconsistência.

O trabalho interdisciplinar, ao contrário, demanda, de modo consistente, uma afirmação, uma precisão tal que impede claramente o atributo ambigüidade. O trânsito que ocorre quando nos mudamos e superamos antigas crenças e valores, não ocorre na perenização de valores e saberes contrapostos e justapostos – o terreno da ambigüidade. A questão colocada refere-se ao tempo de **trânsito sobre** a ambigüidade – uma condição para sair de um lugar e chegar em outro, para sair do velho em direção do novo. Não de habitá-la.

O trânsito de uma velha concepção para uma nova, de um velho conhecimento para um novo, a articulação do que antes era separado, não sugere a vigência na ambigüidade, não. Sugere passagem, tempo de mudança, um desestabilizar, um provisório descentramento para, em seguida, um novo centramento. Ao afirmar, com Fazenda, que **Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação**, indagado se é possível um habitar **na** ambigüidade?

O movimento interdisciplinar, de reorganização dos saberes e de construção de novas totalidades, demanda uma desorganização na direção de uma nova organização, superior, mais bonita, mais afinada com as exigências do tempo que corre. Isto não significa a coexistência de imprecisões conceituais e disciplinares, fruto de sobreposições – somatória simples de conteúdos, procedimentos, personalidades, ideologias, valores... Interdisciplinaridade é multidimensionalidade. Pois, o que é, afinal de contas, ambigüidade?

Dois esclarecimentos acerca da ambigüidade:

1) Em Merleau-Ponty (1998) pode-se ler uma importante afirmação acerca dos elementos subjetivos necessários ao filósofo: *O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambigüidade* (pág. 10). É importante notar que Ponty fala de um *sentido* da ambigüidade, como a querer dizer de uma condição de direção, um momento de *posse* – o que está nas mãos em determinado momento, um possuir *hic et nunc*. Ele aponta para a relação, inextricável, entre o *gosto da evidência e o sentido da ambigüidade*.

O *gosto da evidência*, nada mais é senão: organização própria dos saberes que na sua inteligível organização, se radicam em uma evidência tal que os torna afirmáveis. Aí a disciplina. O *sentido* – como movimento – da ambigüidade é o constante indagar, o duvidar do afirmado, condição primeira do filósofo que, enquanto amante do saber, quer saber mais e por isso duvida, coloca em questão, indaga. O *sentido da ambigüidade* é o próprio movimento que demanda e instala a dúvida. Nada mais, nada menos. E será o próprio filósofo, Ponty, a dizer e impedir outras leituras. Ele segue, com a afirmação: *Quando se limita a suportar a ambigüidade esta se chama equívoco* (pg. 10). Inescapável conclusão, a ambigüidade atua como uma fase no processo de mudança. É condição temporária. Não há como nela se instalar e nela permanecer. Aí residiria toda fraqueza, toda falência.

O autor açoita o fraco ao denunciar que este, quando *suporta* a ambigüidade, submete-se a qualquer movimento, aceita submeter-se a imprecisões, está à mercê de outras vontades, não saber afirmar o que sabe, é passível de pressões... O uso da expressão, *suportar*, esclarece que não se pode morar na ambigüidade, pois o contrário seria sua derrocada, ou antes, sua incapacidade de firmar-se. Está a afirmar, para outra direção, da necessária fortaleza que ampara o saber - o conhecimento consistente e organizado. Um desenho de movimento: da organização do saber – disciplinado -, para o exercício da dúvida, desestabilização, conexão e re-conexão com outros e demais saberes, tempo de flutuação, sobreposição, desentendimento e, então, a ambigüidade. Daí, para um tempo de acomodação, de re-disciplinarização, distanciando-se da ambigüidade.

Há, portanto, uma condição temporal vigendo. Um antes e um depois; uma transição. A somatória simples, justaposição – eternização – no sentido de uma intemporalidade – é um erro. É, também, doença, pois indica imprecisão de personalidade – fragilidade do que se é, do que se conhece. A doença, como crise, não pode pretender a eternidade. Aí a patologia. A doença, como crise, deve ser condição do movimento, logo fase, logo passagem. Ainda com Ponty: *O que caracteriza o filósofo é o movimento que leva incessantemente do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e um certo⁶⁹ repouso neste movimento...* Há um evidente apego esclarecedor a temporalidades fundamentais para o exercício da dúvida e da superação, na raiz das transformações.

⁶⁹ Grifos meus – ressalte-se o peso que o autor confere ao “incessante” e ao “certo” como escala de tempo.

2) É tarefa da filosofia perguntar e, através da pergunta, abrir caminho à dúvida. Em múltiplas direções, a pergunta se volta para a coisa a ser conhecida, para o interlocutor, para o próprio que indaga. Desconhece as fronteiras e seu exercício constitui a liberdade. É, em essência, a liberdade. E o exercício da problematização, que pressupõe a pergunta, funda um contínuo fundamental para a prática da interdisciplinaridade como filosofia: o desdobramento do que é conhecido. Reside nesta apropriação conceitual um movimento chave da interdisciplinaridade, qual seja: desconhecer o conhecido e conhecer o desconhecido.

Qual princípio de movimento contínuo, a busca filosófica, centro de toda preocupação que gira em torno da articulação dos saberes, como reivindica a interdisciplinaridade, é uma constante de desdobra – desconstrução – do que aí está. Todo conhecimento deve ser questionado; não há, pois, verdade última. Há apenas verdades recém alcançadas, mas prontas para serem superadas. Resulta que não havendo verdade única, há múltiplas leituras para uma dada informação, ou construção, ou conceito. E, como numa desdobra – qual tecido plissado o novo, o outro, o diferente encontra-se como que escondido pelo próprio tecido, aguardando que o mesmo de estire, para que possa vir à luz – abre-se, liberta-se.

Porque livre, não ganha vida em um único sentido; pode emergir como um múltiplo, a colocar ainda mais dúvida, a apontar muitas outras direções – sentidos. Gilles Deleuze, em seu importante e único “Nietzsche e a Filosofia”, dirá, à pg. 10: *Pela idéia pluralista segundo a qual uma coisa possui vários sentidos, pela idéia segundo a qual existem várias coisas, e “isto e depois aquilo” para uma mesma coisa, vemos a mais elevada conquista da filosofia, a conquista do verdadeiro conceito, a sua maturidade, e não a sua renúncia nem sua infância.* As desdobras do já conhecido, oferecendo uma multiplicidade de rumos, aponta para a maturidade do pensar.

Mas, atenção: não se trata de qualquer coisa a qualquer tempo, ou uma novidade, uma outra interpretação, um novo conhecimento sobre um outro, envelhecido ou doente, na direção de uma confusão, que o autor fala. Muito ao contrário, uma vez mais, o dito aponta para uma sucessão de eventos – um contínuo desdobrar – isto e *depois aquilo*, que deixa claro o correr do tempo.

Não há justaposição, somatória simples. Não há, da mesma forma, exclusão ou tentativa de encontrar uma síntese, algo que ‘resuma’ o movimento. Há, para uma efetiva compreensão do que se está a dizer, com Nietzsche e toda sua obra, que se trata de interpretar o que se conhece e o que não se conhece - genealogia. Interpretar e avaliar e não sintetizar. Será a história da coisa o único caminho para a sua interpretação. E *a história de uma coisa é a sucessão de forças que dela se apoderam, e a coexistência das forças que lutam para dela se apoderar. Um mesmo objeto, um mesmo fenômeno muda de sentido consoante a força que dele se apropria* (Deleuze, s/d, pg. 09).

—

Esse é um tema clássico. Em Spinoza já se localiza a questão da ambigüidade, na afirmação do sujeito espinozeano ambíguo. Mas como se dá essa ambigüidade? Dá-se no confronto entre o esforço/força (*conatus*) e o desejo, enquanto substância interior única positiva – imanente -, contra sua exterioridade, seu apresentar-se para e no mundo. Uma síntese oportuna sobre o tema, elaborada por Adélio Melo, e publicada como Posfácio – *Apresentação de Espinoza Hermeneuta* - à obra de Gilles Deleuze – *Espinoza e os signos* -, nos permite melhor compreender, mesmo que de passagem, a complexidade e a pertinência da busca pela superação da ambigüidade.

Enfim, o sujeito espinozeano, o sujeito material que o sujeito ascético (filosófico) de Espinoza teoriza, não deixa de ser um sujeito ambíguo – e este é o cerne da teoria filosófica que possibilita a hermenêutica – ainda que, em certas condições, possa rasurar toda a ambigüidade em proveito do único positivo. Sendo histórico e existencial ele é, inclusivamente, um sujeito anônimo: está sempre aí, no seio de falsos sentidos e interpretações, no seio de bons ou maus encontros, sendo desta esfera que necessariamente tem de partir à (eterna) esfera da Verdade. (...) Colocar deste modo a posição ambígua do sujeito enquanto desejo e ‘conatus’ representa então, para Espinoza, a condição básica de exercício da sua hermenêutica e de afirmação da sua filosofia, uma vez que, sem ela, seria impossível explicar a pura possibilidade de emergência do negativo, e a correlativa necessidade de o suplantar. É certo que o sujeito ambíguo tem de ser neutralizado, mas isso apenas é possível a partir dessa mesma ambigüidade, e através da sua rasuração

*num plano que, rigorosamente, porque da ordem do entendimento, lhe escapa.*⁷⁰(...) *Ou seja, e para tocarmos de novo a circularidade a que já várias vezes fizemos referência: apenas uma linguagem unívoca (a do entendimento, a da filosofia), pode descodificar uma linguagem equívoca (a dos signos, a da Escritura, por exemplo), para que a própria linguagem unívoca seja possível* (Adélio Melo, em: Deleuze, *Espinoza e os Signos*, s/d, págs. 194 – 198).

O problema que se apresenta, desdobrado da busca da superação da ambigüidade é o da construção de uma linguagem filosófica, tal que, na claridade, ilumine o possível de escape da circularidade⁷¹. Tal tema está, em Deleuze, afeito à vivência de uma outra temporalidade. O escape do círculo se dá, primeiramente, na compreensão do estar no círculo. A circularidade é enclausurante. Aí não há como escapar. *O que caracteriza o círculo é sua monocentragem em torno do Presente, de círculo, com seu centro, metáfora do Mesmo. E ainda que o Presente se situe num passado remoto e nostálgico, ou num futuro escatológico, nem por isso deixa de continuar funcionando como eixo que encurva o tempo, em torno do qual ele gira, redesenhando o círculo do qual apenas pensávamos ter escapado. Trata-se aí, em última instância, ainda e sempre, do tempo da Re-presentação* (Pelbart, *A vertigem por um fio*, 2000, pág. 181).

O encarceramento do sujeito no tempo, enquanto circularidade, evoca a incapacidade desse mesmo sujeito *rasurar* – na e pela reflexão do “si” mesmo, para “si” mesmo – a sua ambigüidade. Mas qual escape? Em qual lugar, e em que condições um escape?

O escape não é algo que se afirme por um movimento simples. A recorrência, tema central de toda obra de Freud, sugere, para que se dê a fuga, a construção de outras estruturas de afirmação do indivíduo. A questão se apresenta como questão complexa. Desta forma, não cabe mais apenas tratar do resgate ou construção de nova identidade – que seria a do escape. Tal seria reducionismo. A questão, para sofrer consistente solução, requererá, como afirma Deleuze em *Mil Platôs*, uma multiplicidade aberta, com a qual o indivíduo pode “navegar” em estrutura aberta e favorável ao desvelamento de *outros*, como meio de realizar descentramentos – “fugas” para outros “lugares” –, como meio de encontrar “novos” lugares de entendimento de si mesmo. O escape da recorrência demanda, como decorrência, a elaboração de uma outra lógica de “navegação”. Não mais em círculo; chega a hora da rede. Ou, em Nietzsche, uma nova leitura do mito do eterno retorno. O mergulho no outro, que é o mesmo não é circularidade r=ecorrente. Em rede, ganha a consistência do rizoma e, neste, o outro ao lado – não mais, a partir de uma circularidade temporal, na frente ou atrás, em versões de passado e futuro – passa a ser um outro centro – um centro em que nele há a vigência de circularidades. O mergulho no outro/mesmo, produz o escape da circularidade; na rede, ocorre o salto de um centro para outro centro, ao lado. O estar ao lado, no rizoma, sugere, então, um tempo factual, um tempo eventual. É o evento do salto que afirma e realiza a fuga. É o escape da ambigüidade temporal em Kant – ou a realização do projeto temporal nietzscheano⁷². Engendrar a fuga temporal do círculo, na relação paradoxal das formas de tempo: não mais apenas passado e futuro, mas diálogo de contrários com o presente.

Para se compreender melhor o que foi dito:

Ao tempo como Círculo, Deleuze contrapõe o tempo como Rizoma. Não mais Identidade reencontrada, mas Multiplicidade aberta. (...) Num rizoma entra-se por qualquer lado, cada ponto se conecta com qualquer outro, ele é feito de direções móveis, sem início ou fim, mas apenas um meio, por onde ele cresce e transborda, sem remeter a uma unidade ou dela derivar, sem sujeito nem objeto. O que vem a ser o tempo, pois, quando ele passa a ser pensado como multiplicidade pura ou operando numa multiplicidade pura? O rizoma temporal não tem um sentido (o sentido da flecha do tempo, o bom sentido, o sentido do bom senso, que vai do mais diferenciado ao menos

⁷⁰ Paul Ricoeur (1969), em: *Le conflit des interprétations*, citado por Adélio Melo, sobre a questão espinoziana da ambigüidade, sugere que há, a exemplo de Aristóteles, Leibniz, Hegel e Freud, uma anterioridade da pulsão (*plano ôntico*), um “eu existo” anterior ao “eu penso”. Haveria, portanto, uma prevalência, por afirmação histórica, da condição de existência do sujeito, a necessitar o afastamento da consciência para a afirmação do verdadeiro sujeito.

⁷¹ Gilles Deleuze analisa a questão em profundidade ao longo de seu *Lógica do Sentido*. Especialmente sobre os paradoxos no pensamento estóico – Segunda Série de Paradoxos, à pág. 5 em diante, e em Sobre o Paradoxo, à pág. 77 – 84.

⁷² Há uma profunda discussão sobre a questão, muito bem apresentada, no texto de Pierre Boutang (2000), *O Tempo*. Especialmente sugiro a leitura dos capítulos III e IV.

diferenciado), nem reencontra uma totalidade prévia que ele se encarregaria, abolindo-se, de explicitar no Conceito. Ele não possui um sentido e é alheio a qualquer teleologia.

Mas será essa a última palavra de Deleuze a respeito do tempo? Pois essa multiplicidade virtual é como que arada e remexida em todos os seus pontos, em toda sua extensão, não mais por um Círculo, que o autor recusa, mas pelo que se poderia chamar (...) de um Círculo do Outro. Um círculo cujo centro é o Outro, esse outro que jamais pode ser centro precisamente porque é sempre outro: círculo descentrado. É a figura que melhor convém para a leitura original que faz Deleuze de Nietzsche: na repetição retorna apenas o não Mesmo, o Desigual, o Outro – Ser do Devir, Eterno Retorno da Diferença (Idem, pág. 181).

O Outro, de que nos fala Pelbart, é um mesmo. É o mesmo, que des-centrado, afigura-se Outro. Novidade, reinscrição; não reside na equivalência, mas na alteridade. E, numa temporalidade de flutuações, não mais como escorrer contínuo, fluxo, mas a configuração como evento. Ou, para reaproximar esta questão de uma daquelas centrais neste trabalho, trata-se de uma realização paradoxal.

Nesse sentido, esse tempo é um tempo paradoxal. Segundo Gilles Deleuze, *a força dos paradoxos reside em que eles não são contraditórios, mas nos fazem assistir à gênese da contradição. O princípio de contradição se aplica ao real e ao possível, mas não ao impossível do qual deriva, isto é, aos paradoxos ou antes ao que representam os paradoxos* (Deleuze, 2000, pág. 77).

Um tempo de conflito entre certezas. Duas ou mais verdades que se confrontam, como a buscar a demolição uma da outra. Reside aí uma maravilha: confronta o que é comum. Coloca em dúvida o que a média sabe. É um desacordo com a opinião corrente. E por isso é o motor de enfrentamento ao estabelecido. Não subjugua nem determina; sugere desacordos. Não busca complementaridade nem sobreposição. Um exemplo interessante de paradoxo é nossa convivência pacífica com formas de tempo diferentes. Falo do tempo dos acontecimentos versus o tempo da memória e da projeção. A cronologia versus o instante. Contrários na lógica, eixos necessários para a realização humana.

Nesse tempo, como espaço – o tempo como lugaridade, substância –, o lugar de construção de uma relação temporal fundamental para a interdisciplinaridade, o tempo como realização paradoxal – o tempo como um possível de relações.

Esse possível de relações, na forma de encontro entre diferenças, se apresenta como paradoxo: ou, o modo de realização da interdisciplinaridade. Paradoxo como realização, já é, por definição, uma questão paradoxal. Condição para que haja sabor. A incerteza como fundamento do movimento. A vitalidade de colocar o que se sabe em dúvida. O móvel que permite o escape da circularidade.

A afirmação do ser, e do outro nele mesmo, se apresenta como as formas do desvelamento do efetivamente eu/outro, o embate no entorno, e na direção das diferenças. Nesse sentido, como já dito por Marcos Pereira (1997), não há uma afirmação identitária única, mas a construção, no movimento, paradoxal, de formas identitárias – o que resultaria, nos processos de formação do professor, num movimento direcionado à professoralidade – substância de um movimento não linear, não único ou unidirecional, mas multidirecional, por isso complexo e paradoxal, remetendo o professor a um *continuum* de construção de um “si mesmo”. Na fuga da circularidade, na afirmação, pelos descentramentos, de outros constitutivos, a realização do movimento multiforme de encontro de matrizes disciplinares a dialogar sobre a, e na própria, interdisciplinaridade.

Eis a pista para um outro avanço importante no campo da investigação interdisciplinar, e na direção da compreensão de instrumentos conceituais para sua realização. O caminho acima explicitado, bem como sua relação com exercícios lógicos para a estruturação do diálogo entre disciplinas – na forma de desdobramentos do conceito de matriz disciplinar –, sugere a problematização do movimento de encontro entre outros – não mais os mesmos. Esses, no campo das relações entre conhecimentos e seus portadores (matrizes), demandam um instrumento e diálogo e troca, e não apenas para compreender e “resolver” conflitos - busca de sínteses? – entre contrários – o caminho dialético. Esse outro caminho é o caminho da dialógica⁷³. A dialógica, nesse momento, estaria conectada com a necessária realização de trocas entre

⁷³ *O principal pressuposto para o surgimento de uma conversação genuína é que cada um veja seu parceiro como este homem, como precisamente este homem é. Eu tomo conhecimento íntimo dele, tomo conhecimento íntimo do fato que ele é outro, essencialmente outro do que eu e essencialmente outro do que eu desta maneira determinada, única, que lhe é própria e aceitando o homem que assim percebi, posso então dirigir*

parceiros – diálogo efetivo. Há, nesse horizonte, a compreensão que esses outros, em efetivo diálogo, efetivaram percursos de afirmação, nas dimensões paradoxais de centramento e descentramento rizomáticos. O que indica a multidirecionalidade/multidimensionalidade. Mais uma vez, com já sugerido, por Morin:

A complexidade parece ser negativa ou regressiva já que é a reintrodução da incerteza num conhecimento que havia partido triunfalmente à conquista da certeza absoluta. É preciso enterrar esse absoluto. Porém, o aspecto positivo, o aspecto progressivo que a resposta ao desafio da complexidade pode ter, é o ponto de partida para um pensamento multidimensional.

Qual é o erro do pensamento formalizante quantificante que dominou as ciências? Não é, de forma alguma, o de ser um pensamento formalizante e quantificante, não é, de forma alguma, o de colocar entre parênteses o que não é quantificável e formalizável. O erro é terminar acreditando que aquilo que não é quantificável e formalizável não existe ou só é a escória do real. É um sonho delirante porque nada é mais louco do que a coerência abstrata.

É preciso encontrar o caminho de um pensamento multidimensional que, é lógico, integre e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso. A realidade antropossocial é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica. O econômico, o psicológico e o demográfico que correspondem às categorias disciplinares especializadas são as diferentes faces de uma mesma realidade; são aspectos que evidentemente, é preciso distinguir e tratar como tais, mas não se deve isolá-los e torná-los não comunicantes. Esse é o apelo para o pensamento multidimensional. Finalmente e, sobretudo, é preciso encontrar o caminho de um pensamento dialógico.

O termo dialógico quer dizer que duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade: daí vem a idéia de “unidualidade” que propus para certos casos; desse modo, o homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo (op. cit., pág. 189).

Certamente, a utilização da palavra/conceito não encerra o debate em torno da dialética – questão central na produção interdisciplinar⁷⁴. Aponta, entretanto, para soluções dinâmicas para as conexões reivindicadas pela interdisciplinaridade. *A palavra dialógica não é uma palavra que permite evitar os constrangimentos lógicos e empíricos como a palavra dialética. Ela não é uma palavra-chave que faz com que as dificuldades desapareçam, como fizeram, durante anos, os que usavam o método dialético. O princípio dialógico, ao contrário, é a eliminação da dificuldade do combate com o real. Ao princípio dialógico precisamos juntar o princípio hologramático no qual, de uma certa maneira, o todo está na parte que está no todo, como num holograma⁷⁵* (Morin, op. cit., pág. 190).

Paraconsistência

Um outro exercício, para além do que conhecemos acerca da dialógica, numa direção de re-conexão com a dialética⁷⁶, podemos encontrar nos estudos levados a cabo pelo Prof. Newton da Costa (1997), as proposições em torno da *paraconsistência*.

minha palavra com toda seriedade a ele, a ele precisamente enquanto tal (Bubber, 1982, *Do Diálogo e do Dialógico*, pág. 146).

⁷⁴ Ivani Fazenda continuamente indica a necessidade do instrumental dialético para a realização da interdisciplinaridade. Em particular, o tema está indicado em: *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Ver, especialmente, cap. 07, págs. 81 – 89.

⁷⁵ A exemplo da estrutura rizomática, o holograma sugere, infinitamente, sua reprodutibilidade em múltiplas direções, múltiplos sentidos, eliminando a unidirecionalidade temporal.

⁷⁶ Ives Lenoir (2002), em: *L'intervention éducative: clarifications conceptuelles et enjeux sociaux*, apresenta algumas questões relativas à dialética, como instrumento teórico, fundado na negatividade, para o entendimento e posicionamento crítico no âmbito da “intervenção educativa”, na condição de *práxis* existencial. Especialmente, págs 12 – 14.

Termo sumamente novo para os pesquisadores da interdisciplinaridade, e para os trabalhos atuais, nos quais a relação entre as disciplinas já estruturadas, que devem se relacionar com outras, gerando conhecimentos, ao menos na aparência, preliminarmente inconsistentes, a paraconsistência deverá ser a porta de entrada para possíveis soluções sobre contradições e ambigüidade instaladas – e que, provavelmente, sempre se instalarão – na produção da ciência da conexão entre matrizes disciplinares, a interdisciplinaridade.

Este tema parece-me fascinante. E, em que pese o volume de estudos e investigações que, parece, devem ser feitos para uma efetiva compreensão e relação das questões da interdisciplinaridade com a paraconsistência, preliminarmente encontro uma conexão bela, a me atizar para um sobrevôo, uma primeira tentativa... Refiro-me às questões que o próprio Prof. Newton da Costa lança, no que tange à questão da lógica epistêmica. Ele afirma: *Em síntese, ela nos faz ver a teoria do conhecimento sob nova luz. Pode-se, inclusive, mudar o conceito de verdade em que se apóia o conhecimento (...)* (da Costa, 1997, pág. 61). O autor sugere que nas ciências formais se organiza o “conhecimento forte”, e que nas empíricas se *alcança* o “conhecimento fraco”.

É interessante perceber a relação existente entre o atributo forte (como já o dissemos anteriormente, neste trabalho), e a noção de disciplina – no sentido curricular, como forma de organização de conteúdos; ao mesmo tempo, o adjetivo fraco, como decorrência da percepção, o empírico, para as questões das primeiras relações entre disciplinas.

Penso que não. Vejamos: *A ciência empírica se compõe de sistemas conceituais, fundados em lógicas convenientes e originando concepções determinadas de conhecimento* (serão essas, segundo Kuhn, as matrizes disciplinares?). Ainda: *Esses sistemas, após axiomatização, convertem-se em sistemas lingüísticos* (organização disciplinar) (...) *estabelecida na lógica clássica. (...) Por esta via, pelo menos em princípio, sistematiza-se e unifica-se toda a ciência empírica, dentro dos limites da lógica tradicional, inclusive de boa porção da teoria de conjuntos.* Pois, afinal como se dá tal afirmação do verdadeiro? Prossegue, Newton da Costa: *O critério de verdade em ciências formais, consiste em evidência referente a passos de demonstrações etc. e, em certos casos básicos, de evidência voltada à verdade de princípios. Então, constata-se, sem maiores obstáculos, que o conhecimento atingido funda-se em justificação forte* (de fato, a disciplina e sua organização). Já no âmbito do experimento, da busca preliminar, das tentativas e erros, típicos dos processos dos projetos interdisciplinares, onde e quando vige o empirismo, há a constituição a formulações débeis⁷⁷. Assim o autor elucida a questão: *Já nas ciências empíricas, ocupamo-nos da quase-verdade (ou verdade pragmática) que, sob condições específicas, coincide com a verdade correspondencial. O conhecimento é, por conseguinte, crença na quase-verdade de proposições, devidamente justificada. Entre outros motivos, pelo fato de na ciência real não se chegar a conclusões absolutas e definitivas, a justificação a que se chega só pode ser, teoricamente, fraca.*

Já que no âmbito dos avanços científicos na contemporaneidade, são inúmeras as tentativas de articulação de conhecimentos – já tratei, acima, por exemplo, da complexidade -, surge ao longo dos últimos anos, a necessidade, então, da construção de repertório lógico que pudesse dar conta de tais ‘ousadias’. E é ainda o Prof. Da Costa a indicar o caminho: *Um dos acontecimentos mais revolucionários das ciências formais foi o desabrochar, em nossa era, das lógicas alternativas da clássica, na acepção de que derogam ou limitam leis centrais da mesma. Elas se chamam lógicas heterodoxas ou rivais da clássica. Em geral, tanto as lógicas complementares da clássica, bem como as rivais, são conhecidas como lógicas não-clássicas.*

(...) *A lógica paraconsistente foi concebida para servir de base para teorias inconsistentes, embora não-triviais, e para a manipulação de sistemas proposicionais, sem perigo imediato de trivialização, cujos conjuntos de conseqüências se afiguram triviais no campo da lógica tradicional* (da Costa, op. cit., pág. 81).

De que trata a paraconsistência⁷⁸ e como podemos, ainda que de maneira muito superficial, mas já suficientemente empolgante, conhecê-la e, quem sabe, “utilizá-la” na produção de nossas pesquisas,

⁷⁷ Lembro que no início deste trabalho há extensa reflexão acerca da solidez dos conhecimentos necessários à realização do projeto interdisciplinar. Reitero que o conjunto de argumentos expostos nesta tese, encontra-se voltado à edificação de um repertório teórico que faça jus ao “forte” empregado pelo professor Newton da Costa – em consonância com a reivindicada ‘solidez’.

⁷⁸ No estrito intuito de investigar possibilidades, lanço como experimento – indagação como meio de investigação – a possibilidade das questões aqui expostas – em particular, sobre o tema da paraconsistência, e a produção da verdade na lógica clássica e no campo das evidência científicas, com as dúvidas do empirismo – de estarem relacionadas com temas próprios do percurso de C.G. Jung. Como exemplo, cito, e sugiro a questão: Há relação possível? Com a “palavra”, Jung: *É uma particularidade da alma ser não apenas mãe e*

transcrevo, por fidelidade aos autores – lógicos – que trabalham em sua elucidação e sistematização, trechos de uma nota publicada no volume *O Conhecimento Científico*, de Newton C.A. da Costa – denominada: *Notas e complementos*, de autoria de O. Bueno, colaborador do Prof. Newton da Costa, um dos maiores nomes na pesquisa da paraconsistência.

Tais questões, porque, no meu caso, ainda não vislumbro a suficiente bagagem teórica para tanto, deverão aguardar a devida, e muito profunda, investigação. Ouso, nesta passagem, incitar o GEPI para que o faça.

Advertência: Para atingir o fim a que me proponho, na transcrição de trechos do texto de Bueno para este trabalho, grifarei as partes que julgar necessário, na convicção de auxiliar o leitor no estabelecimento de relações com as questões da interdisciplinaridade. Da mesma forma, aqui ou ali, ao longo do texto, farei pequenos comentários acerca de minha própria compreensão sobre o que se diz.

Poucas parecem ser aquelas disciplinas do conhecimento humano que apresentaram desenvolvimento histórico tão 'sui generis' como a lógica. De maneira um tanto grosseira (ao menos no que se refere ao gosto e às exigências de um especialista na área), pode-se dizer que, após breve, e um tanto conturbado, período de formação, a lógica encontraria nas mãos de um hábil filósofo, Aristóteles, sua primeira grande sistematização conceitual; sistematização esta – e este é justamente um dos aspectos característicos e surpreendentes da história desta disciplina – que permaneceria, em linhas gerais, sem quaisquer alterações significativas, por mais de dois milênios!

*Ao longo de todo este período, e mesmo depois dele – isto é, mesmo depois que Frege introduzira algumas das idéias básicas da lógica matemática -, um determinado princípio **permaneceria incólume**, inabalável no desenvolvimento histórico: **o princípio da contradição**. Por diversas e variadas razões, aos teóricos que formaram e, ao longo de séculos, desenvolveram esta disciplina sempre pareceu que (e eis uma de suas possíveis formulações) era decididamente ilegítimo afirmar, sobre um mesmo objeto, **que ele a um só tempo possuía e deixava de possuir determinada propriedade**. No interior deste quadro, o surgimento de uma lógica que, de algum modo, qualificasse ou restringisse este princípio representaria drástica reformulação teórica no contexto de uma disciplina que, por centenas de anos, caracterizou-se, de modo genérico, pela pouquíssima variabilidade conceitual – sobretudo no que se refere a seus princípios básicos.*

*Neste sentido, também sob uma perspectiva histórica a lógica paraconsistente é 'sui generis'. Pois o que será não apenas considerada, mas plenamente desenvolvida, é justamente a possibilidade de se derogar, ainda que sob certas restrições – no núcleo mesmo de uma disciplina sempre tão estável como a lógica -, **o princípio mesmo da contradição**.*

Evidentemente, deve-se notar, o fato de apenas ter considerado esta possibilidade não torna certo teórico, 'ipso facto', um criador da lógica paraconsistente.

(...) É precisamente neste quadro que os trabalhos pioneiros do polonês Jan Lukaszewicz (1878 – 1956) e do russo Nicolai Vasiliev (1880 – 1940) devem ser considerados. Com efeito, entre 1910 e 1913, de maneira independente, ambos salientaram a importância de uma revisão de algumas leis da lógica aristotélica, contribuindo, deste modo, para a possibilidade do desenvolvimento – em analogia com as geometrias não-euclidianas- de lógicas não-aristotélicas, sobretudo aquelas nas quais o princípio de contradição se encontra qualificado de algum modo. (...) Como conseqüência, e este é o ponto importante, um precedente foi criado para o estudo daquelas lógicas nas quais tais leis não se encontram satisfeitas – possibilitando, desta forma, que o surgimento de lógicas não-clássicas se encetasse. (...) Com efeito, uma das condições básicas a ser satisfeita por

*origem de toda a ação humana, como também expressar-se em todas as formas e atividades do espírito; não podemos encontrar em parte alguma a essência da alma em si mesma, mas somente percebê-la e compreendê-la em suas múltiplas formas de manifestação. Por isso, o psicólogo é obrigado a adentrar em vários domínios, deixando o castelo seguro de sua especialidade; e isto, não como pretensão ou diletantismo, mas por amor ao conhecimento, em busca da verdade. Ele não conseguirá limitar a alma à estreiteza do laboratório e do consultório médico; deverá persegui-la em domínios talvez estranhos a ele, onde quer que ela atue de modo evidente (Jung, *Psicologia e Poesia*, em: *O espírito na arte e na ciência*, 1991, pág. 74).*

seu (Jaskowski, 1948) sistema consistia no fato de que, ao ser aplicado a teorias contraditórias, nem todas as suas fórmulas deveriam tornar-se teoremas; isto é, diferentemente da lógica clássica, **a presença de contradições de modo algum deveria acarretar a trivialização do sistema.**

Em íntima conexão com este ponto, a lógica paraconsistente de Jaskowski, como Arruda (1980) faz questão de mencionar, foi desenvolvida, em linhas gerais, de modo a preencher três motivações básicas: 1) oferecer maquinaria conceitual que possibilitasse abordar o problema da sistematização dedutiva de teorias que contêm contradições; considerando-se, em particular, 2) aquelas cujas contradições são geradas por vaguidade; e, finalmente, 3) estudar algumas teorias empíricas que contenham postulados contraditórios. No entanto, não obstante a importância do trabalho de Jaskowski, é ao autor deste livro, Newton C. A. da Costa, que se credita a origem da lógica paraconsistente tal como hoje conhecida (Bueno, *Notas e complementos. I. A lógica paraconsistente: um (brevíssimo) esboço histórico*. Em: da Costa, *O Conhecimento Científico*, 1997, págs. 97 – 100).

A partir do que se leu, lance questões, que acredito que o GEPI, por dever de investigação deverá estudar a fundo:

- 1) Seria a lógica paraconsistente uma lógica paradoxal⁷⁹?
- 2) A produção de uma ciência das conexões entre matrizes disciplinares não demandaria um aparato lógico-formal, como a paraconsistência sugere, a dar conta dos problemas epistemológicos nela gerados?
- 3) Nós, os pesquisadores dessa ciência das conexões entre matrizes, pesquisadores da interdisciplinaridade, não teríamos na paraconsistência um caminho para refletir, para além do plano epistemológico, campos – ou caminhos, ou linhas - de conexões entre os sujeitos da ação relacional matricial, a possibilitar repertório de encontro – relações – intersubjetivos, na direção de construções e conquistas ontológicas?
- 4) Não seria, enfim, a tarefa das pesquisas em torno da interdisciplinaridade, a busca da relação entre as conexões epistêmicas e os fundamentos e resultados ontológicos? Ou, em outras palavras, não estaríamos diante de uma inevitável e gigantesca tarefa de fundamentar filosoficamente – ou, logicamente (na paraconsistência) – a relação matricial entre os conhecimentos disciplinarmente articulados e os sujeitos portadores destes – a relação entre ontologia e epistemologia no projeto interdisciplinar?

Hermenêutica – teoria da interpretação

O princípio foi o mito. E Hermes, ao nascer, nos afirma o Hino homérico, *passa discretamente, sem fazer barulho, pelo buraco da fechadura (...) penetra todos os interstícios: natureza plástica, móvel e ambígua, (...) dos pés de vento, das asas de ouro* (Faivre, págs. 448 – 465, em: Brunel (org.), *Dicionário de Mitos Literários*, 1997). Para os romanos seu nome era Mercúrio. No grego, “Hermes” significa “interprete”, o que será a origem e o fundamento da hermenêutica, a arte filosófica de interpretar. *Hermes reivindica ainda, como aliás Atena, a glória de haver descoberto as ciências e as artes, e sabe-se que o Hino homérico faz dele o inventor da lira de sete cordas. É o mestre de um certo saber, ou melhor, de uma maneira de alcançar o conhecimento (divino, gnóstico, eclético, “transdisciplinar” – dependendo do enfoque, ou tudo ao mesmo tempo). (...) Hermes deriva da palavra grega “interprete” (...). Pois bem, ele parece relacionar-se com o discurso (logos), as características de intérprete (hermeneus), de mensageiro, de desenvolvimento no furto, de*

⁷⁹ Há um trabalho particular sobre a questão da paraconsistência e a irracionalidade. Citado por Newton da Costa, em matéria na Folha de São Paulo – Caderno MAIS!, de 02/01/03 -, o texto trata do objetivo central do livro de Gilles Gaston Granger, cujo título é precisamente: *O Irracional* (2002). Da análise de Newton da Costa: *O que ele deseja é meditar sobre o irracional e suas formas, pois tal indagação se mostra sumamente instrutiva para a própria compreensão do racional e pode auxiliar todos aqueles que intentam ser racionais. Em especial, recomendo a leitura os capítulos 5 – O recurso ao irracional em lógica, 6 – O irracional como recurso na arte: dada e o 7 – A cosmologia e o tempo.*

enganador com palavras e de hábil comerciante, todas essas atividades relacionam-se com o poder do discurso (Idem, pág. 449).

Tratar das questões da hermenêutica, mesmo que não a exaustão, dado os limites do presente trabalho, me leva a entender as inúmeras conexões possíveis com os temas já abordados ao longo deste texto, uma vez que a hermenêutica, segundo Gadamer (2002), é mesmo a teoria da arte do compreender. E, me parece importante afirmar, a interdisciplinaridade, para que se viabilize enquanto prática, não faz outra coisa senão buscar a compreensão dos modos de conexão entre as pessoas e seus saberes.

Desta forma, creio firmemente que a hermenêutica é eixo filosófico central da interdisciplinaridade. Sinteticamente, porque, para a hermenêutica a coisa a ser interpretada contém, essencialmente, as fontes lógicas necessárias à construção das referências para a sua própria interpretação. Em uma frase: A interpretação não é algo externo ao interpretado.

A interpretação é uma voz significativa que quer dizer algo por si mesma. Desta forma, o nome e o verbo são, melhor dizendo, princípios de interpretação que interpretações (São Tomas de Aquino, em: Schleiermacher, 1999).

Gadamer, ao utilizar a obra de arte, e a elaboração de sua interpretação, explicita o movimento de alimentação da interpretação, da obra para a obra, que ela mesma, a obra, oferece. A coisa a ser interpretada é toda interpretação possível. Todas as infinitas possibilidades de interpretação estão nela contidas, a partir de seus enunciados. E essas interpretações, seguidamente, estão a desafiar seus próprios resultados. *O ponto de partida de minha teoria hermenêutica foi justamente que a obra de arte é uma provocação para nossa compreensão porque se subtrai sempre de novo às nossas interpretações e se opõe com uma resistência insuperável a ser transposta para a identidade do conceito* (Gadamer, *Verdade e Método II*, 2002, pág. 15).

Como já se tratou ao longo deste trabalho, a questão, então se coloca sobre o tema da circularidade. O jogo se estrutura a partir da vontade de conhecer a verdade – tudo sobre a coisa –, e, desta vontade inicial, o caminho denso e recorrente da interpretação da e sobre a própria coisa. Tudo já está lá. Vamos à circularidade – não mais, como vimos com Deleuze – Pelbart, uma circularidade fechada, em si, mas um movimento de desvelamento e constituição do mesmo (a própria coisa) diferente (a fuga para o outro – no rizoma). Mas, sempre estamos no campo do mesmo – o mais rico e interessante sugerido pela hermenêutica. Em Gadamer: *A regra hermenêutica, segunda a qual devemos compreender o todo a partir do singular e o singular a partir do todo*⁸⁰, *provém da retórica antiga e foi transferido, pela hermenêutica moderna, da arte de falar para a arte de compreender. Em ambos os casos, estamos às voltas com uma relação circular prévia. A antecipação de sentido, que comporta o todo, ganha uma compreensão explícita através do fato de as partes, determinadas pelo todo, determinarem por seu lado esse mesmo todo* (Op. cit., pág. 72 – grifo meu).

Ainda sobre essa primeira questão da hermenêutica, em Platão encontramos uma formulação peculiar: A razão do dito era a explicação da diferença (Platão, *Theait.*, 209 A). Aí o sentido da circularidade. Palmer (1999) explicita a circularidade hermenêutica, a partir das teses de Schleiermacher: *O todo recebe a sua definição de partes, e, reciprocamente, as partes só podem ser compreendidas na sua referência ao todo. (...) A partir do sentido das partes individuais vai-se revelando a compreensão do sentido do todo, que por sua vez transforma a indeterminação das palavras num modelo mais preciso e significativo* (Palmer, 1999, *Hermenêutica*, pág. 124).

Às voltas, historicamente, com a interpretação do texto sagrado, a hermenêutica será, conforme aponta Heidegger (1983), a filosofia em sua tarefa analítica. A expressão, a linguagem, passa a ser, pois, o “local” da interpretação – daí a explicação, sobretudo, interpretação do mesmo. Gadamer, a seguir, afirma a importância da linguagem, como estrutura interna, vital, a poder permitir, no jogo, o encontro de diferentes linguagens. Notemos a proximidade entre o que aqui se expõe, com a questão dos “sistemas lingüísticos”, do Prof. Newton da Costa, para a obtenção de um “conhecimento forte” e, ainda, a representação de “matriz disciplinar” – Thomas Kuhn -, quando da configuração da norma na linguagem. *A idéia de uma normatização da linguagem presidida pelo ideal da univocidade foi substituída pela teoria dos jogos de linguagem. Cada jogo de linguagem é uma unidade funcional que representa como tal uma forma de vida. A filosofia continua sendo crítica da metafísica e da linguagem, mas sob a base de um acontecimento hermenêutico levado a cabo por uma historicidade interna interior* (Gadamer, Op. cit., pág. 499).

⁸⁰ Não se pode deixar de notar a estreita relação desta síntese, acerca da circularidade hermenêutica, com as proposições, apresentadas por Morin, do pensamento complexo.

A hermenêutica, segundo o seu desenvolvimento – a partir das produções de Schleiermacher (1999) e Dilthey⁸¹ – como uma interpretação baseada em um prévio conhecimento dos dados (históricos, filológicos etc.) da realidade que se trata de compreender, porém que a sua vez dá sentido aos citados, dados por meio de um processo, inevitavelmente circular, típico da compreensão assim como método particular das ciências do espírito... Como tal, a hermenêutica permite passar dos signos às vivências originais que propiciam seu nascimento; é um método geral de interpretação do espírito em todas as suas formas e, por conseguinte, constitui uma ciência de alcance superior a psicologia, que é somente, uma forma particular da hermenêutica.

Heidegger (1983), declara que a hermenêutica não é uma direção dentro da fenomenologia, nem tampouco algo sobreposto a ela; é um modo de pensar “originalmente” a essência da fenomenologia – e, em geral, um modo de pensar “originariamente” (mediante uma teoria e uma metodologia). Todo “dito” é um “dizer”. Daí a condição especial que a hermenêutica deve ocupar dentro do corpo teórico de produção da interdisciplinaridade. Todo “dito” é a expressão de alguém, que “disse”. Esse “dizer”, que justamente guarda o sentido da pertinência, revela a palavra que deve ser dita. É a mensagem. Logo, aponta para a configuração identitária de quem diz. Esse dizer, banhado de sentido, é o caminho a ser percorrido, através de sua desconstrução, para a interpretação – conhecimento – do ser – do ser que diz. Na interpretação de quem fala, através do jogo(s) da(s) palavra(s), a relação entre quem diz e quem interpreta se faz. Diálogo e troca, no fundo a base para a hermenêutica. A hermenêutica é relação. É um jogo assentado nas relações. Não, porque jogo, a possibilidade da derrocada de um pelo outro. Os interlocutores se equivalem, a dar estrutura e um sentido ético no campo relacional⁸². Gadamer dirá: *A identidade do eu, assim como a identidade do sentido, que se constrói através dos participantes do diálogo, permanece intocada. É evidente que nenhuma compreensão de um pelo outro dialogante consegue abranger todo o âmbito do compreendido. Nesse ponto, a análise hermenêutica deve se desfazer de um falso modelo de compreensão e entendimento. Por isso, no entendimento, jamais se dá o caso de a diferença ser tragada pela identidade. Quando dizemos que nos entendemos sobre alguma coisa, isso não significa, em absoluto, que um tenha uma opinião idêntica ao outro. “Chega-se a um acordo”⁸³, como diz muito bem a expressão. É uma forma mais elevada de ‘syntheke’, se quisermos servir-nos da genialidade da língua grega. A meu ver, querer isolar e fazer objeto de crítica os elementos do discurso, do ‘discurs’, é um desvirtuamento da perspectiva. Assim, na realidade, esses elementos não se dão, e torna-se compreensível por que, do ponto de vista dos “signos”, precisamos falar de ‘différance’ ou ‘différence’. Nenhum signo, no sentido absoluto de significado, é idêntico a si mesmo. (...) “Quando se consegue compreender, compreende-se de modo diferente” (Idem, pág. 25).*

O novo sentido que dá Gadamer à hermenêutica é paralelo ao sentido que dá à compreensão, a qual se manifesta como um acontecer, e especificamente como um acontecer da tradição ou transmissão. Por isso a hermenêutica é o exame das condições em que tem lugar a compreensão. A hermenêutica considera, portanto, **uma relação** e não um determinado objeto, como é um texto. Daí a importância indiscutível - ou, se quisermos, uma afirmação política embasada nesse referencial teórico - do diálogo, que subtende a relação para a produção da interdisciplinaridade. Bem, o que se quer dizer é que a relação primeira, o toque, quer seja o do olhar, quer seja o corpóreo, de boas vindas – o abraço, o beijo... -, que carrega toda subjetividade, é o fundamento e toda o possível relacional. Nele, no toque revelado no primeiro encontro, em determinado contexto, em determinado lugar – onde reside, qual moradia vital, a intuição -, a totalidade da experiência da troca, que dá ao conhecimento dos dialogantes o universo das possibilidades dialogais. O toque inicial é todo toque e, não importa como ele se dê, ao ocorrer se transforma – ou, quem sabe, assume? – todo o futuro da relação.

Vejam o que diz, a esse respeito, Palmer: *A circularidade da compreensão* (em outras palavras, a circularidade hermenêutica) *tem outra consequência de grande importância para hermenêutica: não há realmente um verdadeiro ponto de partida para a compreensão, pois toda a parte pressupõe as outras partes. Isto significa que não há compreensão “sem pressupostos”. Todo o ato de compreensão se dá num determinado contexto ou horizonte; mesmo nas ciências, apenas explicamos “em termos de “ um contexto referencial* (Palmer, 1999, *Hermenêutica*, pág. 126).

É inescapável a afirmação de uma primeira síntese, desdobrada dessa elaboração - e tal não está desconectada das práticas levadas a cabo nas propostas de pesquisa no GEPI: refiro-me ao processo –

⁸¹ A partir da leitura de Richard Palmer (1999), *Hermenêutica*.

⁸² Ver, as questões tratadas neste texto, sobre “dialógica”.

⁸³ Expressão, diga-se de passagem, tão cara e tão presente a nós brasileiros. Noto a profunda relação entre essa análise, de Gadamer, com nosso “jeitinho” brasileiro.

metodologia chamada “história de vida”⁸⁴. A partir desse tipo de investigação, o pesquisador aprende a respeito de seu lugar e de seu tempo, podendo localizar, com cuidado e profundidade, seus referenciais, suas portas de entrada para o diálogo-encontro com o mundo. Reside nesse movimento de apropriação da própria história uma espécie de configuração de um dentro-fora⁸⁵, um movimento de esclarecimento do que há dentro de cada um, no âmbito de um território subjetivo, linhas demarcatórias da nação que, paradoxalmente, habita nossa interioridade. A partir desse “dentro”, uma direção de ex-posição, na forma de uma apresentação para o “fora”, o exterior. No embate entre o “dentro” e o “fora”, as linhas demarcatórias dos territórios entram em conflito – qual a base do di-a-logo. Não há, portanto, como escapar ao chamado: a partir da história de vida – a vida vivida conscientemente – o fundamento para as relações.

Ainda, com Palmer: *A compreensão nos estudos humanísticos toma a “experiência vivida” como o seu contexto e compreensão. (...) Uma abordagem interpretativa que ignore a historicidade da experiência vivida e aplique categorias intemporais a objetos históricos, só ironicamente pode pretender chamar-se “objetiva”, pois desde o início, deturpou o fenômeno* (Idem, pág. 126).

Como esta relação se manifesta na forma da transmissão da tradição mediante a linguagem, esta última é fundamental, porém não como um objeto a compreender e interpretar, se não como um acontecimento cujo sentido se trata de penetrar.

Gadamer (1999), destaca o duplo movimento de estranheza e estranhamento ou, de afastamento, confiança e pertencimento – como um desdobramento do “dentro” e “fora” - que caracteriza a atitude ante a tradição, e considera que **no “entre”** de ambos se encontra o lugar da hermenêutica. Aqui o sentido vital da palavra – conceito de lugar: a residência da subjetividade é o fundamento para a interpretação das coisas do real. É um olhar fundado que permite a interpretação e, na desdobra, o diálogo. A relação é a resultante de dois – múltiplos firmemente constituídos. A solidez de uns e outros é a garantia que todos podem trocar e crescer, sem o desmanche dos valores e verdades originalmente constitutivas. A compreensão tem lugar através da mediação de uma interpretação.

Enfim, na medida em que a hermenêutica das tradições gadamerianas – afirma uma oposição à idéia de razão instrumental, outros autores, tais como Palmer (1999), Heidegger (2002), Schleiermacher (2000), Rorty (1994), tratam a hermenêutica como expressão de uma tendência a um pensamento de sentido muito geral, isto sim, a um pensamento no qual desempenham funções centrais as noções de compreensão, comunicação e “diálogo” – diálogo, por um lado, entre o investigador e o investigado, e diálogo assim mesmo entre investigadores.

A hermenêutica, por conseguinte, como categoria de análise e instrumento de intervenção-compreensão da realidade dada, reveste-se, na interdisciplinaridade, como **ato político**. Desta forma, e aplicada a devida formalidade lógica, a partir da “utilização” de tal instrumental filosófico, a interdisciplinaridade passa a assumir ser fonte de ação política. À cada situação, a ser conhecida e transformada, na busca do saber re-integralizado, reivindica o desejo do conhecimento e da mudança. A realidade deve ser respeitada e entendida. Somente após a realização dessa condição, fundamental e inaugural, é que se dá início ao diálogo com a própria situação dada – aí sim o diálogo passa a ser desejado, no sentido de uma pertinência e de um pertencimento. Daí em diante, em círculos concêntricos, a análise se realiza em um constante aprofundar sobre o mesmo, criando e percebendo os tempos e as disposições objetivas e subjetivas para a realização das mudanças. **O movimento é para dentro e para baixo.**

Sobre a hermenêutica e os projetos pedagógicos: O primeiro olhar é o olhar; na primeira impressão está contida toda impressão, matriz de todo conhecimento. Um projeto pedagógico – pedagogia dos projetos (?) – não deve pretender ir além do que há desde o primeiro momento. Entre aqueles que participam da ação há já o conhecimento – intuição. É deste ponto que nasce a construção. Toda arquitetura posterior, no sentido de uma edificação epistemológica, é resultado e não iniciativa. Porém, lá onde nasceu essa relação, quando e como, são questões que jamais se explicitam – e tão pouco podem ser explicitadas.

⁸⁴ Em inúmeras oportunidades, ao longo dos trabalhos publicados, Ivani Fazenda chama a atenção para essa questão, da história de vida, como fundamento para a produção interdisciplinar. Ver, especialmente: *Interdisciplinaridade, história, teoria e pesquisa*, 1995; e, *As pesquisas em Educação e as Transformações do Conhecimento*, 1995.

⁸⁵ Mais a frente indicarei algumas pistas para uma reflexão em torno do tema da ética a partir das relações fora-dentro, casa-jardim, mundo exterior-mundo interior, fundamentalmente a partir do pensamento do romano Epicuro.

A poética da relação, assim como toda poética, não permite uma decodificação, ou uma fenomenologia que permita compreender sua razão primeira⁸⁶. É sensação, e só. Bachelard afirma: “A imagem poética não está sujeita a um impulso. Não é o eco de um passado. É antes o inverso: com a explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão repercutir e morrer. E sua novidade, em sua atividade, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo próprio. Procede de uma *ontologia direta*. É com essa ontologia que desejamos trabalhar.” Essa *ontologia direta* é a base das relações humanas. É, também, a base sobre a qual se estruturam os lugares e o espaço de convivência.

Um jogo, portanto, de claro – escuro. Algo se vê – a história de vida, o outro, os valores e vontades, um fora exteriorizado, falado, explícito... -, por isso um claro, uma luz, um visível. Nele toda hermenêutica como esclarecimento. E, ao lado, numa não direção, rizoma – paradoxal -, escuro, velado, que não se vê, eventualmente sente-se. Apenas percepção, um algo que germina quieto, nas profundezas.

Lidar com esse duplo – tema que atravessa toda produção em educação, em psicologia, em história..., nas ciências humanas – é a imposição para o trabalho – efetivo trabalho - interdisciplinar.

Capítulo III

Carta da Interdisciplinaridade Brasileira Principais conceitos e caminhos para a ação

(...) a obra nasce de seu criador, tal como a criança, de sua mãe. A psicologia da criação artística é uma psicologia especificamente feminina, pois a obra criadora jorra das profundezas inconscientes, que são justamente o domínio das mães.

Se os dons criadores prevalecem, prevalece o inconsciente como força impetuosa da terra subterrânea, tal como uma testemunha desamparada dos acontecimentos.

C.G.Jung

Interdisciplinaridade – pelo exercício da Afirmação

Não há como evitar a afirmação: a interdisciplinaridade só encontra caminho no mais intrincado e denso bosque onde vicejam multicoloridas flores relacionais. Denso e complexo, não mais e não menos. É movimento, pêndulo. Parte da intuição artística, da pura fruição que a relação humana pode estabelecer, para rumar para o mais intrincado raciocínio científico. Daí ao retorno, volta ao sentir, para então, mais uma vez, e de novo, e de novo, organizar, denominar, classificar. Um movimento sem fim. Um contínuo fruir entre desejos, conquistas, derrotas, acordos, desacordos, dores e alegrias.

Gostaria de poder navegar pelo texto como o fazem os veleiros quando saem mar adentro, a buscar os ventos que os levam, e levam, e levam... No mar, no alto mar, com as velas e o leme a produzir, em estreito diálogo, o rumo desejado. E do meu desejo de ir, em uma direção, sonhada direção, qwue sugere o rumo determinado ao leme, e da direção resultante do encontro entre maré, vento, velas e o mesmo leme, do

⁸⁶ *Um filósofo que formou todo seu pensamento atendo-se aos temas fundamentais da filosofia das ciências, que seguiu o mais exatamente possível a linha do racionalismo ativo, a linha do racionalismo crescente da ciência contemporânea, deve esquecer o seu saber, romper com todos os hábitos de pesquisas filosóficas, se quiser estudar os problemas propostos pela imaginação poética. Aqui o passado cultural não conta; o longo trabalho de relacionar e construir pensamentos, trabalho de semanas e meses é ineficaz* (Bachelard, *A Poética do Espaço*, 1993, pág. 1).

conjunto de ações afirmadas, relacionadas, a ida, viagem que é resultado – resultante. Mesmo que o navegar não seja linear, uma linha derivada de “acertos” no rumo determina que o objetivo será alcançado. Na imprecisão do navegar, o prazer da navegabilidade. A chegada no porto é o resultado do encontro entre o desejo de navegar e da navegabilidade conquistada.

Gostaria de ter a capacidade dos poetas de poetar e de dizer, pelos versos, e nos versos, o que a razão não consegue, nem jamais conseguirá. Uma capacidade feminina e maternal de dizer com o coração e, independente da capacidade e da vontade de compreensão formal das gentes, dizer as coisas que vão lá dentro da alma, só para fazer a beleza, e, com ela, assistir o nascimento de sorrisos.

No fundo, no fundo, penso que é só para isso que sento por horas a fio a escrever e escrever, e ler e ler, a redigir trabalhos. Deve ser, ou deveria ser, só para produzir coisas boas e gostosas. Assim como fez Nietzsche, que ousou dizer que o certo é a luta para a conquista do prazer. Feitas as contas, concordo com o filósofo, quando afirma que há sim uma afirmação na tragédia: Dionísio é aquele que resulta permanecer. E, pois, sinto que quero rumar por esse “vento”, o dionisíaco, e afirmar a vida, a fim de produzir centros de vivificação do presente, em um movimento de permanente embelezamento do lugar e do tempo agora.

E, reitero - mesmo que ainda não o tenha feito de maneira tão explícita -, que o objetivo primeiro deste trabalho é afirmar – a partir de uma gostosa circularidade –, que a interdisciplinaridade é uma ação de afirmação de vida. Nem mais, nem menos. Como dito por tantos autores citados ao longo destas páginas, uma forma de re-ligação, do ser humano consigo mesmo, uma busca da inteireza e da integralidade. Uma fonte ética de conexão do humano com o humano.

A fonte que jorra vida, é a vida, e dela não podemos nos afastar. Quando o ser humano adentrou este período que agora vivemos, quer por razões políticas, quer por razões econômicas, para se apoderar de mais e maiores poderes, ou para adquirir e conquistar seja lá o que for, inauguramos um tempo de muita dor, de perdas, de separações. Muitos já se deram conta: temos que reconquistar o vital poder de independer de tanta materialidade. Nosso trabalho, na área da educação, não pode abdicar dessa dimensão maior.

Para assumir, de fato, o peso político, na dimensão sugerida, esta tese deve afirmar a interdisciplinaridade como uma ciência, que transite entre a teoria e a atitude, que busca a re-conexão dos saberes. É, portanto, muito mais do que simples “ajuntamento” de matérias, ou mesmo técnica para projetos. A redução da discussão não é fruto, apenas de despreparo ou ignorância. Com base na afirmação de sua vocação política, a restrição à técnica é exercício ideológico. Afirmo que, na medida da manutenção dessa representação, a interdisciplinaridade sofre um enclausuramento, relegada à retaguarda dos processos educativos, ideologicamente confinada às didáticas requeridas pelos novismos consumistas.

Interdisciplinaridade – projeto de unidade, relação entre saberes

A interdisciplinaridade deve, portanto, afirmar ser um encontro entre inúmeros saberes, ao mesmo tempo em que indica a trilha para a constituição de possíveis unidades; solidamente alicerçada, em A) diálogo com a teoria da complexidade - para a produção de novas conexões entre saberes -, em B) diálogo e elaboração dos e C) nos paradoxos do conhecimento, e da positividade da interpretação – em um sentido nietzscheano, e niilista, um estar livre de pressupostos e, num sentido negativo e desinteressante, pré-conceitos - na afirmação da diferença, propiciada por uma hermenêutica filosófica. E não é só: deve, igualmente, falar a partir de um lugar, claro e explícito, que defina, marca, colorido e sabor, que contenha cheiro e dimensão, que seja, ao final de tudo, a cara de quem produz e assume o processo interdisciplinar, deve, pois, ter a cara de nossa terra, e de nossa gente, deve ser brasileira.

Assim como nos diz Roberto DaMatta, sobre a necessidade de afirmarmos uma morenidade, não mais ambígua e imprecisa, mas, para os combates de afirmação de uma gentidade, sobre uma população que sabe o que quer e o que necessita, para que esta afirme sua constituição, para a efetivação da democracia brasileira: *É claro que podemos ter uma democracia racial no Brasil. Mas ela, conforme sabemos, terá que estar fundada primeiro numa positividade jurídica que assegure a todos os brasileiros o direito básico de toda a igualdade: o direito de ser igual perante a lei. Enquanto isso não for descoberto, ficaremos sempre usando a nossa mulataria e os nossos mestiços como modo de falar de um processo social marcado pela desigualdade, como se tudo pudesse ser transcrito no plano do biológico e do racial. Na nossa ideologia nacional, temos um mito de três raças formadoras. Não se pode negar o mito. Mas o que se pode indicar é que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”,*

paradoxalmente, torna a injustiça algo tolerável, e a diferença, uma questão de tempo e amor (DaMatta, op. cit., pág. 47).

Afirmção, o “forte” e o “fraco”

Ao discutir as teses da paraconsistência, pude apresentar, brevemente, a questão da produção de uma sintaxe para a consolidação de saberes – a exemplo da configuração da matriz disciplinar, de Thomas Kuhn -, o que resultaria, segundo seu principal pesquisador brasileiro, Prof., Newton C.A. da Costa, um conhecimento forte, fruto de uma lógica clássica consistente. Ao lado dessa perspectiva de produção do conhecimento, há uma outra, também brevemente comentada, que faz respeito ao campo do empírico, da experimentação, que, como decorrência, estaria a gerar conhecimentos fracos – a depender de organização, comprovação, “maturação”. Do embate entre forte e fraco, Costa sugere que estaríamos diante de um novo arsenal para as questões da dialética, na direção de uma possível nova leitura da questão da contradição, da afirmação e da negação – a “mecânica” hegeliana, clássica, da dialética.

Entretanto, visitamos, também, a questão nacional e formação de nosso povo. Vimos como há, na raiz de nossa constituição, a mescla, o encontro de diferenças culturais, étnicas, religiosas... Como foi visto, somos o resultado de uma grande e, na minha opinião, feliz “con-fusão”. E, dessa investigação – que me motiva a reivindicar uma matriz filosófica *made in Brazil*, para uma interdisciplinaridade brasileira -, ficou a questão de como o diferente pôde conversar e produzir de maneira tão boa, obtendo resultados tão bons – nós, os brasileiros? Qual síntese, como essa, a nossa, é possível, fruto de um processo de negação? Indo direto ao ponto, não seria bem ao contrário, um “jogo” complexo e paradoxal de afirmações e estabelecimento de relações ex-cêntricas? Das franjas que os encontros produzem – porque os encontros não são apenas solução, encaminhamentos e sínteses -, ocorrem resultados inesperados, e esses, como no caso brasileiro, oferecem possibilidades de cenários ricos, a sugerir outros caminhos àqueles conhecidos. Afirmá-los pode abrir portas inéditas. Ao pesquisador vale o risco.

Este tema, que está, ainda, a exigir análises e investigações – está lançado o desafio! -, encontra em Nietzsche, um forte elemento de reflexão. Segundo Deleuze, *em Nietzsche nunca a relação essencial de uma força com outra é concebida como um elemento negativo na essência. Na sua relação com a outra, a força que se faz obedecer não nega a outra ou o que ela não é, afirma a sua própria diferença e compraz-se nela. O negativo não está presente na essência como aquilo de que a força extrai a sua atividade: pelo contrário, resulta dessa atividade, da existência de uma força ativa e da afirmação da sua diferença. O negativo é um produto da própria existência: a agressividade necessariamente ligada a uma existência ativa, a agressividade de uma afirmação. Quanto ao conceito negativo (quer dizer, a negação como conceito), “é apenas um pálido contraste, nascido tardiamente em comparação com o conceito fundamental, totalmente impregnado da vida e de paixão”* (Nietzsche, *Genealogia da Moral*, pág. 10). *Ao elemento especulativo da negação, da oposição ou da contradição, Nietzsche⁸⁷ o elemento prático da ‘diferença’: objeto de afirmação e de prazer. É neste sentido que existe um empirismo nietzscheano* (o “fraco” , empírico, que nos traz Newton da Costa). *A questão tão freqüente em Nietzsche: o que é que quer uma vontade, o que quer este, aquele? não deve ser compreendida como a procura de um objetivo, de um motivo para esta vontade. O que uma vontade quer, é afirmar sua diferença* (Deleuze, s/d, *Nietzsche e a filosofia*, págs. 16 e 17).

Tal afirmação da vontade, para a interdisciplinaridade, se revela no momento da articulação entre aqueles que desejam a ruptura com os velhos modelos, com as velhas circunscrições, com os velhos paradigmas – que desejam ampliar ações, espaços, territórios. No encontro objetivo – dos saberes estruturados, disciplinas -, com as subjetividades - dos professores, educadores, desejosos do projeto de transformação de sua tarefa educativa – a realização das possibilidades de constituição de novas matrizes disciplinares, e a percepção do movimento – fluxo – de acomodação-desacomodação-nova acomodação (diferente).

⁸⁷ Sobre a “vitória” do prazer sobre a consciência – do combate entre Apolo e Dionísio, ou a crítica da tragédia: *O conhecimento mata o agir, o agir requer que se esteja envolto no véu da ilusão – (...) Na consciência da verdade contemplada uma vez, o homem vê agora, por toda parte, apenas o susto ou absurdo de ser. (...) O coro de sátiros do ditirambo é o ato de salvação da arte grega; no mundo intermediário desses acompanhantes de Dionísio esgotavam-se as crises descritas acima* (Nietzsche, 1999, *O nascimento da tragédia no Espírito da Música*, pág. 31)

Brasil, afirmação de um modelo

No momento em que o Brasil, em particular, e o mundo como um todo vive, mais uma vez, infelizmente, a fome, a miséria, a dor das violências, a iminência de mais uma guerra, as várias formas – e surpreendentemente, ágeis e absolutas – da alienação pela mídia, os excessos informacionais e a degradação ambiental, faz-se necessário uma compreensão, e uma definição de posturas tal que enfrente a gigantesca tarefa de transformação dessa mesma realidade. Esta questão, inscrita na conflituosidade contemporânea, exige, de maneira radical, a instauração do diálogo. Não apenas no sentido de trocas, e reconhecimentos. Trata-se de um novo diálogo, requalificado, para uma dimensão ainda a se constituir. Requer, tal nova peça, um total afastamento de anteriores crenças estruturantes das antigas fórmulas. Falo do niilismo, tão caro a Nietzsche, Deleuze, Heidegger, Vattimo. Superar velhas concepções, abandonando-as; eis o que está em pauta. Mas não é só; é chegado o momento de engendrar novidades. No resgate do comum-unitário - comunidade -, a afirmação de personalidades territoriais – geografias, biológicas, religiosidades, necessidades, temporalidades -, e a afirmação das relações, dos novos acordos entre diferenças – não pela negação superação, da dialética clássica -, mas interpretação e reconhecimento da diferença e sua incorporação por acordo. Nesse sentido, em Vattimo: *A ética gadameriana é toda uma afirmação do valor do diálogo, apesar de não acreditar que o diálogo deva modelar-se por um ideal de transparência que, por fim, o tornaria inessencial. Quanto à novidade das redescrições, pode-se dizer que faz delas a característica de todo ato interpretativo, que como “aplicação à situação atual do patrimônio textual herdado (leis, mensagens, religiões, obras de arte, documentos históricos) constitui um autêntico, um único pensável (incremento de) ser* (Vattimo, 1999, pág. 59). Precisamos, enfim, incorporar o movimento dentro e a partir da debilidade, não para nela permanecer, mas para, na fluidez – e a partir dela – poder “navegar” com agilidade.

O conflito entre “forte” e “fraco” é um falso conflito. Não se trata de equivalentes, a se confrontar – o caminho da doença, a esquizofrenia. Trata-se de emergências e ressurgências, em permanente diálogo, o fruto maduro das relações saudáveis. Recordo que é disso que trata o movimento entre o *Yang* e o *Yin* – ou, por exemplo, na noite germina o dia, no dia germina a noite...

Retomo algo que foi dito logo no início deste trabalho: sobre a relação que de imediato a Professora Ivani Fazenda estabelece com seus alunos. Penso que este tema é de grande interesse para se pensar as práticas interdisciplinares no Brasil. E, de fato, acredito que a ignorância sobre ele permite que leituras “duras” sejam feitas por interpretes apressados. Indico que esta é minha percepção sobre a leitura de Lenoir a respeito de nossa produção.

A rigor, creio que Ivani trabalhe profundamente com a intuição – como categoria filosófica -, que combinada a uma forte relação humana, característica das relações que estabelecemos no Brasil permite sobrevôos sérios sobre o que cada pessoa, ao querer se aproximar do grupo, pode oferecer. Há uma espécie de pré-diálogo – um olhar agudo -, não explícito, obviamente, que ocorre, a dar fundamento - como no início de uma circularidade interpretativa hermenêutica – para toda uma relação de trabalho. Nesse primeiro momento, são lançadas as bases para a parceria.

A intuição, que move na base os trabalhos da interdisciplinaridade em nossos trabalhos, está amplamente conceituada, como instrumento de investigação filosófica. Segundo Henri Bergson, *o caráter verdadeiro da percepção (...) na percepção pura, um sistema de ações nascentes que penetra no real por suas raízes profundas; esta percepção se distinguirá radicalmente da lembrança; a realidade das coisas já não será construída ou reconstruída, mas tocada, penetrada, vivida; e o problema pendente entre o realismo e o idealismo, em vez de perpetuar-se em discussões metafísicas, deverá ser resolvido pela intuição* (Bergson, 1999, *Matéria e Memória*, págs. 72 e 73).

Ou, ainda, nas palavras de Deleuze: *A ‘intuição’ é o método do bergsonismo. A intuição não é sentimento nem uma inspiração, uma simpatia confusa, mas um método elaborado, e mesmo um os mais elaborados métodos da filosofia.* (Deleuze, 1999, *Bergsonismo*, pág. 7).

Acrescento: é pela riqueza de nossa origem, que nos permite navegar sobre “jeitinhos”, que sabemos “surfear”, com muita intuição, sobre interesses conflitantes, “armando” encontros e acordos, a exemplo de uma frutífera e válida relação de troca. Somos um povo habituado ao “bom acerto”. Porque somos assim, advogo que somos uma gente capaz de pensar uma interdisciplinaridade gostosa e cheia de ginga – a bossa brasileira -, que ofereça ao mundo uma novidade, de fato, a escapar do constante reboque a que estamos pasteurizadamente obrigados a seguir.

Elogio da afirmação

O exercício do conhecer requer, para seu bom desempenho, os subterrâneos que conformam nosso ser. Alojados nesses nossos porões encontram-se inúmeras formas, cores e sabores, que nossa memória ancestral reserva a cada um de nós, singularmente. No momento de articular conhecimentos, de assentar informações e processá-las, para construir os registros dos novos saberes, acionamos nossos porões... Esses não são nossos conhecidos, não são personagens de nosso atual cotidiano. São, muitas vezes, fantasmas, a impor lembranças que não queremos ou queremos. Entretanto, muito freqüentemente essas são figuras e sons e imagens que não são acessíveis à nossa consciência. Elas insistem em não saltar as fronteiras do superego. Logo, tomam seu espaço nas formas e nas maneiras atuais pelas quais estamos conhecendo, mas, no fim das contas, nunca chegamos a entender o porque ou o como conhecemos. Apenas afirmamos: eu aprendi.

A questão da atitude como questão filosófica, como decorrência da relação entre compreensão e apreensão – fundamento para o agir. Caminho para uma ontologia da interdisciplinaridade – ou, a busca do sentido do sentido do ser que quer agir. Qual é o papel da metáfora para impulsionar o desejo da ação? O ser que age quer conhecer e já conhece e requalifica o já conhecido – conhece de novo, de outra maneira, conhece outra coisa. A totalidade buscada parte da metáfora, e a ela retorna, como meio e fim da compreensão e da apreensão da coisa-realidade a ser conhecida. O jogo de imagem e sombra – sonho e realidade – ultrapassa a dialética, no sentido de uma solução – síntese. O conhecimento, como meio de constituição do ser – ontos – afirma a relação paradoxal entre conhecido e desconhecido, de tempos paradoxais – *chronos* e *kairós* – é tragédia, na medida em que comporta riso e dor, insolúvel tema, originalmente humano – a totalidade afirmada no movimento.

Ato educativo, fisicidade

Falar da importância vital da incorporação da naturalidade e da fisicidade do e no ato educativo é propor a retomada da importância do lócus da ação pedagógica, ao mesmo tempo em que se recompõe a importância do momento mesmo do ato educativo. O aqui e o agora em relação ao projeto e ao conhecimento, fundamento da ação educativa, como metáfora da relação entre o evento e a eternidade, a incorporação do território geográfico físico e o território subjetivo na construção de uma nova forma de pensar e praticar a educação, a incorporação das questões relativas ao meio na tarefa de construir o ato educativo, a construção de categorias interdisciplinares considerando a fisicidade no ato educativo e, finalmente, a interdisciplinaridade resultante e requerente da questão física (o meio), como instrumento de efetiva conexão entre intenções, desejos, necessidades.

Três expressões, em latim, podem contribuir na reflexão: *tempus fugit, carpe diem, it et nunc*. Viver o tempo presente, o tempo que foge, que escorre, que vai embora, aqui e agora, no imediato tempo presente...eis uma exigência dos tempos que vivemos. Tempo de imposturas, de viver outras vidas sobrepostas, tempos de enclausuramento. Tempos de hiperconexão tecnológica, de isolamento e de individualização, tempo paradoxal, tempo de confinamento e de ampliação de relações intersubjetivas.

Demonstrar a importância vital da incorporação da naturalidade, da fisicidade do e no ato educativo. A incorporação do território geográfico e subjetivo na construção de uma nova forma de pensar e praticar a educação. A incorporação das questões relativas ao meio na tarefa de construir o ato educativo. A construção de categorias interdisciplinares considerando a fisicidade no ato educativo. A interdisciplinaridade resultante e requerente da questão física (o meio), instrumento de efetivação da conexão entre intenções, desejos, necessidades.

A palavra

Pensar a interdisciplinaridade demanda pensar profundamente cada palavra que sua ação utiliza. Cada palavra é, no dizer de Paulo Freire, uma palavra-mundo, carregada de múltiplos sentidos e valores, exigindo de quem realiza a ação interdisciplinar cuidado, para que se consubstancie a intencionalidade desejada. Palavra-mundo, expansão máxima do valor do vocábulo, tem como função expressar o conjunto de valores a ela relacionados, missão de propiciar a construção de um discurso que assume posição frente ao mundo. É a palavra-mundo que, carregada de valores de quem a pronuncia, fala desse indivíduo, seu “pronunciador” e articulada com seu universo lingüístico, divulga seus valores e suas vontades. Faz do

discurso, sobre a vontade de inserção e transformação do mundo em inserção e transformação mesma do próprio mundo.

Pensar a palavra é pensar o universo da própria palavra. A palavra é carregada de história. Analisá-la em profundidade, seu sentido na história e no momento em que se faz discurso é respeitar-lhe, conferindo-lhe a plenitude de seus atributos lingüísticos. Sua manifestação no universo cultural e político das populações, confere o status de ser a portadora e reveladora das subjetividades, individual e coletiva. A hermenêutica é um instrumento privilegiado, para exercitar tal respeito ao sentido e ao valor das palavras. O discurso da interdisciplinaridade faz uso de palavras símbolo. Sua plena decodificação e seu uso respeitoso fundamentam a possibilidade do exercício da própria interdisciplinaridade.

Cada palavra no âmbito do discurso e da prática da interdisciplinaridade é um emblema daquilo mesmo que está se anunciando. Assim, por exemplo, quando se fala em **espera**, sugere-se, além do vagaroso exercício da leitura atenta, o respeito aos tempos daqueles que se encontram envolvidos com a produção da interdisciplinaridade.

Disciplina e ética

Dentro e fora, rua e quintal, coração e mente, masculino e feminino, a lei e o bom senso, a intuição e razão... Epicuro – *Carta a Felicidade* (1997) e outros escritos – um caminho, uma reflexão. Não me esquivo a reflexão: cabe pensar no movimento, todo movimento contido na busca de uma coerência. O bem viver, em um sentido ético, se dá na medida da melhor relação – compatibilidade e efetividade – entre o que se estabelece como positivo, digno e viável para um e cada um – o lugar da individualidade – em relação com o correto, justo e possível à coletividade – o mundo da justiça. Inextricável relação entre duplos, por vezes complementares, por vezes contrários – o sentido do paradoxal.

O aforismo epicurista *O sábio não participará da vida pública se não sobrevier causa para tal* (1985) indica e esclarece: há o compromisso para a vida pública, na medida da participação e da articulação com os outros e para os outros. No entanto, tal não ocorre se não se constituir, na raiz, por sobre o que hávem (*sobrevier*), uma opção, uma definição pessoal, na dimensão da mais íntegra pessoalidade.

Tal condição, ainda em Epicuro, pode bem ser lida em uma outra direção, ou na medida em que o bem estar do singular se dá na direta relação do bom, do bem e do belo afirmado no coletivo. *A serenidade é o fruto máximo da justiça* (1985). A serenidade é um bem próprio daquele que a atinge. É, no melhor sentido, um bem individual. A justiça, de outro lado, é um bem coletivo, na medida em que pressupõe o estabelecimento da norma, da boa norma que disciplina e acomoda. A boa norma não confronta o sábio, uma vez que este a entende e com ela dialoga de igual para igual. Uma sociedade de sábios é uma sociedade que sabe produzir – dialogar – e bem normatizar. Assim, conforma-se como sociedade ética.

O trabalho e torno da interdisciplinaridade não têm, portanto, nada de banal. Ao contrário, demanda intenso espírito de cooperação. Nesta medida confronta as formas de organização dos poderes dentro das instituições educacionais, em particular, a escola. Tal cooperação impõe um procedimento ético – a relação entre a rua e a casa – que aponta para novas organizações desse mesmo poder. Trata-se, a prática da interdisciplinaridade, como consequência, antes de um problema de ordem epistemológica, um que-fazer fundado em uma ontologia.

A construção de um ser capaz de lidar com a diferença, e que este seja capaz de compor e articular com as diferenças, tanto no nível técnico disciplinar, mas também, e mais importante, na escuta atenta e profunda do outro que fala. Dividir e construir juntos, tarefas interdisciplinares⁸⁸.

Dor e ruptura, a subversão

Será o mesmo Epicuro a perguntar, e a responder: *Realizará o sábio as coisas que a lei proíbe, sabendo que permanecerão ocultas? Não é fácil encontrar uma resposta absoluta* (1985). Prefiro uma resposta filosófica a uma questão igualmente filosófica. Sim e não, a se considerar os pontos de partida e de chegada à mesma questão. Na disciplina há que viger, para sua sobrevivência, derrocada e superação, uma certa indisciplina. Como corolário acrescentaria: toda disciplina aspira uma indisciplina, que a apresente, portanto, necessária e útil. O sábio, que conhece o que há e sente o que não há, sente, e depois demanda a

⁸⁸ Este tema foi trabalhado por Dario Antiseri, em: *Breve nota epistemologica sull'interdisciplinarità*, 1975.

superação do que está dado, em um momento passa a ler o que está a faltar, o que está por baixo a nascer e que necessita aparecer.

Subversão. O que está abaixo da superfície e que foi gerado no processo de vigência mesmo do que está na superfície – o que se vê – sente a necessidade de ir em frente. Aí surge um tempo em que se arquiteta a indisciplina. Para alguns, a desordem, a dúvida, o desconforto. Ainda: a falta de respeito, a desobediência! Ao sábio, é um tempo de questionamento, da necessária crise, que ao fim e ao cabo, torna a vida vivível e prazerosa. Não é possível falar, portanto, em desobediência. O sábio segue suas intuições, e somente a elas deve obrigações.

Ao reino da justiça caberá um tempo de espera, paciência, e de muita perseverança, para saber e poder explicar – sentido do esclarecimento. E o sábio que der à luz é sempre tido como perigoso. Por isso o sábio sabe que deve esperar... Mas não pára, não cala, não adormece. Deve saber lançar luzes na medida das capacidades de absorção das coletividades. O sábio não é individualista porque assume essa tal condição. Ao contrário, reconhece-se provisoriamente detentor de uma tal luminosidade, mas engajado em um processo inescapável – ético – de partilhar o que está no seu coração e cérebro, atua no tempo para dividir a notícia da necessária transformação.

Saber e humildade

Em todo saber reside uma condição essencial que garante sua pertinência histórica, como elemento de referência para sua validade. Tal não é outra coisa senão a capacidade desse determinado saber ser algo efetivo para o seu tempo presente, ou sua efetividade dentro da sua própria vigência. Todo saber só existe na exata medida de sua própria pertinência. Reside uma circularidade fundamental à existência da coisa em si. Esta só existe porque existe um tempo que a referencia e diz de sua condição de existir, já que existe o tempo mesmo dessa existência.

O saber é fruto de um tempo, de seu tempo. Vige enquanto pertinente. Pertinente porque pertencente ao seu tempo. Sua condição ética primeira, a de ser provisório – ou, como no amor, em Vinicius de Moraes, “que seja eterno enquanto dure”. Aí sua necessária humildade. Todo saber está fadado a ser superado. Nasce para a provisoriedade. Claro, alguns dirão que também os saberes estão localizados a conjunturas outras, além do tempo, o que os torna ainda mais frágeis, necessariamente dependentes de conexões que os fortaleça, os complexifique. Mas também aí reside uma humildade, e esta se impõem a condicionar os saberes como serviços daqueles que os criam, do tempo, dos lugares, das gentes que os criam. Os saberes estão a serviço.

Os saberes estão humildemente a serviço, do contrário seria apenas arrogância. Com Merleau-Ponty (1998): *Sempre aconteceu que, mesmo aqueles que pretenderam construir uma filosofia absolutamente positiva, só conseguiram ser filósofos na medida em que, simultaneamente, se recusaram o direito de se instalar no saber absoluto – que ensinavam, não este saber, mas o seu devir em nós, não o absoluto mas, quando muito, como diz Kierkegaard, uma ‘relação absoluta’ entre ele e nós.*

Segundo Gusdorf, esta seria a tarefa dos pensadores contemporâneos: *Esboçar a forma humana mediante a supressão dos cortes que ela impõe aos diversos processos do saber.*

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. *Livro sem fim*. São Paulo, Loyola, 2002.
- ANTISERI, Dario. *Breve nota epistemologica sull'interdisciplinarità*, em: *Orientamenti Pedagogici*, 1975.
- APOSTEL, Leo, et alii. *Interdisciplinarietà y ciencias humanas*. Madrid, Tecnos/UNESCO, 1982.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BATESON, Gregory. *Verso Un'Ecologia della Mente*. 7. Ed. Milano, Adelphi, 1987.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henry. *Cartas, Conferências e outros escritos*, in *Os Pensadores*. 2. ed. São Paulo, Abril Culturas, 1984.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- BOCCHI, Gianluca & CERUTI, Mauro. *La sfida della complessità*. Milão, Feltrinelli, 5. ed., 1990.
- BOCHNIACK, Regina. *Desvelamento do projeto interdisciplinar: um exercício de questionamento e de produção do conhecimento*. São Paulo Dissertação de mestrado, PUC/SP, mimeo, 1990.
- BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de Mitos Literários*. Rio de Janeiro, José Olímpio – UNB, 1997.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. 2. ed. São Paulo, Editora Moraes, 1977.
- _____. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- CALVINO, Ítalo. *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação. A Cultura, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo, Cultrix, 1988.
- _____. *Verso una nuova saggezza*. Milão, Feltrinelli, 1989.
- CASCINO, Fabio. *Educação Ambiental. Princípios, história e formação de professores*. São Paulo, SENAC, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 1, A Sociedade e, Rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- _____. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 2, O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- _____. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. 3. Fim de Milênio*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo, Iluminuras, 1997.
- COSTA, Newton Carneiro Affonso da. *O Conhecimento Científico*. São Paulo, Discurso Editorial, 1997.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 12. ed., 2001.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Lisboa, Edições 70, s/d.
- _____. *Conversações*. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- _____. *Bergsonismo*. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- _____. *Espinosa e os Signos*. Porto, Rés-Editora, sem data.
- _____. *Nietzsche e a Filosofia*. Porto, Rés-Editora, sem data.
- DICIONÁRIO ESCOLAR LATINO – PORTUGUÊS. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1962.
- DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS. Antenor Nascentes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- EINSTEIN, Albert. *Escritos da Maturidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- EPICURO, *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. São Paulo, UNESP, 1997.
- FARIA, Lia. *Ideologia e Utopia nos anos 60. Um olhar feminino*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

- FAZENDA, Ivani. *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro. Efetividade ou Ideologia*. São Paulo, Loyola, 1979.
- _____. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas, Papirus, 1995a.
- _____. (Org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. (Org.) *Novos Enfoques da Pesquisa Educacional*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. (Org.) *A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento*. Campinas, Papirus, 1995b.
- _____. (Org.) *A Academia vai à Escola*. Campinas, Papirus, 1995c.
- _____. (Org.) *Didática e Interdisciplinaridade*. Campinas, Papirus, 1998.
- _____. (Org.) *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. Campinas, Papirus, 1999.
- _____. (Org.) *Interdisciplinaridade, Dicionário em construção*. São Paulo, Cortez, 2001.
- FAZENDA, Ivani, TRINDADE, Vitor & LINHARES, Célia. *Os Lugares do sujeito na Pesquisa Educacional*. Campo Grande, UFMS, 2001.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- _____. *O Desmanche da Cultura. Globalização, Pós-Modernismo e Identidade*. São Paulo, Studio Nobel, 1997.
- _____. (Org.) *Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FRANCO, Augusto de. *Ação Local, a nova política da contemporaneidade*. Brasília, Agora & Instituto de Política, 1995.
- FURLANETTO, Ecleide C. *Uma tentativa de leitura simbólica da escola*. São Paulo, dissertação de mestrado, PUC/SP, mimeo, 1993.
- GABEIRA, Fernando. *Vida Alternativa. Uma revolução do Dia a dia*. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- GABEIRA, Fernando & COHN BENDIT, Daniel. *Diálogo – Nós que amávamos tanto a revolução*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis, Vozes, e. ed., 1999.
- _____. *Verdade e Método. Complementos e índice*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sergio. *Pedagogia: Diálogo e Conflito*. São Paulo, Cortez, 1985.
- GAMBINI, Roberto & DIAS, Lucy. *Outros 500. Uma conversa sobre a alma brasileira*. São Paulo, SENA, 1999.
- GARDNER, James. *Cultura ou Lixo. Uma visão provocativa da arte contemporânea*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- _____. in: *Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril, 1985.
- GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. São Paulo, Cortez, 4. ed., 1980.
- GRANGER, Gilles Gaston. *O Irracional*. São Paulo, UNESP, 2002.
- GUSDORF, Georges. *Lês sciences de l'home sont dès sciences humaines*. Paris, Lês Belles Lettres, 1967.
- _____. *A interdisciplinaridade – Texto 04*. São Paulo, mimeo, s/d.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo. Encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- HELLER, Agnes & FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- JAEGER, Werner. *Paidéia. A Formação do Homem Grego*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- JAPIASSÚ, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. *O Mito da Neutralidade Científica*. São Paulo, Imago, 1981.
- _____. *Francis Bacon - O Profeta da Ciência Moderna*. São Paulo, Letras e Letras, 1995.
- _____. *A Crise da Razão e do Saber Objetivo*. São Paulo, Letras e Letras, 1996.
- _____. *Desistir do Pensar? Nem Pensar! Criando o Sentido da Vida num Mundo Funcional e Instrumental*. São Paulo, Letras & Letras, 2001.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- KAPUSCINSKI, Ryszard. *Ébano. Minha vida na África*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1996.

- LASCH, Christopher. *O mínimo eu. Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LENOIR, Yves, REY, Bernard & FAZENDA, Ivani. *Lês Fondements de L' Interdisciplinarité dans la Formation à L' Enseignement*. Sherbrooke, Canadá, Éditions du CRP (com tradução, para o primeiro capítulo, de Lourdes Aparecida Parisi Decknes Gonçalves), 2001.
- _____. *L'intervention éducative: clarifications conceptuelles et enjeux sociaux. Pour une reconceptualisation des pratiques d'intervention en enseignement et en formation à l'enseignement*. Em: *Esprit critique – revista eletrônica – www.espritlecritique.org* - Direção de Orazio Maria Valastro, 2002.
- LEWIN, Roger. *Complexidade. A vida no limite do caos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Antropos, 1989.
- _____. *O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- _____. *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- _____. *Moralidades Pós-Modernas*. Campinas, Papirus, 1996.
- MAFFESOLI, Michel. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, 6ª Ed., 1982.
- _____. *A grande recusa hoje*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- MATOS, Olgaria C.F. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 3. ed., 1989.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Elogio da Filosofia*. Lisboa, Guimarães Editores, 1998.
- _____. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar. *O Paradigma Perdido: a natureza humana*. Portugal, Publicações Europa-América, 1973.
- _____. *O Método: a natureza da Natureza*. Portugal, Publicações Europa-América, 1977.
- _____. *Cultura de Massas no Século XX. O Espírito do Tempo – II Necrose*. Rio de Janeiro, Forense, 1986.
- _____. *La Méthode 4. Lês Idées: Leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation*. Paris, Seuil, 1991.
- _____. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- MORIN, Edgar et alii. *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal, Publicações Europa-América, 1996.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo, Trion, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. Em: *Os Pensadores, Obras Incompletas*, São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- _____. *Humano Demasiado Humano. Um Livro para Espíritos Livres*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70, 1999.
- PELBART, Peter Pál. *A Vertigem por um Fio. Políticas da Subjetividade Contemporânea*. São Paulo, Iluminuras, 2000.
- PEREIRA, Marcos V. *A estética da professoralidade – Um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor*. São Paulo, Tese de doutoramento, PUC/SP, mimeo, 1997.
- PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo, Hemus, 1981.
- PRIGOGINE, Ilya. *O nascimento do tempo*. Lisboa, Edições 70, 1990.
- PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. *A Nova Aliança. A Metamorfose da Ciência*. Brasília, UNB, 1984.
- _____. *Entre o Tempo e a Eternidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PRINI, Pietro. *L'interdisciplinarità nel suo aspetto strutturale*. S/d, mimeo.
- RAMOS, Geralda T. *A questão da mudança na trajetória da educação interdisciplinar: do estranho das pesquisas ao familiar das ações*. São Paulo, tese de doutoramento, PUC/SP, mimeo, 2000.
- RESTON, James Jr. *Galileu, uma vida*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2. ed., 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, Vozes, 2. ed., 1980.
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 6ª ed., 1980.
- RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento, 10ª Ed., 1998.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record, 1991.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D.E. *Hermenêutica. Arte e técnica da interpretação*. Petrópolis, Vozes, 2. ed., 1999.
- SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha russa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- SMART, Barry. *A Pós-Modernidade*. Porto, Publicações Europa-América, 1993.
- SUBIRATS, Eduardo. *Da Vanguarda ao Pós-Moderno*. São Paulo, Nobel, 2ª Ed., 1986.
- THOREAU, Henry David. *Desobedecendo. A Desobediência Civil e outros escritos*. Rio de Janeiro, Rocco, 2ª Ed., 1986.
- TIEZZI, Enzo. *Fermare il tempo. Um'interpretazione estético-scientifica della natura*. Milão, Raffaello Cortina, 1996.
- VALÉRY, Paul. *Introdução ao método de Leonardo da Vinci*. São Paulo, Editora 34, 1998.
- VATTIMO, Gianni. *Más Allá del sujeto. Nietzsche, Heidegger y la hermenéutica*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1992.
- _____. *La sociedad transparente*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1996.
- _____. *O Fim da Modernidade. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- _____. *Creer que se cree*. Barcelona, Paidós Ibérica, 1996.
- _____. *Para além da interpretação. O significado da hermenêutica para a filosofia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999.
- VIANA, Gilney, SILVA, Marina & DINIZ, Nilo. *O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.
- VAIDEANU, George. *L'evoluzione dell'educazione sulla base dell'interdisciplinarietà*. S/d., mimeo.

PERIÓDICOS

- TEMPO BRASILEIRO (Revista). Rio de Janeiro, nº 108, Tempo Brasileiro, ed., jan./mar. 1992.
- TEMPO BRASILEIRO (Revista). Rio de Janeiro, nº 113, Tempo Brasileiro, ed., abr./jun. 1993.